

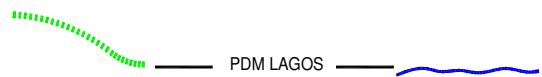
Retoma – Plano Diretor Municipal de Lagos

VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE PLANO

Estudos de Caracterização



ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO



Versão Final da Proposta de Plano

Junho de 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Plano Diretor Municipal de Lagos – Historial do Processo	9
1.2. Âmbito de Intervenção na Retoma do PDM	12
1.2.1. Enquadramento legal.....	12
1.2.2. Enquadramento estratégico	13
2. ENQUADRAMENTO REGIONAL	17
3. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	20
3.1. Recursos hídricos:.....	20
3.2. Recursos agrícolas e florestais:	20
3.3. Recursos Ecológicos:.....	21
3.4. Imóveis classificados:	21
3.5. Infraestruturas.....	22
3.6. Outros Condicionamentos	24
4. MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE LAGOS	25
4.1. Enquadramento Legal.....	25
4.2. Objetivos	25
4.3. Mapas de Ruído	26
5. TERRITÓRIO MUNICIPAL – SOLO E SUB-SOLO	27
5.1. Estrutura da Paisagem	27
5.1.1. Litoral	27
5.1.2. Barrocal	28
5.1.3. Serra	28
5.2. Estrutura Fundiária.....	29
5.3. Recursos Hídricos Subterrâneos	29
5.3.1. Generalidades	29
5.3.2. Caracterização Geológica e Geomorfológica.....	30
5.3.3. Considerações Hidrogeológicas	32
5.3.4. Posição Atual do Abastecimento de Água ao Concelho de Lagos	34
5.4. Recursos Hídricos de Superfície.....	34
5.4.1. Hidrologia.....	34
5.4.2. Qualidade das Águas de Superfície	37
5.4.3. Aproveitamentos Hidráulicos de Superfície	37
5.4.4. Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor	38

5.5.	Orientação Geotécnica	40
5.5.1.	Geomorfologia	40
5.5.2.	Sismicidade do Concelho de Lagos	49
5.5.3.	Materiais de Construção.....	50
5.5.4.	Síntese de Aptidão à Construção	51
6.	SOLO RURAL	59
6.1.	Área Agrícola	59
6.1.1.	Classificação Pedogénica e Capacidade de Uso do Solo	59
6.1.2.	Utilização do Solo e Sistemas Culturais.....	60
6.1.3.	Condicionantes Físicas da Atividade Agrícola	61
6.1.4.	Grandes Zonas Agrícolas do Concelho.....	65
6.2.	Área Florestal.....	69
6.2.1.	Definições	69
6.2.2.	Agregação das Parcelas Florestais Identificadas no PMDFCI	69
6.2.3.	Características das Manchas Florestais.....	70
6.2.4.	Valorização Económica da Floresta no Concelho de Lagos.....	71
6.3.	Outras Áreas.....	72
6.3.1.	Albufeiras.....	72
6.3.2.	Ria de Alvor	72
6.3.3.	Áreas de Exploração de Inertes	72
6.3.4.	Aglomerados Rurais	72
7.	SOLO URBANO.....	73
7.1.	Aglomerados Urbanos	73
7.1.1.	Hierarquia dos Aglomerados	73
7.2.	Caracterização Sumária dos Principais Aglomerados Urbanos.....	74
7.2.1.	Lagos	74
7.2.2.	Luz	76
7.2.3.	Odiáxere	78
7.2.4.	Bensafrim.....	79
7.2.5.	Barão de S. João	81
7.2.6.	Chinicato	82
7.2.7.	Espiche	83
7.2.8.	Almádena.....	84
7.2.9.	Portelas.....	85
7.2.10.	Sargaçal.....	86
7.2.11.	Meia Praia.....	86
7.2.12.	Burgau	87

7.3.	Loteamentos Urbano/Turísticos Exteriores aos Perímetros Urbanos dos Aglomerados	87
8.	ASPETOS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	88
8.1.	Introdução	88
8.2.	Lagos na História – Breves Apontamentos.....	88
8.3.	Divisão Administrativa do Concelho de Lagos.....	92
9.	CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA	94
9.1.	Caracterização Social	94
9.1.1.	Famílias	94
9.1.2.	Nupcialidade, Divórcio e Nados-Vivos	95
9.1.3.	Nível de Instrução.....	96
9.2.	Caracterização Económica.....	97
9.2.1.	Situação Perante o Trabalho	97
9.2.2.	Desemprego	99
9.2.3.	Rendimento Médio.....	100
9.2.4.	Atividades Económicas	101
9.2.5.	Turismo.....	103
9.2.6.	Habitação.....	107
9.2.7.	Divisões	107
10.	CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	109
10.1.	Evolução da População	109
10.1.1.	Crescimento Natural	111
10.1.2.	Crescimento Migratório.....	113
10.2.	Estrutura Etária da População	114
10.2.1.	Índices de Envelhecimento e Dependência	115
10.3.	Distribuição Geográfica da População	117
10.3.1.	População por Freguesias.....	117
10.3.2.	Densidade Demográfica	119
10.3.3.	Dinâmicas de Concentração	119
10.3.4.	Dicotomia Urbano/Rural	120
10.5.	Síntese Diagnóstica da Demografia do Concelho.....	124
10.6.	QUADRO RESUMO DOS CENÁRIOS DE PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA	124
11.	EQUIPAMENTOS	125
11.1.	Introdução	125
11.2.	Equipamentos Existentes	125
12.	INFRAESTRUTURAS	132

12.1.	Acessibilidades e Transportes	132
12.1.1.	Rede Viária	132
12.1.2.	Outras Redes e Transportes Coletivos de Passageiros	135
12.2.	Abastecimento de Água.....	139
12.2.1.	Sistema de Abastecimento	139
12.2.2.	Sistema de Saneamento de Água.....	142
12.2.3.	ETAR de Lagos	144
12.2.4.	Água Reciclada.....	144
12.3.	Abastecimento Sistema de Recolha de RSU e Resíduos Recicláveis.....	145
12.4.	Energia.....	147
12.4.1.	Consumos energéticos.....	147
12.4.2.	Iniciativas municipais para a eficiência energética.....	148
12.4.3.	Evolução da produção energética a partir de fontes renováveis	149
13.	RELAÇÕES INTER-MUNICIPAIS.....	151
13.1.	Relações com Municípios Próximos.....	151
13.2.	Relações com Estruturas Associativas e Institucionais	152
13.3.	Relações no Âmbito das Cidades Históricas dos Descobrimentos	153

1. INTRODUÇÃO

1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS – HISTORIAL DO PROCESSO

O PDML foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 10 de novembro de 1994 e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/95, publicada no Diário da República 1.ª série - B, n.º 79, de 3 de abril de 1995.

No âmbito do processo de recurso contencioso intentado contra o Município de Lagos em 10 de fevereiro de 1998, foi proferida sentença pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, declarando a invalidade aquela deliberação.

Considerou o citado Tribunal que a aprovação pela Assembleia Municipal de uma nova versão do PDML – proposta pela Câmara Municipal de Lagos e resultante das correções preconizadas pela Secretaria de Estado da Administração Local do Ordenamento do Território – sem que a mesma tivesse sido submetida a novo período de participação pública, violava o procedimento administrativo legalmente estabelecido para a formação de vontade daquele órgão.

Da decisão do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, o Município de Lagos interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, vindo esta instância a confirmar a sentença recorrida, decisão que também não viria a ser afetada pelo Acórdão n.º 39/2002 do Tribunal Constitucional de 31 de janeiro, por este Tribunal não ter conhecido o objeto do recurso interposto (vd. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 23-02-1999 Proc. N.º 44087 e Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 39/02 Proc. n.º 720/99 3ª Secção).

Assim, confirmada a invalidade da deliberação da Assembleia Municipal de Lagos de 10 de novembro de 1994, a versão originária do PDML foi definitivamente afastada da ordem jurídica.

Face a esta circunstância, a Câmara Municipal deliberou, na sua sessão de 20 de fevereiro de 2002, retomar o processo de elaboração do PDML, iniciando-se a partir desta data todos os procedimentos necessários para o efeito.

A reconstituição da Comissão Técnica de Acompanhamento, designada na altura por Comissão Mista de Coordenação, constituiu um procedimento prioritário, não apenas pelo facto de ser imperiosa a conclusão deste vital instrumento de planeamento, como também, e no âmbito de

apoios técnicos-financeiros às Autarquias, a informação da Comissão ser um requisito imprescindível à efetiva concretização dos financiamentos.

Neste sentido, foi solicitado à DRAOT-Algarve o apoio para desencadear o processo de constituição da Comissão Mista de Coordenação, tendo aquela entidade reunido com a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (D.G.O.T.D.U.) na Secretaria de Estado em 08/10/02.

Na sequência da referida reunião, foi exarado o Despacho do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território de 16/10/02 sobre a informação n.º 244 de 08/10/02, na qual se concluía, pela constituição da Comissão Mista de Coordenação (art.º 75.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 380/99), bem como, e cita-se “... não se proceder a consultas externas, evitando-se, assim, as delongas inerentes à emissão dos respetivos pareceres, tendo-se julgado preferível incluir na Comissão Mista de Coordenação todas as entidades com interesses sectoriais relevantes”.

As entidades¹ propostas foram, por conseguinte: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (que presidiria), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Instituto da Água, Instituto de Conservação da Natureza, Direção Geral do Turismo, Direção Regional da Agricultura do Algarve, Direção Regional de Economia do Algarve, Instituto Português do Património Arquitectónico, Instituto Português de Arqueologia, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulico, Instituto das Estradas de Portugal, Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Direção Geral da Autoridade Marítima, Direção Regional de Educação do Algarve, EDP - Eletricidade de Portugal, Águas do Algarve, S.A., Algar, S.A., Inspeção Regional do Serviço Nacional de Bombeiros, Portugal Telecom, S.A., Rede Ferroviária Nacional - Refer, E.P..

Estas Entidades foram acrescidas posteriormente com a ASEMBA – Associação Empresarial do Barlavento Vicentino e o MEL – Movimento Ecológico de Lagos, na sequência do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 da Portaria n.º 290/03, de 5 de abril.

A Câmara Municipal de Lagos, através de ofício de 20/01/03 dirigido à Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território, deu a sua concordância à proposta de composição da Comissão Mista de Coordenação, tendo aquela entidade, nesta sequência, dado conhecimento

¹ As designações das entidades aqui referidas correspondem às existentes à data do Despacho do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território de 16/10/02 sobre a informação n.º 244 de 08/10/02, na qual se concluía, pela constituição da Comissão Mista de Coordenação.

do facto ao Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e à DGOTDU solicitando simultaneamente a esta Direção Geral que se dignasse mandar levar a efeito os procedimentos necessários à constituição da referida Comissão.

De igual modo e através do Despacho de 19/02/03, o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território comunicou à DGOTDU para, com urgência, “Dar seguimento ao procedimento de constituição da CTA”.

Neste contexto e ao abrigo do n.º 11 da Portaria n.º 290/03 de 5 de abril, a Câmara Municipal solicitou à Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, a realização da reunião preparatória, a qual teve lugar no dia 24 de junho de 2003, com a presença da DGOTDU através do sistema de vídeo-conferência.

A ata da reunião em apreço foi remetida a esta Entidade em 17 de fevereiro de 2004, tendo a constituição da respetiva Comissão Mista de Coordenação sido publicada em 16 de abril de 2004, através do Despacho n.º 7563/2004 (2.ª série).

Em 17/05/2004, realizou-se a primeira reunião da CMC, na qual foi exposto o historial do Plano e a metodologia de trabalho a utilizar.

A segunda reunião teve lugar em 05/07/2004, tendo sido apresentados os seguintes documentos: “Caracterização e Diagnóstico”, Planta da Situação Existente e Planta de Condicionantes.

A terceira reunião da CMC acontece em 12/07/2005 e a quarta em 30/03/2006, na qual é apresentada a Proposta de Plano, com as correções/alterações sugeridas na 2.ª reunião daquela Comissão.

À data, estava em curso a revisão do PROTAL e, nesse âmbito, a maioria das Entidades sublinhou a necessidade do PDM estar compatível com o mesmo, o que foi levado a cabo.

Todavia, o PROTAL aprovado e publicado em 2007, não correspondia à versão da citada revisão, o que obrigou a novas alterações no trabalho já executado.

Foi elaborada uma Proposta de Plano constituída por um conjunto de elementos escritos (datados de dezembro de 2007) e gráficos (com data de janeiro de 2008), que a Câmara Municipal de Lagos remeteu à CCDR – Algarve, solicitando a sua apreciação. Foi realizada uma reunião de trabalho com a equipa técnica a 4 de abril de 2008, tendo a CCDR emitido informação técnica e

análise jurídica que aprofundava as questões de conformidade e compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial em vigor e demais disposições legais aplicáveis (Informação n.º DSGT-INF2008-55, de 15 de abril de 2008).

A Câmara Municipal de Lagos optou por converter a Comissão Mista de Coordenação em Comissão de Acompanhamento, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 1-C/2008, de 15 de janeiro. A constituição da Comissão de Acompanhamento efetuou-se por despacho de 2 de abril de 2009, do presidente da CCDR Algarve, publicado na 2.ª Série do Diário da República, através do Aviso n.º 10033/2009, de 25 de maio.

Os trabalhos de finalização da retoma do PDM de Lagos consistem na resposta às questões levantadas nos pareceres das Entidades, com a adequação do plano ao PROTAL, à legislação do ordenamento do território e aos PMOT que entretanto entraram em vigor ou estão em fase final de elaboração ou aprovação no território municipal.

1.2. ÂMBITO DE INTERVENÇÃO NA RETOMA DO PDM

Perspetivou-se uma intervenção que, dando continuidade ao PDM de 1995, constituiria uma atualização e ajustamento daquele documento. A legislação que enquadrava o início da retoma do PDM foi entretanto alterada, implicando por conseguinte novos ajustamentos aos conteúdos materiais e documentais.

1.2.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Na área de intervenção do PDM de Lagos, que corresponde ao Município de Lagos, para além da legislação relevante em termos nacionais e regionais, o enquadramento geral para a elaboração do Plano é essencialmente o seguinte:

- Lei n.º 48/98, de 11 de agosto (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo);
- Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) e respetiva regulamentação (designadamente, os Decretos Regulamentares n.º 9/2009, n.º 10/2009 e n.º 11/2009, todos de 29 de maio);

- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na versão resultante do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

1.2.2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A retoma do PDM de Lagos assenta num Modelo de Ordenamento, que para além do seu enquadramento jurídico referido no capítulo anterior, atende a um conjunto de instrumentos de base estratégica, normativa, programática e orientadora.

Destacam-se assim, os seguintes Instrumentos de Gestão Territorial com abrangência no Concelho:

Âmbito Nacional – Programa de Enquadramento

- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 7 de setembro.

Âmbito Nacional – Planos Especiais

- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau – Vilamoura (POOC) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2005 de 27 de junho;
- Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas da Bravura (POAB) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2004 de 12 de junho;
- Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PBH) aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 12/2002, de 9 de março.

Âmbito Nacional – Planos sectoriais

- Plano Nacional da Água (PNA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril;
- Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 21 de julho;
- Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM) – em elaboração;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto;
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril;

- Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 (PEH);
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II), aprovado pela Portaria n.º 187/2007, de 12 de fevereiro;
- Plano Rodoviário Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto.

Âmbito Regional

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL) aprovado em Conselho de Ministros a 24 de maio de 2007 e publicado a 3 de agosto de 2007 no Diário da República;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2006 de 20 de outubro.

Âmbito Municipal – PMOT em vigor

- Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Lagos (PUL), publicado através do Aviso n.º 12.953/2012, de 27 de setembro (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 188) e Declaração de correção material n.º 258/2013, de 28 de novembro (vd. Diário da República, 2.ª série, n.º 231). Esta revisão integra a área de intervenção do PP do Campo da Feira, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 874, de 28 de março através de declaração, o qual foi revogado aquando da entrada em vigor do Plano de Urbanização.
- Plano de Urbanização da Meia Praia (PUMP), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2007 de 28 de agosto (vd. Diário da República, 1.ª Série, n.º 165);
- Plano de Pormenor de Barão de S. João (PPBSJ), publicado através do Anúncio n.º 993/2008, de 18 de fevereiro (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 34);
- Plano de Pormenor de Espiche (PPE), publicado através do Anúncio n.º 964/2008, de 14 de fevereiro (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 32);
- Plano de Pormenor Portelas (PPP), publicado através do Anúncio n.º 994/2008, de 18 de fevereiro (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 34);
- Plano de Pormenor Sargaçal (PPS), publicado através do Aviso n.º 26 854/2008, de 10 de novembro (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 218);
- Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Estação Ferroviária de Lagos, publicado através do Aviso n.º 9307/2009, de 8 de maio (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 89);
- Plano de Pormenor de Bensafrim (PPB) publicado através do Aviso n.º 25 035/2011, de 30 de dezembro (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 250);

- Plano de Pormenor do Chinicato (PPC) publicado através do Aviso n.º 4264/2012, de 16 de março (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 55).
- Plano de Pormenor de Almádena (PPA) publicado através do Aviso n.º 12855/2013, de 21 de outubro (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 203).
- Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 13 do Plano de Urbanização da Meia Praia (PPUOPG 13), publicado através do Aviso n.º 13301/2013, de 31 de outubro (vd. Diário da República, 2.ª Série, n.º 211)

Âmbito Municipal – PMOT em revisão / elaboração

- Em elaboração, Plano de Urbanização da Vila da Luz;
- Em elaboração, Plano de Urbanização da Vila de Odiáxere;
- Em elaboração, Plano de Pormenor do Burgau

Estudos Municipais e Intermunicipais aprovados formalmente

- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos (PMEPCL);
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo (PEDDL);
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lagos, 2010 – 2014 (PMDFCI);
- Plano Desenvolvimento Social 2007-2009;
- Carta Educativa de Lagos.

Outros estudos desenvolvidos/em curso

- Plano Estratégico de Lagos;
- Plano Municipal do Ambiente;
- Plano Municipal de Turismo (Estes três Planos, foram aprovados na Reunião de Câmara de 05/04/2006);
- Plano de Ordenamento do Paúl
- Carta Arqueológica de Lagos;
- Carta das Áreas Inundáveis do Concelho de Lagos;
- Estudo de mobilidade para os transportes urbanos de Lagos.

A Proposta de Plano e respetivo modelo territorial atende ao conteúdo dos instrumentos acima identificados, ponderando, nos diversos âmbitos, os planos, programas e projetos, designadamente da iniciativa da Administração Pública, com incidência na área a que respeita,

tendo sido considerados tanto os que já existem como os que se encontram em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações (vd. artigo 20.º do RJIGT).

2. ENQUADRAMENTO REGIONAL

A região do Algarve localiza-se no extremo Sul de Portugal e é limitada a Norte pela região do Alentejo, a Sul e Oeste pelo Oceano Atlântico e a Este pelo Rio Guadiana que faz fronteira com Espanha.

O Algarve tem uma superfície de aproximadamente de 500.000ha, detendo em 2011 451 006 habitantes. É composto por 16 municípios designadamente: Vila do Bispo, Aljezur, Lagos, Monchique, Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, Faro, S. Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.



Figura 1 – Localização do município de Lagos na região do Algarve

Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP) em formato shapefile disponibilizada pelo Instituto Geográfico Português (IGP)

A individualidade do Algarve deve-se às suas características geológicas e morfológicas. Com efeito, a serra constituiu desde sempre uma barreira natural separando o Algarve da região alentejana e protegendo-o, em termos climáticos, das influências setentrionais.

O Algarve divide-se em três sub-regiões: o Litoral, o Barrocal e a Serra. A zona da serra é constituída por um cordão montanhoso que se estende paralelamente à costa (W-E) e que vai até junto do Rio Guadiana. O barrocal, zona intermédia, caracteriza-se por declives moderados e o litoral é praticamente plano.

A divisão territorial do Algarve faz-se ainda tendo em conta o regime dos ventos, dando origem à divisão do território em Barlavento (a Ocidente) e Sotavento (a Oriente). A nortada que se verifica

em Portugal também atinge o Algarve mas vai diminuindo de intensidade de Oeste para Este, não se fazendo sentir na área de Faro.

O concelho de Lagos possui abrangência territorial de aproximadamente 21.300ha e é limitado a Norte pelos concelhos de Aljezur e Monchique, a Este pelo concelho de Portimão, a Oeste pelo concelho de Vila do Bispo e a Sul pelo Oceano Atlântico.

De acordo com a Reorganização Administrativa das Freguesias – CAOP 2013 (Carta Administrativa Oficial Portuguesa), que inclui as alterações registadas nos limites administrativos de Freguesias/Municípios/distritos do Continente, decorrentes da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica a sua divisão administrativa engloba atualmente duas freguesias e duas uniões de freguesia:

	União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João	Luz	União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Sta. Maria)	Odiáxere
Hectares	13020,4	2178,3	2915,4	3185,2
Habitantes*	2 425	3 545	22 095	2 984

*Fonte: INE resultados definitivos dos Censos de 2011

Quadro 1 – Divisão Administrativa

A nível viário, as principais vias que servem o concelho são a A22 (IC4) e a EN/ER 125, que o atravessam longitudinalmente, a EN120 que o atravessa transversalmente e corresponde a um acesso à A22, e a A2 (IP1/E01, que faz a ligação com o Norte e Espanha). Existe uma intenção do Plano Rodoviário Nacional de continuar o IC4 para Norte (na imagem a baixo a traço interrompido azul), assente numa estrada pré-existente do concelho.

Para além das referidas acessibilidades viárias, a cidade de Lagos beneficia ainda da linha de caminho de ferro do Algarve.



Itinerário Principal - IP

Estrada Nacional

Itinerário Complementar - IC

Estrada Regional

Figura 2 – Carta do Plano Rodoviário Nacional - Fonte: Plano Rodoviário Nacional 2000

3. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

No território do concelho de Lagos são observadas as seguintes servidões e restrições de utilidade pública:

3.1. RECURSOS HÍDRICOS:

- a) Domínio Hídrico:
 - i) Leito e Margem das Águas do Mar;
 - ii) Leito e Margem das Águas Fluviais: cursos de água e canais de rega;
 - iii) Canais de Rega.
- b) Albufeiras de águas públicas ou lagoas de águas públicas (Albufeira da Bravura):
 - i) Albufeira Classificada;
 - ii) Zona Terrestre de Proteção;
 - iii) Zona Reservada da Zona Terrestre de Proteção;
 - iv) Zona de Proteção da Barragem;
 - v) Zona de Respeito da Barragem;
- c) Perímetro de proteção de captação de água subterrânea para abastecimento público;

3.2. RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS:

- a) Reserva Agrícola Nacional - RAN;
- b) Obras de Aproveitamento Hidroagrícola:
 - i) Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor;
 - ii) Infraestruturas do aproveitamento hidroagrícola do Alvor.
- c) Sobreiro e azinheira:
 - i) Povoamento de Sobreiros ou Azinheiras;
- d) Regime florestal:
 - i) Regime Florestal Parcial;
- e) Árvores ou arvoredo de interesse público:

- i) Árvore ou arvoredo de interesse público
- f) Proteção ao Risco de Incêndio:
 - i) Classe de Risco de Incêndio (elevada ou muito elevada);
 - ii) Redes de Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e secundária).

3.3. RECURSOS ECOLÓGICOS:

- a) Reserva Ecológica Nacional - REN;
- b) Rede Natura 2000:
 - i) Sítio da Lista Nacional;
 - ii) Zona de Proteção Especial.

3.4. IMÓVEIS CLASSIFICADOS:

- a) Zonas especiais de proteção:
 - i) Igrejas de Santo António e São Sebastião e das muralhas e torreões da Cidade de Lagos (**Portaria publicada no DG, n.º 84, de 9-04-1962; Portaria publicada no DG, II Série, n.º 275, de 24-11-1969**);
- b) Monumentos nacionais:
 - i) Igreja de Santo António (**Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924**);
 - ii) Igreja de S. Sebastião (**Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924**);
 - iii) Muralhas e torreões de Lagos, compreendendo especialmente, as portas de Portugal e a do postigo e os restos dos antigos paços dos governadores do Algarve, onde habitou o Infante D. Henrique (**Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924**).
- c) Monumentos de interesse público:
 - i) Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Luz (**Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944**);

- ii) Castelo da Senhora da Luz ou Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (**Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977**);
 - iii) Barragem Romana da Fonte Coberta (**Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992**);
 - iv) Estação Arqueológica do Monte Molião (**Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992**);
 - v) Estação Arqueológica Romana da Praia da Luz (**Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992**);
 - vi) Igreja Matriz de Odiáxere (**Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996**);
 - vii) Forte da Ponte da Bandeira, também denominado N. S. da Penha de França, do Pau da Bandeira ou do Registo (**Decreto n.º 5/2002, DR, 1ª Série-B, n.º 42, de 19-02-2002**);
 - viii) Forte da Meia Praia (**Portaria n.º 182/2015, DR, 2.ª série, n.º 52, de 16-03-2015**);
 - ix) Mercado dos Escravos, Vedoria ou Alfândega (**Portaria n.º 177/2014, DR, 2.ª série, n.º 44, de 4-03-2014**).
- d) Imóveis de Interesse Municipal:
- i) Casa Corte Real (**Reunião de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagos, de setembro de 2003, realizada a 13-10-2003**);
 - ii) Armazém do Espingardeiro, Oficina do Espingardeiro, Selaria ou Ex. Quartel da Coroa (**Edital n.º 660/2013, DR, 2ª Série, n.º 125, de 2-07-2013**).

3.5. INFRAESTRUTURAS

- a) Abastecimento de água:
 - i) Conduta Adutora.
- b) Drenagem de águas residuais:
 - i) Coletor de Águas Residuais;
 - ii) Estação de Bombagem de Águas Residuais;
 - iii) Estação de tratamento de águas residuais (ETAR) e estação de transferência (ET);
- c) Rede elétrica:

- i) Infraestrutura de Transformação de Energia Elétrica;
- ii) Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica.
- d) Rede Rodoviária Nacional e Rede Rodoviária Regional:
 - i) Itinerário Complementar – Autoestrada A22 (IC4);
 - ii) Estradas Nacionais: N 120 (IC 4 – Bensafrim – Aljezur), N 120 (Lagos – Bensafrim), e N 125;
 - iii) Estradas Regionais: ER 125 (Lagos – S. João da Venda);
 - iv) Ligação do IC4/A22 à ER 125 (nas proximidades de Odiáxere)
 - v) Estradas desclassificadas sob jurisdição das EP: EN120(antiga) entre Bensafrim e Lagos; ligação da EN125(antiga) à variante de Lagos; EN125(antiga) entre o início e o fim da variante de Espiche; EN125(antiga) entre o km 19+900 e o km 21+415(Pedra Alçada); EN 125 entre o Km 19+900 e o km 21+415 (Lagos).
 - vi) Zona de Servidão de Estrada do Plano Rodoviário Nacional.
 - vii) Zona de Servidão Acústica.
- e) Estradas e caminhos municipais:
 - i) Estrada Municipal;
 - ii) Caminho Municipal;
 - iii) Zona de Servidão de Estrada ou Caminho Municipal.
- f) Rede ferroviária – troço Lagos-Portimão:
 - i) Via Férrea;
 - ii) Zona de Servidão de Via Férrea.
- g) Aeroportos e aeródromos:
 - i) Zona de Servidão aeronáutica do aeródromo da Penina;
- h) Faróis e outros sinais marítimos;
- i) Marcos geodésicos.

3.6. OUTROS CONDICIONAMENTOS

- a) Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve;
- b) Edifícios escolares;
- c) Faixa de proteção ao parque zoológico;
- d) Acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada;
- e) Espaços canais;
- f) Riscos naturais e tecnológicos;
- g) Riscos de cheias e inundações.

4. MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE LAGOS

Nos termos das disposições regulamentares em matéria de poluição sonora, a elaboração ou alteração dos planos de ordenamento do território deve ser enquadrada por mapas de ruído que caracterizem o ambiente acústico dos locais, visando a definição de soluções de organização do tecido urbano que evitem ou minimizem a ocorrência de situações de incomodidade das populações por ruído.

4.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

O quadro legal do ruído ambiente, é estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprovou o Regulamento Geral do Ruído, o qual foi retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto.

É igualmente estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, por sua vez retificado pela Declaração de Retificação n.º 57/2006, de 31 de agosto.

4.2. OBJETIVOS

A política de ordenamento do território e urbanismo deve assegurar a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada das funções de habitação, trabalho e lazer.

Assim, no âmbito da elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), importa analisar o ambiente acústico no concelho de Lagos, de forma a avaliar a aptidão urbanística das áreas com interesse, e a possibilitar a obtenção de condições acústicas adequadas às utilizações existentes ou previstas e a definição de medidas preventivas ou minimizadoras da exposição das populações ao ruído.

De acordo com a regulamentação acima citada, a elaboração ou alteração dos planos de ordenamento do território deve apoiar-se em informação acústica adequada, devendo as câmaras municipais promover, para esse efeito, a elaboração de mapas de ruído.

Um mapa de ruído consiste na representação gráfica da distribuição dos níveis sonoros numa determinada área, permitindo a apreciação global e expedita do ambiente acústico exterior nessa área, com particular interesse para as ações de planeamento territorial visto que permite adequar

as propostas de desenvolvimento urbano com as condicionantes de utilização do solo decorrentes do ambiente sonoro, visando quer o cumprimento das exigências regulamentares aplicáveis, quer o bem estar e a qualidade de vida das populações, em matéria de poluição sonora.

4.3. MAPAS DE RUÍDO

Os aglomerados urbanos sujeitos a P.U. ou a P.P. dispõem, de acordo com a legislação em vigor à data da sua execução, de mapas de ruído à escala adequada. Os mapas de ruído que enquadram o Concelho incluem os aglomerados urbanos e são constituídos por um documento específico que acompanha o P.D.M.

5. TERRITÓRIO MUNICIPAL – SOLO E SUB-SOLO

5.1. ESTRUTURA DA PAISAGEM

Distinguem-se claramente 3 tipos de paisagem que resultam da geomorfogénese do território do Concelho de Lagos.

5.1.1. LITORAL

A orla marítima, de Sagres até à Ponta da Piedade, está sujeita a um ataque marítimo com desgaste do continente e transporte de materiais. Resulta daí a rara ocorrência de praias com areal e a dominância de arribas escarpas que sofrem diretamente o embate da ondulação.

Na Meia Praia a geologia altera-se porque há um volume de areias significativo e com considerável grau de estabilidade.

A aproximação ao mar é muito variada e para efeitos de controlo da qualidade cénica da paisagem, é de salientar não só a relação terra mar mas também a silhueta da imagem colhida por quem navega junto à costa.

É nesta unidade espacial que se concentra a ocupação humana, pequenos aglomerados e casario disperso. A propriedade é aqui mais parcelada e as cerca de 325 explorações agrícolas existentes no Concelho com menos de 20 ha (dados de 2011) estão aqui localizadas.

A área agrícola do Concelho é estimada em cerca de 4727 ha. É uma área ainda razoável, atendendo à pobreza dos solos, à morfologia do terreno e às disponibilidades efetivas de água para uma agricultura mais intensiva.

A área de hortas familiares é de cerca de 32 ha situados nas terras de aluvião ao longo dos pequenos vales de diversas ribeiras.

Note-se que estas ribeiras têm um regime torrencial, no verão estão geralmente secas, isto devido em grande parte ao facto das bacias estarem desflorestadas.

A paisagem agrícola é pouco estruturada. A paisagem mostra-se degradada, gasta e sobre – explorada.

5.1.2. BARROCAL

O Barrocal corresponde a formações calcárias carsificadas com um relevo ondulado. Desenvolve-se por vezes até à linha de costa onde sofre efeitos erosivos de desgaste e prolonga-se para o interior cerca de 10 Km até encontrar as formações de xistos, cujo relevo passa de ondulado a movimentado e acidentado. Grande parte do Barrocal foi ocupada por uma agricultura extensiva. Algumas das parcelas agrícolas foram despedregadas para receberem pomares de figueira, amendoeira e alfarrobeira, com culturas de sequeiro sob coberto. Nos vales surgem culturas de regadio.

No geral revela-se aqui uma paisagem agrícola cansada, com sinais de abandono e adivinha-se uma nova lógica de ocupação, ainda incipiente, com tendência para as tipologias de residência secundária e com pedidos de viabilidade para “urbanizações turísticas”.

Em geral o espaço não tem compartimentação, o solo apresenta-se desprotegido e sujeito a fenómenos de erosão com desertificação da paisagem.

5.1.3. SERRA

A Serra apresenta um relevo movimentado por vezes acidentado. A paisagem humanizada do Barrocal altera-se bruscamente logo que entramos na Serra – desaparece o casario disperso e o parcelamento dos pequenos quintais e courelas. Está-se então numa área de nítida aptidão florestal; no entanto não há povoamentos arbóreos estáveis, a paisagem apresenta sinais de erosão crítica e de desertificação.

Notamos uma mancha de sobreiro muito dispersa. Segundo os dados do Inquérito Agrícola a mancha de sobreiro é de longe a mais expressiva neste Concelho no setor florestal seguida de uma presença de eucaliptal e pinhal bravo tem uma expressão mais reduzida.

São claros por todo o concelho os sinais de cultural arvense de sequeiro mesmo em zonas declivosas da Serra, é uma agricultura deslocada em terrenos que devem ser exclusivamente para a floresta e silvo-pastorícia.

A florestação da Serra é ecológica e paisagisticamente necessária para regularizar os ribeiros e aumentar os recursos hídricos do Concelho e criar um recurso ambiental de elevada importância para os habitantes e para as atividades turísticas.

5.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O Concelho de Lagos não se subtrai ao que é comum nos Concelhos costeiros da região do Algarve.

A grande propriedade implanta-se na zona florestada da serra.

As zonas do Barrocal e do Litoral, marcadas fundamentalmente pela agricultura de sequeiro, intensiva até meados do século passado, são caracterizadas pelo minifúndio. Nestas zonas ocorreu a fixação humana em aglomerados e em habitação dispersa.

No Barrocal e no Litoral a parcela média é da ordem dos 0,35 ha, variando entre os 600 m² e os 45000 m².

Em amostragens abrangendo áreas com o somatório de cerca de 95 ha encontram-se 55 parcelas. Estas parcelas apresentam geometria muito variada. Algumas têm a forma de língua, com largura que não ultrapassa os 12 metros e comprimento da ordem dos 350 m.

5.3. RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

5.3.1. GENERALIDADES

Nos capítulos que se seguem apresentam-se, primeiramente, considerações de natureza geológica, geomorfológica, hidrogeológica e alguns aspetos geotécnicos, que visam, essencialmente, a caracterização dos maciços geológicos que reúnem perspectivas mais favoráveis de ocorrência e armazenamento de recursos hídricos subterrâneos.

5.3.2. CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA E GEOMORFOLÓGICA

No presente capítulo fazem-se referências à estratigrafia, litologia dominante, geologia tectónico-estrutural e geomorfologia do Concelho de Lagos. As formações que ali afloram são, na quase totalidade, de origem sedimentar e classificadas, estatigraficamente, desde o Primário até aos nossos dias.

O concelho de Lagos está localizado na parte ocidental do Algarve, região que, do ponto de vista geográfico-geológico se pode dividir em três unidades:

- a) A “Serra”, situada na parte setentrional, montanhosa, xistenta e paleozoica;
- b) O “Barrocal”, que é o Algarve calcário, constituído por formações mesozoicas, com elevações dispostas subparalelamente entre si e a costa;
- c) A “Beira-mar” é constituída pelos terrenos do litoral, do Cretácio e ceno-antropozoicos. São os grés, as argilas e as areias das terras baixas intensamente cultivadas e ocupadas.

No Concelho em referência algumas áreas do “Barrocal” encontram-se cobertas por depósitos Pliocénicos, mais comuns na “Beira Mar”, o que lhes dá, por vezes, o aspeto aplanado.

As formações mais antigas ocupam uma vasta mancha localizada a norte que é ligeiramente inferior a metade da área do Concelho.

Estas formações estão classificadas, como pertencentes ao Carbónico H 2 ab, e a petrografia dominante são os xistos, mais ou menos argilosos, com intercalações de camadas de grauvaque.

Todas as restantes formações sedimentares se localizam a sul daquela mancha, sendo a sua litologia, predominantemente calcária.

Dos depósitos referidos, dos mais modernos para os mais antigos, fazem parte:

- Moderno, com aluviões e areias de praia;
- Plistocénico, constituído pelos depósitos de terraços fluviais de Odeáxere;
- Pliocénico, onde dominam as areias grosseiras, avermelhadas;
- Miocénico, constituído por calcários e calcarenitos de Lagos;
- Cretácico, caracterizado nos andares superiores por calcários margosos e margas de Atalaia, e nos inferiores por calcários, margas e arenitos da Sr^a da Luz;

- Jurássico, com os andares superiores (Portlandiano e Kimeridgiano) constituído por calcários cripto-cristalinos de Vale de Lama; nos andares do Jurássico médio (Dogger) ocorrem calcários oolíticos, dolomíticos, pisolíticos e dolomitos de Amádena; nos andares inferiores, do Lias, dolomitos e calcários dolomíticos de Espiche; o Hetangiano-Reciano, com o complexo margo-carbonatado de Bensafrim e, por fim, o Triásico com os arenitos de Bensafrim mais conhecidos pelo “Grés de Silves”.

Quanto a formações de origem ígnea existem no concelho de Lagos vários afloramentos de rochas filonianas, petrograficamente constituídos por basaltos, basaltos doleríticos, limburgitos, etc, que irromperam através das camadas do Secundário e das formações mais antigas, constituindo filões, chaminés, pequenos mantos, etc.

Sob o ponto de vista tectónico-estrutural o Concelho em estudo apresenta na região norte, nos xistos e grauvaques, dobras apertadas do tipo isoclinal enquanto a sul, nas regiões calcárias, são muito mais suaves.

De entre estas, a mais importante constitui o sinclinal do Serro do Moínho – Monte Judeu – Sargaçal, grosseiramente definido pelo eixo Porte-Almádena, cuja direção é, aproximadamente, NE – SW.

O seu núcleo é constituído por formações do Jurássico médio (Dogger J 21ab), por vezes, cobertas por depósitos Pliocénicos.

Também ali ocorrem algumas “ilhas” constituídas por afloramentos de rochas filonianas (sobretudo basaltos) que “furaram” os calcários do Dogger e as formações sedimentares mais antigas, subjacentes.

No que se refere a descontinuidades geológicas, elas são mais importantes nas formações jurássicas onde podem desempenhar importante papel no comportamento hidrológico dos “blocos” por elas gerados. As falhas funcionam, frequentemente, como barragem à circulação subterrânea da água.

Nas formações jurássicas abrangidas pelo trapézio de vértices localizados nas povoações de Portelas, Almádena, Barão de S. Miguel e Bensafrim ocorrem importantes falhas, algumas com vários quilómetros de comprimento e de direções variando entre N - S e NE - SW.

De salientar o trajeto seguido por duas: a primeira, de direção N – S, é visível cerca de 1 Km para N de Ponta das Ferrarias na costa sul, passa a W de Funchal e a E de Monte Judeu e segue para N, enquanto a segunda, de direção dominante NNE – SSW, vem da praia do Burgau, passa a E de Almádena e segue primeiro para NNE e depois para N.

Acerca das condições geomorfológicas que ocorrem no Concelho considera-se de referir a área ocupada pelos xistos e grauvaques a norte (“Serra”), que, com um comportamento praticamente impermeável, apresentam uma morfologia vigorosa com uma rede de drenagem recortada, de aspeto dendrítico, que proporciona às águas pluviais elevado poder erosivo.

Os vales são encaixados e as vertentes íngremes, geralmente cobertas de vegetação arbustiva.

As cotas da “Serra” oscilam entre cerca de 100 e 200 m.

Na região abrangida pelo “Barrocal” e pela “Beira-Mar” a morfologia é muito mais adoçada para o que contribui a cobertura pliocénica de algumas daquelas áreas proporcionando uma “zona planáltica” entre a “Serra” e o mar.

A “terra rossa” (solo residual das formações calcárias) predomina nos vales e nas encostas suaves, proporcionando terras férteis de cultivo.

Por fim, na “Beira-Mar” ocorrem algumas formas de relevo característico, formadas pelos depósitos margo-greso-calcários do Cretácico e do Miocénico, de que merecem referência especial a falésia entre Burgau e Sr^a da Luz, a escarpa entre Atalaia e Porto de Mós e a arriba recortada Porto de Mós – Ponta da Piedade – Lagos e Meia-Praia.

5.3.3. CONSIDERAÇÕES HIDROGEOLÓGICAS

No concelho de Lagos, sob o ponto de vista topográfico, geotécnico e de estanqueidade das albufeiras de barragens, os locais mais recomendados para a construção de aproveitamentos hidráulicos de superfície situam-se na parte norte, na chamada “serra algarvia”, enquanto as formações que reúnem maiores probabilidades de disporem de recursos hídricos subterrâneos são as de litologia calcária que apresentem permeabilidade e capacidade de armazenamento elevadas. Estas características ocorrem sobretudo nos maciços calcários fraturados cujas fissuras foram alargadas, devido à dissolução do carbonato de cálcio pelas águas pluviais carregadas de

anidrido carbónico, as quais chegam a originar vastas redes subterrâneas de circulação hídrica, constituindo galerias, poços e cavernas, por vezes, de grandes dimensões.

Estão neste caso os dolomitos e calcários dolomíticos do Dogger J 21ab que, felizmente, têm a separá-los do mar importantes formações cretácicas que funcionam, praticamente, como barragem à intrusão marinha.

Contudo, o êxito das pesquisas em formações calcárias é bastante aleatório, pois, um furo de pesquisa pode atingir uma fratura importante suscetível de proporcionar a extração de caudais elevados, enquanto outro, executado a poucos metros de distância, pode resultar improdutivo.

Embora esta incerteza quanto aos resultados tenha, com frequência reflexos negativos na economia dos objetivos a atingir, não se observa no concelho de Lagos, outra formação geológica que possa, eventualmente, proporcionar a obtenção de caudais com interesse.

São, pois, os andares do Dogger J 21ab, e do Lias J1cd, que lhe estão subjacentes, que, pela sua litologia e carsificação, aliados à enorme estrutura sinclinal cujo eixo se desenvolve, aproximadamente, com a orientação Portelas – Almádena, reúnem condições preferenciais para a realização de furos de pesquisa e eventual captação de água.

Aliás, são naquelas formações geológicas onde ocorrem todos os furos que abasteciam o concelho.

Também os calcários fossilíferos do Miocénico são suscetíveis de fornecer bons caudais, embora com furos geralmente, mais profundos.

Estas formações estão, por vezes, cobertas pelo Pliocénico e, perante a reduzida distância a que se encontram do mar antes do qual não parece existir qualquer barragem natural, atendendo à sua boa permeabilidade, considera-se que, para rebaixamentos hídricos elevados, seria grande a probabilidade de vir a verificar-se uma progressiva salinização dos seus aquíferos.

As outras formações geológicas que afloram no Concelho, cretácicas, pliocénicas e aluviais, não apresentam condições favoráveis à captação de caudais com interesse quer pela reduzida espessura (Aluviões e Pliocénico), quer pela litologia, predominantemente, margosa como é o caso do Cretácico.

As águas, geralmente, pouco profundas que ocorrem nos Aluviões e no Pliocénico, são, com alguma frequência, captadas por meio de poços cuja produtividade é variável mas que podem solucionar casos pontuais de baixos consumos.

5.3.4. POSIÇÃO ATUAL DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO DE LAGOS

O concelho de Lagos, atualmente, recorre exclusivamente à água fornecida pelo Sistema Multimunicipal.

Os furos de captação foram desativados, constituindo-se como reserva estratégica.

5.4. RECURSOS HÍDRICOS DE SUPERFÍCIE

Neste capítulo procede-se à análise e caracterização dos principais recursos de água e respetivas bacias hidrográficas no que respeita à hidrografia, qualidade das águas e situação atual dos aproveitamentos hidráulicos de superfície.

5.4.1. HIDROLOGIA

DEFINIÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

O concelho de Lagos ocupa uma região costeira com uma área de aproximadamente 22 000 ha, incluindo dois tipos diferentes de bacias hidrográficas: as bacias principais que correspondem às linhas de água mais importantes e as pequenas bacias formadas na orla marítima devido às elevações constituídas pelas dunas sobretudo na Meia Praia. Dado o cariz deste estudo, não faz sentido considerar estas últimas bacias, pelo que a análise que se segue diz, apenas, respeito às bacias mais importantes. As bacias consideradas foram designadas pelos nomes das linhas de água correspondentes e são:

- Bacia da ribeira de Odeóxere;
- Bacia da ribeira de Arão;
- Bacia da ribeira de Bensafrim;
- Bacia da ribeira de Sabrosa;
- Bacia da ribeira de Almádena.

As ribeiras de Arão e Sabrosa são, de facto, afluentes das ribeiras de Odiáxere e de Bensafrim, respetivamente.

Como é natural o limite das bacias hidrográficas não coincide totalmente com o limite administrativo do Concelho. Assim, as bacias referidas contemplam áreas não compreendidas no concelho de Lagos e simultaneamente, uma pequena área a Oeste do Concelho não foi considerada, por constituir a zona de Cabeceira duma linha de água que drena para o concelho vizinho.

As características principais das bacias referidas estão resumidas no quadro seguinte:

Designação da bacia	Área total (km ²)	Densidade de drenagem	Comprimento da ribeira (km ²)	Perenidade do caudal
Odiáxere	160	Alta	27	Não
Arão	53	Alta	20	Não
Bensafrim	84	Média	15	Não
Sabrosa	27	Alta	10	Não
Almádena	36	Baixa	11	Não

Quadro 2 – Características principais das bacias Hidrográficas consideradas

CARACTERIZAÇÃO DAS LINHAS DE ÁGUA

A região em estudo é constituída por dois tipos diferentes de relevo.

Assim, a zona Norte do Concelho é montanhosa, atingindo-se altitudes da ordem dos 200 m e a zona Sul é bastante mais plana, situando-se a altitudes inferiores a 50 m. Esta característica deu origem a que a densidade de drenagem da zona Norte seja superior à da zona Sul e constitui, também, a causa do tipo de perfil e de regime que as linhas de água apresentam. De facto, todas as ribeiras apresentam em perfil longitudinal uma primeira zona designada por fase de juventude (junto das Cabeceiras) de grande inclinação e onde se verifica um regime torrencial de escoamento. Após uma zona intermédia, fase de maturidade, de “compromisso” entre os dois regimes, verifica-se que o terço final, junto da foz corresponde a inclinações baixas e a um regime fluvial que é designada por fase de senilidade. Salienta-se, ainda, que apenas nas ribeiras de Bensafrim e Odiáxere se verifica a ocorrência de caudal, em média, durante uma parte significativa do ano hidrográfico.

PRECIPITAÇÃO REGIONAL – ANÁLISE ESTATÍSTICA E REGIME

No âmbito do presente estudo, não faz sentido proceder à análise estatística das precipitações da região, deixando-se para uma outra fase o desenvolvimento deste assunto.

Quanto às características médias da precipitação na zona, verifica-se que esta diminui do interior para o litoral. Com efeito, existem três faixas distintas de Norte para Sul, com diferentes valores médios anuais. Assim, no extremo Norte, na zona da “Serra”, a quantidade de precipitação varia entre 600 e 700 mm.

Na faixa a seguir, e até aproximadamente metade do concelho, essa quantidade já é de 500 – 600 mm. Finalmente, na faixa Sul, varia entre 400 – 500 mm, sendo estes últimos valores da precipitação os que mais interessam, pois é na zona costeira que se localizam a maioria das povoações do Concelho, onde se poderá considerar ser de 500 mm o valor médio anual da precipitação.

Refira-se ainda que, o número de dias no ano com precipitação maior ou igual a 1 mm foi em média no período atrás referido, de 50 a 75 dias, o que corresponde a uma percentagem variando entre 14 e 21%.

CLIMA

Analisa-se seguidamente as características climatológicas a considerar no âmbito do presente trabalho.

a) Temperatura do ar

A temperatura média anual do concelho é de 18,6 ° C, sendo a variação diária na ordem dos 6°C.

b) Insolação

Os valores médios anuais de insolação no concelho variam entre 2 900 e valores superiores a 3100 horas. Estes últimos verificam-se junto à costa NW do concelho onde se situa a cidade de Lagos.

c) Humidade do ar

Devido à influência marítima que se faz sentir vinda do Sul e Oeste, o clima no Concelho é bastante húmido.

Como valor médio anual, temos que a humidade relativa do ar às 9 T.M.G., é de 80 a 85% em todo o Concelho.

d) No concelho de Lagos, às 18 T.M.G., os ventos predominantes são os de SW, com velocidade entre 6 e 51 km/h.

5.4.2. QUALIDADE DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE

Da análise da distribuição dos aglomerados populacionais mais importantes pela região e atendendo ainda à reduzida industrialização do Concelho, pode-se concluir que as linhas de água da zona Norte deverão apresentar um índice de poluição muito baixo. Quanto à zona Sul, e mais especificamente no que respeita à ribeira de Bensafrim, há que ter em consideração a elevada carga orgânica que os esgotos da cidade de Lagos dão origem, embora junto da foz.

Por outro lado é de salientar que nesta zona predominam as formações calcárias, carsificadas que são caracterizadas por grande poder de receção de águas pluviais.

Em geral naquelas formações geológicas não há escorrência superficial facto que conduz a que a qualidade da água não sofra, praticamente, alteração qualitativa no processo de circulação subterrânea através daquele tipo de formação.

5.4.3. APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS DE SUPERFÍCIE

No concelho de Lagos e de um modo mais generalizado na região abrangida pelas bacias hidrográficas referidas, apenas existe um aproveitamento hidráulico de superfície com alguma importância. Trata-se da barragem da Bravura, também conhecida por barragem de Odiáxere, situada na zona Norte do Concelho, sensivelmente 7 km a Norte da povoação do Sargaçal. A albufeira artificial criada com este empreendimento atinge algumas áreas já exteriores ao concelho de Lagos.

5.4.4. APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO ALVOR

O Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor localiza-se no concelho de Lagos, na freguesia de Odiáxere e na união das freguesias de Bensafrim e Barão de São João, e no concelho de Portimão, nas freguesias de Alvor e Mexilhoeira Grande, e caracteriza-se do seguinte modo:

- Região hidrográfica: RH8;
- Bacia hidrográfica: Ribeiras do Algarve;
- Linha de água: Ribeira de Odiáxere;
- Carta Militar 1:25.000 n.^{os}: 594 e 603;
- Objetivo: Agricultura e abastecimento urbano;
- Ano de conclusão: 1959;
- Área total de regadio do projeto: 1.747 ha;
- N.º de beneficiários previstos: 933;
- Área em exploração: 1.747 ha;
- N.º de beneficiários previstos: 933;
- Origem da água: Superficial;
- Fornecimento de água às explorações: Gravidade;
- Gestão: Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor;
- Solos

Solos dominantes	80,38% da área total do AH	Classificação	Aptidão ao regadio
A	23,18	Solos incipientes – aluviossolos modernos, não calcários, de textura mediana	1, (2)
Sr	12,74	Solos argiluvitados, pouco insaturados – solos mediterrâneos, vermelhos ou amarelos, de materiais não calcários, com materiais lateríticos, de “rañas” ou materiais afins	3, (4)

As	11,35	Solos halomórficos – solos salinos, de salinidade moderada, de aluviões, de textura mediana	3, 4 (culturas resistentes, e/ou com drenagem/recuperação)
Ass	5,90	Solos halomórficos – solos salinos, de salinidade moderada, de aluviões, de textura mediana	6, 4 (culturas resistentes e/ou com água de boa qualidade)
Vt	5,90	Litólicos, não húmidos, pouco insaturados normais, de arenitos grosseiros	3
Vcd	5,46	Solos argilosos pouco insaturados – solos mediterrâneos, vermelhos ou amarelos, de matérias calcárias, normais, de calcários compactos ou dolomias	2, 3
Vc	4,36	Solos calcários, vermelhos dos climas de regime xérico, normais, de calcários	3, 2, (4)
At	4,15	Solos incipientes – aluviössolos antigos, não calcários, de textura mediana	1, 2
Pc	3,19	Solos calcários, pardos dos climas de regime xérico, normais, de calcários não compactos	3, (2)

Aptidão potencial para o regadio:

1 – Elevada

2 – Moderada

3 – Marginal

4 – Condicionada para usos restritos

5 – Inaptidão total

- Ocupação cultural: Pomares (na sua maioria citrinos), milho e hortícolas;
- Sistema tarifário: Taxa de conservação por ha beneficiado, Taxa de exploração em função do volume de água consumido, Taxa de defesa por ha;
- Infraestruturas existentes em 2008:
 - Barragem da Bravura (altura máxima acima do leito: 36,00 m; desenvolvimento do coroamento: 145,55 m; capacidade útil da albufeira: 32.260.000 m³);
 - Estação elevatória: 1;
 - Rede primária de rega: 20.370 m;
 - Redes de rega: 96.500 m;
 - Rede de drenagem: 61.441 m;
 - Obras de defesa: dique (na Torre) de 250 m de comprimento;

- Valados com um desenvolvimento total de 22.000 m;
- Central de produção de energia elétrica: 1
- Não houve qualquer intervenção no período 2000-2008 (QCA III);
- Necessidades de modernização/reabilitação:
 - Reabilitação de distribuidor do Vale da Lama e sifão no atravessamento do Arão;
 - Reabilitação de comportas e módulos dos canais de rega;
 - Execução do descarregador do dique da Torre e reabilitação de comportas;
 - Barragem da Bravura – Adaptação da barragem ao RSB (estabilização das erosões verificadas no encontro direito; construção de bacia de dissipação na fossa de erosão da válvula de jato oco; adequação dos órgãos de segurança ao RSB; remodelação das instalações elétricas).

As áreas e as infraestruturas do Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor, encontram-se sujeitas ao Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola e legislação complementar. Esta legislação afeta estas áreas a um uso agrícola ou compatível com ele, proibindo todas e quaisquer construções, atividades, ou utilizações não agrícolas em prédios ou parcelas de prédios beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos provisórios ou definitivo da obra, forem admitidas como complementares da atividade agrícola. Acresce ainda referir que estas áreas integram a RAN pelo que estão sujeitas ao seu Regime Jurídico.

5.5. ORIENTAÇÃO GEOTÉCNICA

5.5.1. GEOMORFOLOGIA

Geomorfológicamente o concelho de Lagos divide-se em dois grandes domínios:

- “Serra Algarvia”, Zona essencialmente xistenta – situada a norte do alinhamento que passa por Barão de S. João – Bensafrim – Colinas Verdes – Monte Ruivo – Arão, que ocupa cerca de 45% da área total do concelho (Zona XI).
- “ORLA ALGARVIA”, Zona essencialmente calcária – situada a sul daquele alinhamento e que corresponde aos restantes 55% da área do concelho (Zona I a, a VI b) Correspondendo a

cada uma delas características geomorfológicamente distintas. A separá-las encontra-se uma faixa depressionada e alongada (Zonas VII a X) bem marcada na morfologia da região, dada a menor dureza das argilas margosas hetangianas aí ocorrentes, face à maior resistência das formações geológicas que as encaixam, como são os xistos a norte e os calcários a sul.

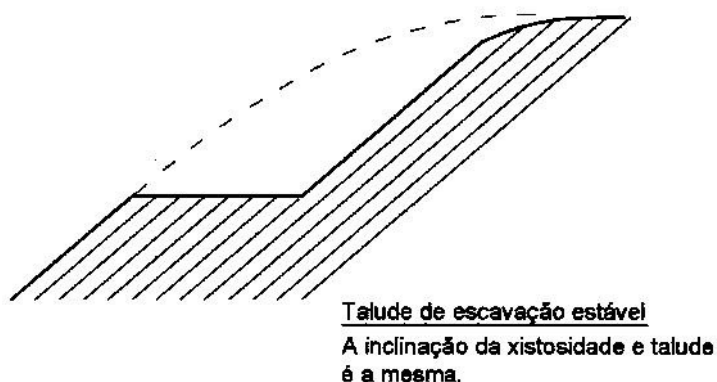
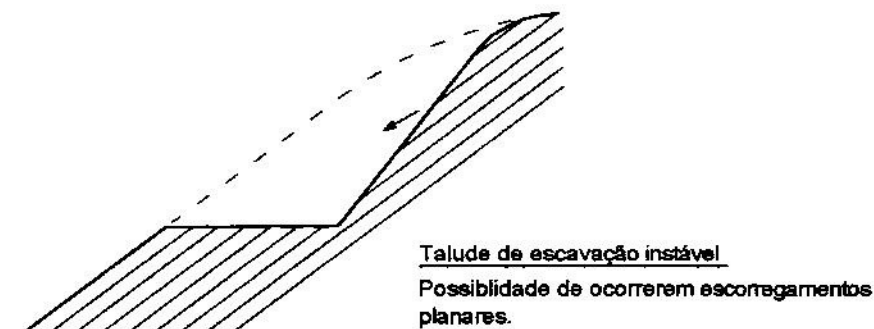
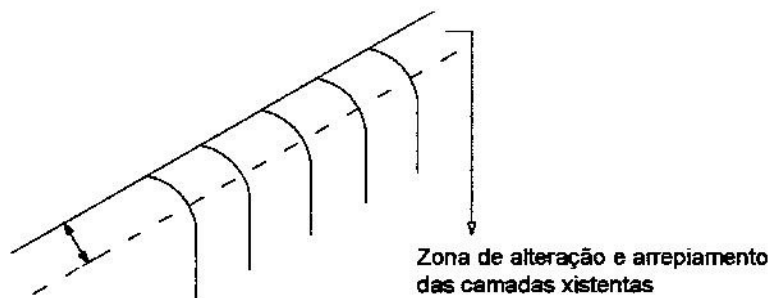
A “Serra Algarvia” (zona XI)

É constituída por alternâncias constantes de xistos argilosos e grauvaques que funcionam do ponto de vista morfológico como um conjunto homogéneo e que confere a esta parte norte do concelho uma paisagem uniforme e monótona característica da “Serra Algarvia”.

Tratando-se de rochas praticamente impermeáveis dão origem a uma rede de drenagem dendrítica densamente ramificada com vales estreitos e encaixados enquanto as vertentes se mantêm abruptas e retilíneas.

Assim, no conjunto, esta zona compõe-se de uma série de cabeços com cimo de formas arredondadas e suaves e com vertentes de declives acentuados e cobertos por vegetação rasteira e dispersa. O topo de tais relevos encontra-se escalonado de norte para sul a cotas compreendidas entre 200 e 100 m fazendo-se a drenagem igualmente na direção geral N-S.

Dada a impermeabilidade dos terrenos, as águas de escorrência superficial, impedidas de se infiltrarem, conduzem a um processo erosivo acelerado com arraste apreciável de partículas e à transformação de solos esqueléticos. Esta erosão progressiva dos taludes naturais leva a uma descompressão dos maciços xistentos o que por sua vez conduz ao arrepiamento das camadas. Este fenómeno corresponde ao arqueamento das bancadas xistentas na zona superficial, motivada pela alteração e descompressão progressiva do maciço ao longo do tempo (vidé figura seguinte).



Os problemas de instabilidade dos taludes xistosos são o resultado da realização de escavações em situações desfavoráveis em que a inclinação das camadas xistosas se faz no mesmo sentido da inclinação dos taludes de escavações previstas, havendo, em tais situações, que compatibilizar as inclinações de modo a permitir obter taludes estáveis.

A “Orla Algarvia” (zonas I a, a VI b)

É constituída pelas rochas meso-cenozóicas (calcários, grés, margas, argilas, areias, etc.), das quais sobressaem os calcários pela importância que têm no relevo.

Corresponde a toda a zona localizada a sul da “Serra Algarvia” onde é possível considerar 3 subunidades geomorfológicas principais:

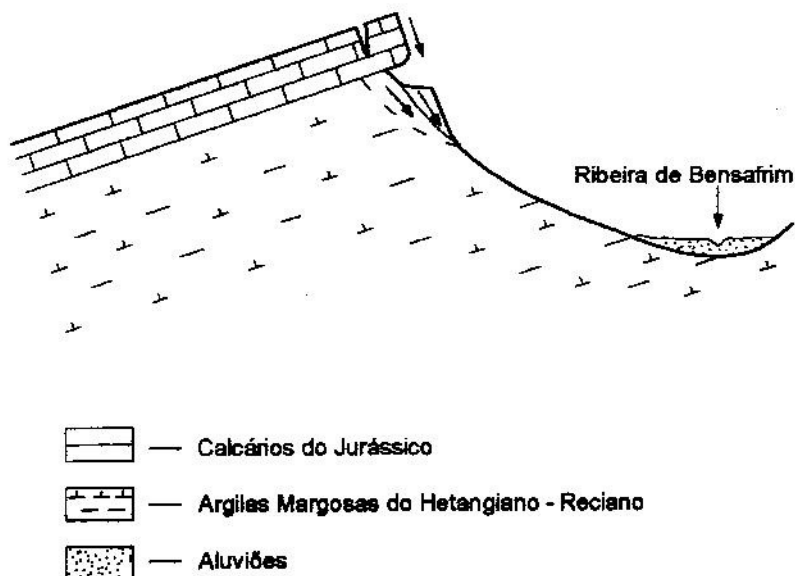
- Área Planáltica Central – formada pelos calcários rijos do Jurássico (Zonas VI a e VI b) e areias de cobertura do Pliocénico (Zonas II e III).
- Relevos Monoclinais do Litoral – formados pelos terrenos margo-calcários do Cretácico e Miocénico (Zonas IVa a Vb).
- Baixas Aluvionares (Zonas Ia e Ib)

Área Planáltica Central (Zonas VIa – Vb e II – III)

Identifica-se com o grande maciço calcário muito compacto e resistente de cotas compreendidas entre os 90 – 40 m, com cerca de 5 km de comprimento, de orientação sensivelmente WSW – ESSE e que tem por limite sul o alinhamento que passa por Almádene – Espiche – Portela – Odiáxere.

No conjunto o maciço calcário corresponde a um relevo estrutural que coincide com a estrutura geológica em sinclinal que ocorre nesta parte central do concelho, o qual é limitado a norte por grande abrupto escarpado que de Barão de S. João se estende por Bensafrim, Colinas Verdes e Ribeira de Odiáxere, formando assim uma saliente cornija calcária que constitui todo o rebordo norte e nordeste do planalto, e que contrasta fortemente com a faixa depressiona a norte onde ocorrem as argilas margosas do Hetangiano- Reciano (Zonas VII a X).

Os problemas de evolução morfológica que podem pôr em risco a estabilidade dos taludes naturais são os desmoronamentos que podem ocorrer na cornija calcária que bordeja a norte o maciço calcário. De facto tais formas estruturais poderão ser instabilizadas a partir do momento em que ficam descalças inferiormente por falta de sustentação face à fácil rutura que pode ocorrer nas argilas margosas hetangianas situadas inferiormente a meia encosta.



De uma maneira geral o maciço apresenta morfologia característica da paisagem calcária, onde é suscetível de ocorrerem formas típicas do modelado cársico.

De facto, estas formações apresentam-se irregularmente carsificadas à superfície, onde a rocha se encontra também mais fraturada, criando-se assim condições favoráveis à infiltração das águas de escorrência superficial, o que facilita a dissolução das formações calcárias em profundidade e o aparecimento de cavidades subterrâneas de maiores ou menores dimensões, as quais nalguns casos se encontram parcialmente preenchidas por argilas vermelhas de descalcificação (tipo “terra rossa”).

Tais cavidades, se próximo da superfície, poderão causar problemas de fundação à construção de edificações que eventualmente se venham aí a localizar.

Relevos Monoclinais do Litoral (Zonas IVa a Vb)

Engloba toda a faixa situada a sul do alinhamento que passa sensivelmente por Espiche – Portelas – Vale da Lama.

Devido à disposição monoclinal das camadas com inclinação geral para E a SE à volta dos 10º - 20º (vidé Carta de Aptidão à Construção em anexo), vão ocorrendo sucessivamente formações geológicas mais recentes naquelas direções, que atendendo à sua constituição litológica heterogénea propicia uma morfologia diversificada ao longo do litoral.

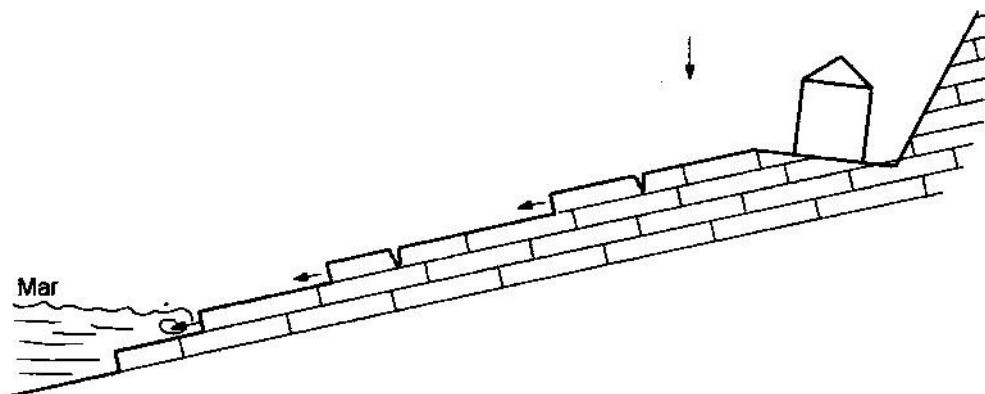
Assim é possível considerar quatro subdomínios ao longo da costa, a saber:

- A Falésia entre Burgau – Sr^a da Luz (Zonas Va e Vb)
- A Escarpa entre Atalaia e Porto de Mós (Zonas Va e Vb)
- A Arriba recortada entre Porto de Mós – Ponta da Piedade – Lagos (Zonas Iva e Ivb)
- A Meia – Praia (Zona Ic)

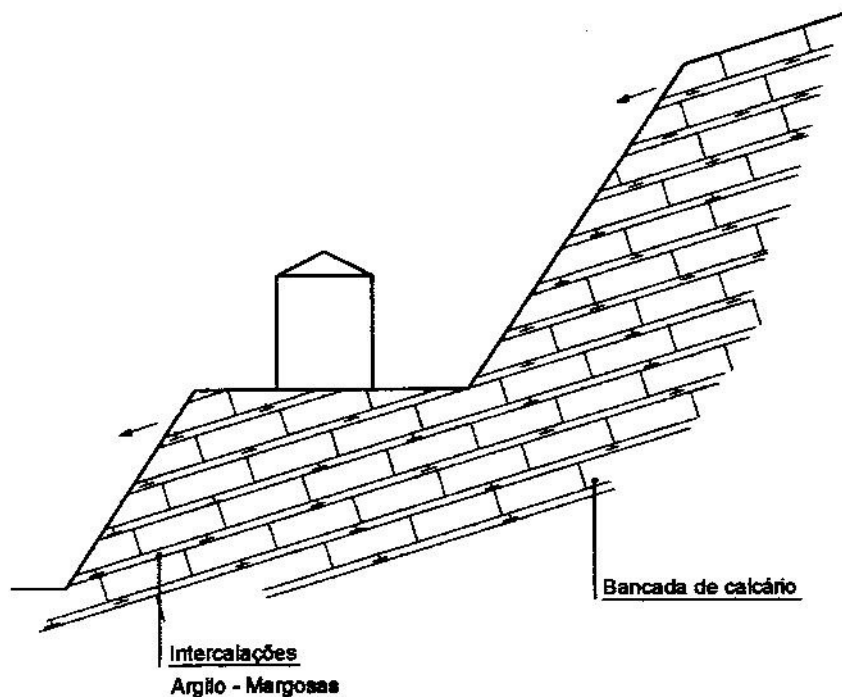
A Falésia entre Burgau e Sr^a da Luz (Zonas Va e Vb)

Terminando suavemente em direção ao mar as camadas calcárias apresentam-se como planos inclinados que vão sendo truncadas a cotas sucessivamente mais baixas de WSW para ENE, apresentando junto a Burgau desníveis da ordem dos 50 m enquanto junto à ponta da Calheta (Sr^a da Luz) apenas atingem os 10 m.

Os problemas de evolução da falésia são os escorregamentos planares que vão ocorrendo sucessivamente ao longo desta parte da costa, com a consequente acumulação de blocos junto à zona de rebentamento das vagas.



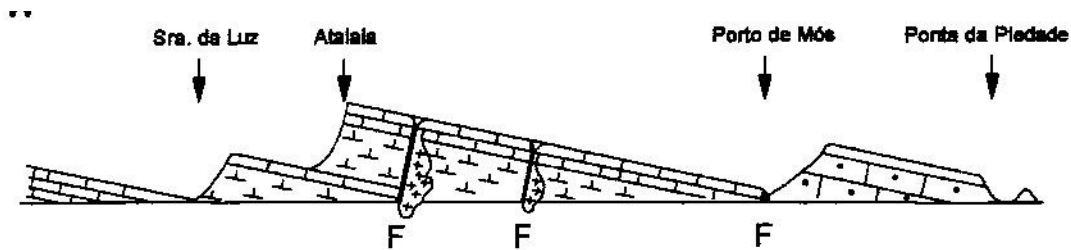
No interior desta faixa entre Montinhos da Luz – Funchal – A do Alho – Paúl, ocorre um alinhamento de colinas entre 70 – 100 m com declive entre 20º e 35º voltadas para SE, em que a disposição estrutural das camadas torna desfavorável a execução de taludes de escavação no flanco SE de tais relevos, favorecendo igualmente os escorregamentos planares, atendendo à presença de intercalações argilo-margosas que podem ocorrer interestratificadas com os calcários.



Junto às zonas de falhas a situação agrava-se como sucede entre Alagoas e Terras Altas (no extremo SW do concelho), onde a constituição acentuadamente mais margosa das formações aí ocorrentes favorecem os escorregamentos do tipo rotacional.

A Escarpa entre Atalaia – Porto de Mós (Zonas Va e Vb)

A estrutura monoclinal favorece a formação de uma “cuesta” culminada por bancadas calcárias mais resistentes no topo que na zona frontal junto ao mar descem suavemente (declives entre 10º e 15º) para leste, desde cotas da ordem dos 100 m na zona da Atalaia, até cerca dos 50 m junto a Porto de Mós. A vertente voltada para oeste é mais inclinada (declives entre 25º e 40º) dada a presença de formações margosas mais brandas.




 — Areias Vermelhas do Pliocénico

 — Calcários do Miocénico

 — Calcários do cretácico

 — Margas do cretácico

 — Chaminé Basáltica

 — Falha

Os fenómenos instabilizadores na zona frontal desta escarpa abrupta voltada para o mar, correspondem a desmoronamentos da cornija calcária do topo dada a mais fácil erodibilidade das formações margosas e os efeitos dinâmicos do mar na base da escarpa.

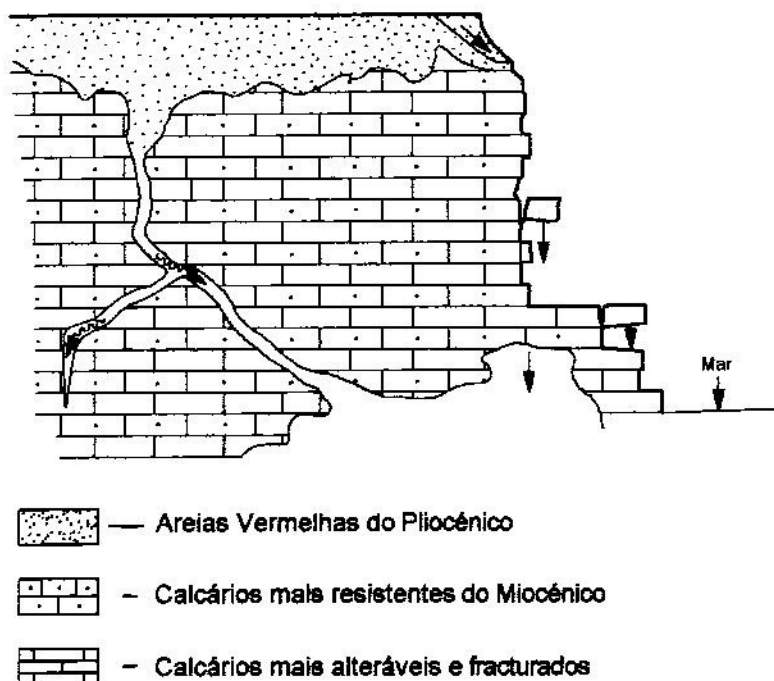
Destaca-se do conjunto, na zona da Ponte das Ferrarias, duas chaminés vulcânicas basálticas, onde se verificam maiores desmoronamentos e acumulação de blocos na base da escarpa, face à mais fácil alteração das formações basálticas aí ocorrentes.

Entre a Sr^a da Luz e Valverde (cerca de 2 km para norte) ao longo da vertente mais inclinada da “cuesta” voltada para oeste, dada igualmente a presença de margas na base e de calcários no topo, considera-se esta encosta como potencialmente instável no caso de se efetuarem escavações no seu pé, podendo desencadear-se escorregamentos rápidos, relativamente superficiais, controlados pela pequena espessura da zona alterada e descomprimida do maciço. Por seu turno a evolução da parte inferior da vertente colocando em saliência as camadas calcárias superiores, conduz igualmente ao seu recuo lento por desmoronamento.

Pelo que se consideram estas zonas (Vb) como inadequadas à construção.

A Arriba entre Porto de Mós – Ponta da Piedade – Lagos (Zonas IVa e IVb)

Talhada em formações calcárias do Miocénico constitui a pitoresca linha de costa extremamente rendilhadas e de rara beleza, em que a disposição sub-horizontal das camadas permite a formação de arribas praticamente verticais, donde sobressaem níveis mais resistentes e compactos em contraste com a maior parte das formações.



Estas formações devido à sua porosidade e diaclasamento permite o desenvolvimento de fenómenos de dissolução cársica, dando origem ao aparecimento de cavidades que se desenvolvem em profundidade. Tais fenómenos são particularmente visíveis junto à Ponta da Piedade onde ocorrem verdadeiras grutas marinhas.

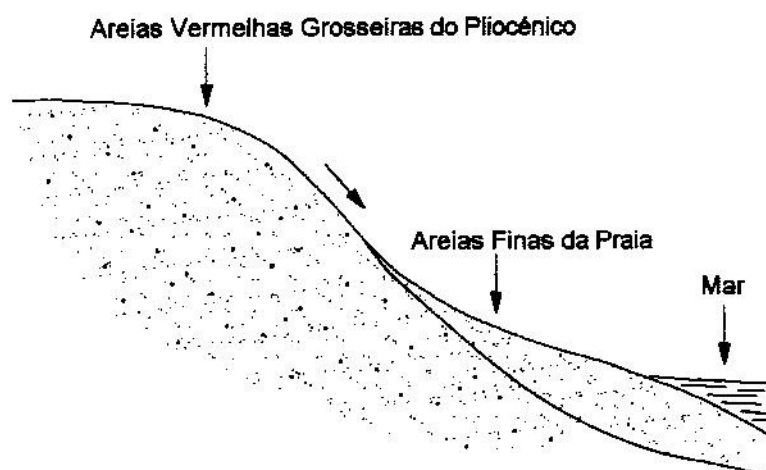
Deste modo a evolução natural destas arribas serão fenómenos de carsificação progressiva ao nível do mar e mesmo no topo das bancadas calcárias, com o consequente desmoronamento quer do teto das cavidades subterrâneas ocorrentes, quer das bancadas mais resistentes que constituindo pequenas consolas salientes nas arribas, acabam por abater face à falta de suporte das camadas adjacentes mais alteráveis.

Nas areias avermelhadas do Pliocénico que atapetam o topo dos calcários são sobretudo os fenómenos de ravinamento com desagregação partícula a partícula, os aspetos mais importantes a referir, quanto à evolução natural dos taludes ocorrentes.

A Meia-Praia (Zona IC)

Situa-se numa zona de costa protegida pela arriba da Ponta da Piedade o que favorece a deposição das partículas arenosas conduzindo à formação de extensa faixa com cerca de 250 m de largura e 5 km de comprimento.

De declive muito suave apresenta a norte as formações Pliocénicas avermelhadas que como já dissemos, a evolução dos taludes naturais corresponde ao ravinamento com arrastamento partícula a partícula, conduzindo à progressiva erosão das formações arenosas do Pliocénico.



Baixas Aluvionares (Zonas Ia e Ib)

Engloba as baixas aluvionares caracterizadas por constituírem zonas planas a cotas baixas com declive uniforme inferiores a 2º passando a zonas de montante e declives entre 2º a 5º.

5.5.2. SISMICIDADE DO CONCELHO DE LAGOS

A faixa sul do concelho apresenta uma maior intensidade sísmica – VIII, enquanto que toda a zona norte apresenta uma menor intensidade – VII.

Além desta grande divisão haverá ainda que considerar zonas particulares onde poderão ocorrer fenómenos de amplificação sísmica, como sejam os locais onde há maior contraste de

impedâncias sísmicas em terrenos sobrepostos como são o caso das formações superficiais de menor resistência e capacidade que apresentam menores impedâncias em contraste com as formações do substrato rochoso de maiores impedâncias.

Estão neste caso as baixas aluvionares das ribeiras de Odiáxere, Bensafrim e Almádena, e em especial junto às zonas vestibulares daquelas duas primeiras linhas de água, onde se considera haverem amplificações sísmicas mais elevadas devido à maior espessura das aluviões fluvio-marinhas e ao contraste de impedância com as formações do substrato calcário profundo.

Além disso, admite-se ainda, que nestes terrenos, devido à proximidade do nível freático da superfície nas formações aluvionares, as mesmas são suscetíveis de sofrerem liquefação induzida pela atividade sísmica.

Nas zonas em que o substrato rochoso aflora, que constituem a maior parte do concelho, deverão ser muito baixas as amplificações das vibrações do solo à superfície.

Por aqui se vê a importância e a necessidade em fundar as construções no substrato firme rochoso, com vista a eliminar ao máximo os contrastes de impedância sísmica ou seja, a reduzir as amplificações resultantes das vibrações sísmicas.

Finalmente, devido à sua localização e ao facto de grande parte dos sismos terem epicentro no mar, as zonas baixas da cidade de Lagos, bem como todas as zonas baixas do concelho, encontram-se ainda expostos aos efeitos de possíveis tsunamis ou marmotos.

Tal aconteceu com o sismo de 1755 em que a cidade de Lagos à semelhança de Lisboa, Setúbal e restantes zonas ribeirinhas algarvias, foram atingidas por vagas sísmicas de elevado efeito destruidor.

5.5.3. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Areias e Saibros

As areias vermelhas do Pliocénico são objeto de explorações locais com reduzida expressão económica, com destino principalmente à construção civil.

Referem-se as areias da zona da Pedregosa (a E de Barão de S. João) e do Pinheiral (a SW de Odiáxere).

Calcários

As formações calcárias constituem os mais importantes materiais utilizados para a construção civil. Assim, ocorrem algumas pedreiras dentro do concelho, com algum interesse económico.

É o caso da pedra das Portelas a qual utiliza os calcários do Dogger, que atendendo à fracturação e diaclasamento ocorrentes, permite apenas a obtenção de gravilha e britas.

5.5.4. SÍNTESE DE APTIDÃO À CONSTRUÇÃO

Zona	Geomorfologia	Litologia	Comportamento Sísmico	Aptidão Para A Construção
LA	Zonas baixas com declives entre 2 e 5% constituindo as superfícies aplanadas do fundo dos vales.	Aluviões fluviais constituídos por areias com cascalheiras calcárias ou xistentas e níveis argilosos com seixos dispersos.	Amplificação das vibrações sísmicas. A sensibilidade aumenta com o teor em água e a espessura destes depósitos. Suscetíveis de liquefação induzida pela atividade sísmica.	<u>Zonas a evitar</u> Pela construção pois os terrenos aflorantes apresentam capacidade de carga baixa, diminuindo os valores mecânicos logo que se atinge o nível freático. A eventual presença de camadas argilosas compressíveis agrava as condições de fundações. Indispensável estudo geológico-geotécnico.
IB	Zonas baixas com declives inferiores a 2% preenchendo as planícies aluviais na zona vestibular das linhas de água	Aluviões pluvio-marinhos constituídas por areias finas a médias, siltosas, com intercalações de argilas lodosas e cascalheiras para a base	Amplificação acentuada das vibrações. Fenómeno de ressonância. A sensibilidade aumenta com o teor em água e a espessura dos depósitos. Risco de liquefação face aos efeitos das vibrações sísmicas.	<u>Desfavorável</u> Terrenos com capacidade de carga baixa a muito baixa e nível freático a pequena profundidade. Em geral, necessidade de fundações profundas indiretas mesmo no caso de edifícios correntes de pequeno porte. Exige-se estudo geológico-geotécnico.
Ic	Cordão litoral ou preenchendo as reentrâncias na base das arribas	Areias de praia de médias a finas	Grande risco de liquefação e acentuada amplificação das vibrações	<u>Inadequado</u>
II	Formam pequenas plataformas levemente elevadas em relação às aluviões da Ribeira de Odiáxere que marginam.	Materiais heterogêneos, constituídos por depósitos de calhaus rolados com matriz areno-argilosa, castanho avermelhado.	Sensibilidade da zona superficial perturbada. Inferior com capacidade e consistência média a elevada, de moderada a baixa sensibilidade às vibrações sísmicas.	<u>Favorável</u> Na generalidade, sendo suscetível de ocasionalmente ocorrer na zona superficial descomprimida, intercalações argilosas desfavoráveis, o que exige inspeção cuidadosa durante a abertura das fundações, permitindo contudo fundações superficiais de edificações correntes de pequeno porte. Camada. Ocorrência a pequena profundidade de camadas com capacidade de carga média a elevada.
Zona	Geomorfologia	Litologia	Comportamento Sísmico	Aptidão Para A Construção
III	Constitui a cobertura pelicular que atapeta as aplanagens do planalto calcário central, ou os relevos monoclinais do litoral. Erosão ravinosa dos taludes não revestidos.	Depósitos arenosos grosseiros, com intercalações de calhaus mal rolados e camadas lenticulares argilosas.	Sensibilidade da zona superficial descomprimida. Inferiormente, moderada sensibilidade às vibrações sísmicas, atendendo à maior compactidade das camadas arenosas.	<u>Muito favorável</u> Terrenos com capacidade de carga média a elevada, permitindo fundações superficiais generalizadas para edificações correntes. Contudo aconselha-se estudo geológico-geotécnico para o coletivo e edifícios com

	<p>Vertentes com declives entre 5º e 15º, abruptos na zona marginal na Ponta da Piedade, onde as areias cobrem o topo da zona IV calcária com cavidades subterrâneas de erosão cársica.</p>	<p>mais de 3 pisos, em especial na zona de Lagos, onde podem ocorrer inferiormente às areias (Zona III) cavidades ou irregularidades no topo das camadas calcárias da Zona IV b.</p>
IV a	<p>Relevo suave com declive entre 5º e 15º. Taludes naturais estáveis. Irregularidade do topo dos calcários os quais se encontram carsificados inferiormente à Zona III.</p>	<p>Sensibilidade da zona superficial descomprimida. Inferiormente a boa compactação e consolidação dos terrenos apresentam baixa sensibilidade às vibrações sísmicas</p> <p>Favorável</p> <p>Terrenos de boa compactação de carga média a elevada, abaixo da zona superficial perturbada, permitindo fundações diretas para edificações correntes inferiores a 3 pisos. Recomenda-se estudo geológico-geotécnico para edifícios superiores a 3 pisos</p>
IV b	<p>Taludes naturais entre 15º e 30º ou abruptos junto ao mar com arribas verticais. Evolução acentuada de erosão cársica originando grutas ao nível do mar que se desenvolvem para o topo em cavidades subterrâneas verticais. Forte instabilidade das arribas com possibilidade de desmoronamentos.</p>	<p>Camadas de calcários coníferos e calcários gresosos de cor amarelada concrecionados com aspeto brechoide</p> <p>Possibilidade de desmoronamentos nas encostas mais escarpadas em especial na arriba do litoral onde se admite a possibilidade do abatimento das bancadas calcárias do teto da cúpula das grutas junto ao mar.</p> <p>Zona a evitar pela construção</p> <p>Declive recessivo para implantação de edifícios. Risco de instabilização dos taludes naturais dada a ocorrência de desmoronamentos nas arribas (queda de blocos).</p> <p>Zona de arriba a proteger</p> <p>Entre Porto de Mós – Ponta da Piedade – Praia de D. Ana – Lagos, face às belas formas “rendilhadas” do modelado cársico corrente</p>

Zona	Geomorfologia	Litografia	Comportamento Sísmico	Aptidão Para A Construção
V a	<p>Relevo mais ou menos acidentado de colinas suavemente arredondadas de declives variáveis entre 5º e 20º</p>		<p>Sensibilidade da zona superficial perturbada dos maciços (margas). Possibilidade de escorregamentos superficiais nas encostas de declives mais acentuados</p>	<p><u>Pouco favorável na generalidade</u></p> <p>Terrenos de capacidade de carga média a elevada abaixo da zona superficial perturbada permitindo fundações diretas para edificações correntes de pequeno porte; porém a possibilidade de ocorrerem intercalações margo-argilosas desfavoráveis, exige a inspeção cuidada durante a abertura dos caboucos da fundação. Recomenda-se estudo geológico-geotécnico para edifícios com mais de três pisos. Desfavorável nos locais de declives superiores a 15º.</p>
V b	<p>Falésia entre Burgau e Srª da Luz apresentando-se como plano inclinado a mergulhar em direção ao mar potenciando escorregamentos planares.</p> <p>Desnível de 50 m no Burgau descendo suavemente para a Srª da Luz onde tem dez metros.</p> <p>Colinas entre Montinhos da Luz- Funchal – A do Alho – Paúl com declives de 25º a 35º. Escavações no flanco SE favorecem escorregamentos.</p> <p>“Cuesta” entre Atalaia e Valverde. Vertente de perfil retilíneo, côncavo na base, encimada por cornija calcária por vezes em consola, com declives de 25º a 40º e desníveis de 50 m. Indícios de fluência nos terrenos margosos e desmoronamentos na cornija calcária. Forte risco de instabilização no caso de escavação no pé de talude.</p> <p>Escarpa marinha entre Atalaia – Porto de Mós – costa abrupta com desníveis de 100 m a 50 m onde ocorrem desmoronamentos em especial na Ponte das Ferrarias dado o efeito dinâmico do mar na base da escarpa.</p>	<p>Alternância de calcários margosos, margas mais ou menos argilosas e de arenitos geralmente mais compactos, amarelados ou cinzento-amarelados</p>	<p>Sensibilidade da zona superficial perturbada dos maciços (margas). Possibilidade de escorregamentos planares e de desmoronamentos da cornija calcária das costeiras em consola.</p>	<p><u>Inadequado</u></p> <p>Declives excessivos para a implantação de edifícios. Riscos de instabilização dos taludes naturais na sequência de escavações.</p> <p><u>Zona a proteger</u></p> <p>Chaminés vulcânicas basálticas da Ponta das Ferrarias e Rocha Negra na escarpa junto ao vértice geodésico de Atalaia.</p>

Zona	Geomorfologia	Litologia	Comportamento Sísmico	Aptidão Para A Construção
VI a	<p>Abrange a área planáltica central do concelho de cotas compreendidas entre os 90 m e 40 m com cerca de 5 km de largura e mais de 10 km na direção WSW-ENE. Apresenta zonas aplanadas ou relevos suaves no interior do maciço com declives entre 5º e 20º e desníveis fracos. Morfologia típica do modelado cárcico permitindo a dissolução dos calcários e aparecimento de cavidades subterrâneas. Taludes naturais geralmente estáveis no interior do maciço.</p>	<p>Essencialmente calcários oolíticos e pisolíticos para o topo da série e dolomitos e calcários dolomíticos para a base, branco-rosados ou acinzentados, muito compactos, porém carsificados à superfície e cobertos localmente por terra "rossa" (argilas vermelhas residuais de descalcificação).</p>	<p>Zona rochosa.</p> <p>Baixa sensibilidade às vibrações sísmicas.</p>	<p>Terrenos com capacidade de carga elevada a muito elevada permitindo fundações superficiais de qualquer tipo de construção. Porém desfavorável nas zonas com declive superior a 15º.</p> <p>A eventual possibilidade da ocorrência de cavidades subterrâneas impõe um estudo geológico-geotécnico para o coletivo e recomenda-se para o individual em especial junto às falhas.</p> <p>A elevada vulnerabilidade à poluição impõe que se tomem medidas rigorosas de tratamento adequado de esgotos.</p>
VI b	<p>Corresponde ao bordo norte do maciço calcário e às zonas marginais ao longo das Rib^{as} de Bensafrim e Odiáxere. Vertentes convexas com declives elevados entre 25º e 45º desníveis da ordem dos 50 m, apresentando no bordo norte cornija calcária por vezes em consola.</p> <p>Taludes naturais instáveis, com possibilidades de desmoronamentos de blocos, em especial nas zonas de cornija em consola.</p> <p>Escavações no pé de talude acelerou fenómenos instabilizadores.</p>		<p>Possibilidade de ocorrência de desmoronamentos com queda de blocos em especial nas encostas mais escarpadas.</p>	<p><u>Desfavorável</u></p> <p>Declive excessivo para a implementação de edifícios.</p> <p>Risco de instabilização dos taludes naturais onde podem ocorrer desmoronamentos em especial nas zonas com cornijas salientes em consola que bordejam a parte norte e leste do maciço calcário.</p>

Zona	Geomorfologia	Litologia	Comportamento Sísmico	Aptidão Para A Construção
VII	Constitui o patamar resistente que bordeja a norte os vales das Rb ^{as} de Bensafrim e Odiáxere no contacto imediato com os xistos que se desenvolvem para N, e as margas (zona VIII) para S. Declives entre 5º e 15º, desníveis fracos, taludes naturais estáveis, porém suscetíveis de ravinamento na zona superficial descomprimida das vertentes mais inclinadas.	Arenitos ou grés grosseiros com intercalações microconglomeráticas avermelhados ou arroxiados, muito compactos.	Terrenos de compactidade média a elevada, de baixa sensibilidade às vibrações sísmicas.	Favorável. Terrenos nos capacidade de carga média a elevada abaixo da zona superficial perturbada, permitindo fundações diretas para edificações correntes inferiores a 5 pisos. Recomenda-se estudo geológico-geotécnico para edifícios superiores a 5 pisos.
VIII	Constituem na morfologia da região zonas em depressão dada a sua baixa consistência face à maior resistência das formações que as encaixam como são os arenitos (zona VII) a norte e os calcários (zona VI) a sul, pelo que constituem o fundo dos vales das Rb ^{as} de Bensafrim e Odiáxere. Indícios de fluência com instabilidade dos taludes naturais através de escorregamentos rotacionais em especial nas encostas de Bensafrim, Fonte de Maranhão e Colinas Verdes.	Complexo de margas e argilas margosas fortemente enrogados, avermelhados, suscetíveis de conterem em profundidade gesso e salgema.	Sensibilidade da zona superficial perturbada e fissurada das margas. Possibilidade de escorregamentos rotacionais nas encostas de declive mais acentuado, favorecendo os desmoronamentos da cornija calcária da zona VI b.	Desfavorável. Dadas as características geotécnicas desfavoráveis como sejam: consistência média a baixa à superfície, grande expansibilidade e deformabilidade com degradação evolutiva das suas características resistentes, face à presença de água, deve ser considerada zona a evitar pela construção. Um estudo geológico-geotécnico é indispensável para o coletivo e edifícios com mais de 2 pisos.
IX	Pequenas elevações no seio das margas da zona VIII, com desníveis e declives suaves.	Calcários dolomíticos pouco compactos	Sensibilidade da zona superficial perturbada.	Com interesse desprezível dadas as pequenas dimensões e o facto de se encontrarem fraturadas e no seio das margas (VIII).

Zona	Geomorfologia	Litologia	Comportamento Sísmico	Aptidão Para A Construção
X	<p>Constituem pequenas elevações no seio das margas da zona VIII com desníveis e declives suaves.</p> <p>Junto ao litoral formam chaminés vulcânicas com desníveis e declives elevados, o que associado à alteração acentuada da rocha e sua fracturação favorecem os deslizamentos e desmoronamentos na escarpa.</p>	Basaltos doleritos e rochas eruptivas afins.	<p>Sensibilidade da zona superficial perturbada. Possibilidade de escorregamentos e desmoronamentos das chaminés vulcânicas do litoral.</p>	Zonas a proteger. Chaminé da Ponta das Ferrarias e Rocha Negra junto ao marco geodésico de Atalaia. Nos restantes locais sem interesse para a construção dada a alteração superficial e as dimensões reduzidas.
XI	<p>Constituem a “Serra Algarvia” caracterizada por paisagem uniforme e monótona, composta por uma série de cabeços com cimos de formas arredondadas e suaves com vertentes de declives acentuados entre 10º e 40º, originando rede de drenagem dendrítica densamente ramificada com vales estreitos e encaixados.</p> <p>Fenómenos de erosão acelerada com arraste apreciável de partículas. Ocorrência localizada de fenómenos de arrepiamento. Risco de escorregamentos planares no caso da escavação se efetuar no sentido da inclinação da xistosidade.</p>	Camadas alternantes de xistos argilosos em leitos finos e de grauvaques em bancadas espessas com veios de quartzo leitoso.	<p>Pequena sensibilidade na zona superficial descomprimida.</p> <p>Possibilidade de escorregamentos superficiais localizados nas encostas de maior declive.</p>	

Quadro 3 – Geomorfologia, litologia e comportamento sísmico de cada zona geotécnica

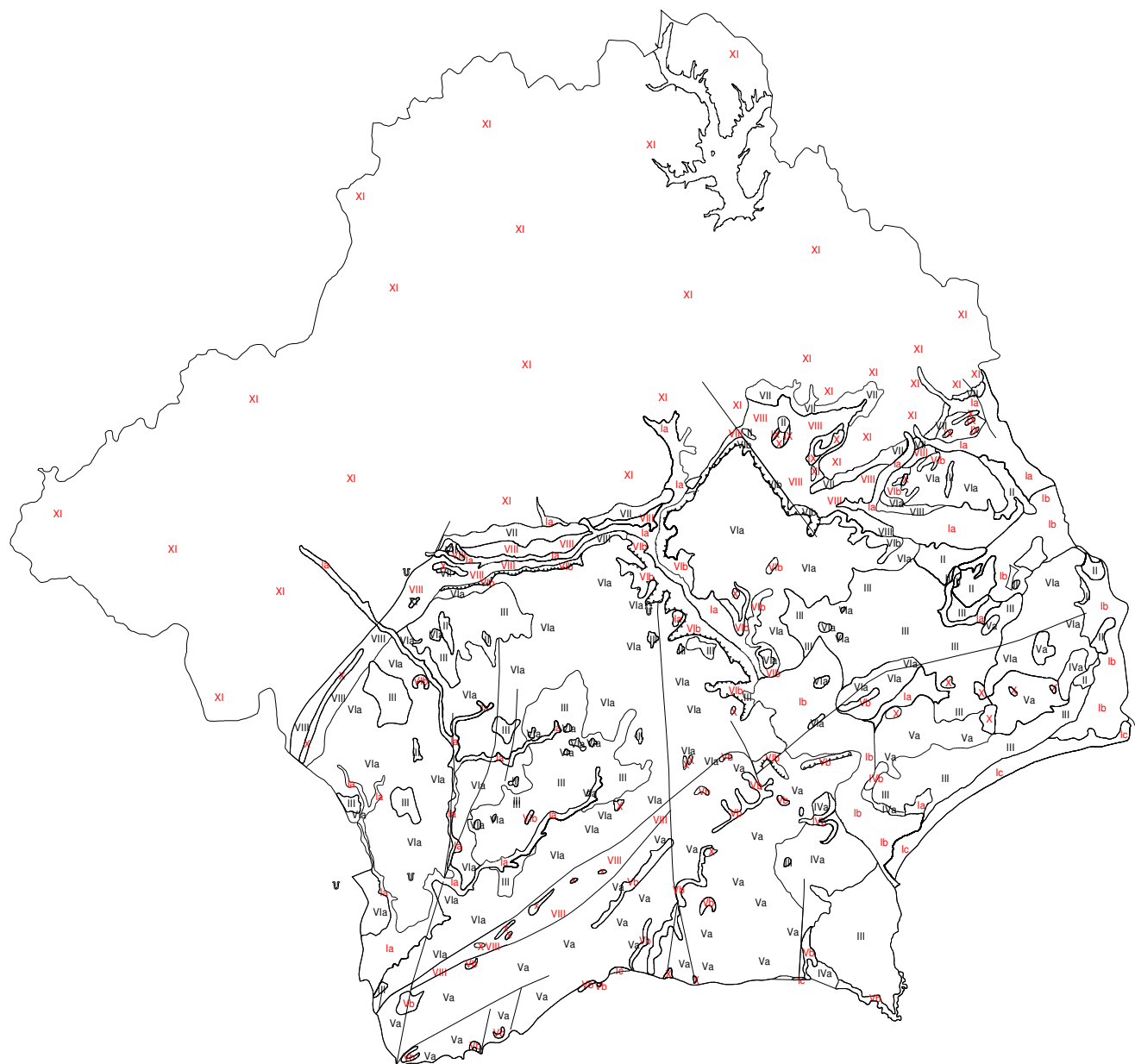


Figura 3 – Orientação Geotécnica

ZONAMENTO GEOTÉCNICO

FORMAÇÕES SUPERFICIAIS



- Ia - ALUVIÕES FLUVIAIS ARENO - ARGILOSOS
- Ib - ALUVIÕES FLUVIO-MARINHOS (Areias, argilas lodosas, cascalheiras)
- Ic - AREIAS DE PRAIA
- II - TERRAÇOS FLUVIAIS (Cascalheiras areno - argilosas)
- III - AREIAS

FORMAÇÕES DO SUBSTRATO

- IVa |
IVb | - CALCÁRIOS CONQUIFEROS, CALCÁRIOS GRESOSOS COMPACTOS
- Va |
Vb | - CALCÁRIOS MARGOSOS. MARGAS ARGILOSAS E ARENITOS
- Vla |
Vlb | - CALCÁRIOS, CALCÁRIOS DOLOMITICOS E DOLOMITOS MUITO COMPACTOS
- VII - GRÉS
- VIII - COMPLEXO DE MARGAS E ARGILAS MARGOSAS
- IX - CALCÁRIOS DOLOMÍTICOS
- X - BASALTOS E DOLORITOS
- XI - XISTOS E GRAUVAQUES
- - FALHA

NOTA: as zonas com as letras a vermelho apresentam-se inadequadas ou desfavoráveis à construção e são as seguintes :
Ia, Ib, Ic, IVb, Vb, Vlb, VIII, IX, X, XI

MORFOLOGIA


-  - VERTENTE DE INCLINAÇÃO MÉDIA E DESNÍVEIS ENTRE 20 E 40m
-  - VERTENTE ESCARPADA ENCIMADA POR CORNIJA COM DESNÍVEIS ENTRE 30 E 60 m

- XI - "SERRA ALGARVIA" COM CABEÇOS ARREDONDADOS DE VERTENTES COM DECLIVES ENTRE 10º E 40º DE DRENAGEM DENDRÍTICA DENSAMENTE RAMIFICADA COM VALES ESTREITOS E ENCAIXADOS

GEOLOGIA ECONOMICA

- U - PEDREIRA
- U - PEDREIRA ABANDONADA

HIDROGEOLOGIA

-  - GRANDE "RESERVATÓRIO" EM ÁGUAS SUPERFICIAIS
- Vla - O MAIS IMPORTANTE "RESERVATÓRIO" EM ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DO CONCELHO, POREM DE ELEVADA VULNERABILIDADE À POLUIÇÃO PELO QUE SE IMPÕE A SUA PROTEÇÃO

6. SOLO RURAL

6.1. ÁREA AGRÍCOLA

6.1.1. CLASSIFICAÇÃO PEDOGÉNICA E CAPACIDADE DE USO DO SOLO

Recorrendo à cartografia do Ex-CNROA à escala 1/50.000, sendo esta a base de informação oficial, é possível compilar dados acerca da classificação dos solos, nomeadamente quanto à classificação pedogénica e capacidade de uso do solo.

A Classificação Pedogénica, para o concelho de Lagos, tem a disposição presente na imagem seguinte:

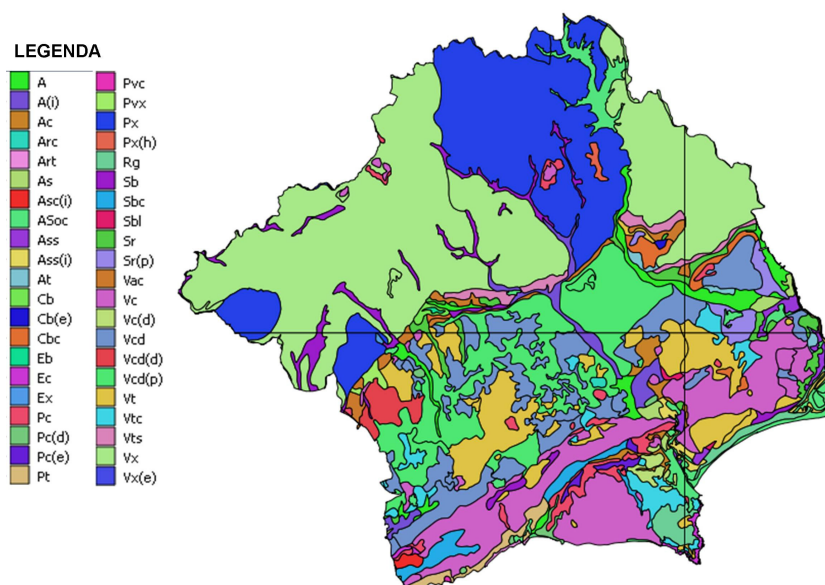


Figura 4 – Classificação Pedogénica do Solo

(Nota: a Legenda da Carta poderá ser consultada no site da DGADR)

Através da ilustração abaixo verifica-se a distribuição geográfica da capacidade de uso do solo no concelho de Lagos, onde se revê a diferenciação ao nível das limitações resultantes do solo e do clima em relação ao uso, exploração e produtividade do solo. O quadro seguinte demonstra a quantificação bruta e percentual de cada uma classes e sub-classes em presença.

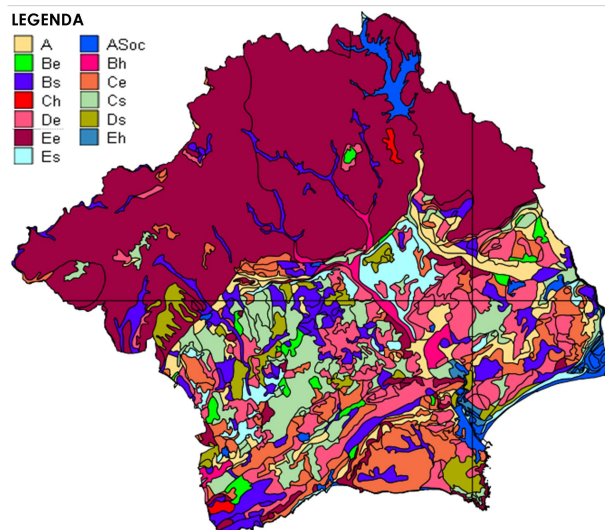


Figura 5 – Capacidade de Uso do Solo

Existem 5 classes e respetivas sub-classes, de acordo com a capacidade de uso agrícola:

Classe A – solos com capacidade de uso muito elevada;

Classe B – solos com capacidade de uso elevada;

Classe C – solos com capacidade de uso mediana;

Classe D – solos com capacidade de uso baixa;

Classe E – solos com capacidade de uso muito baixa.

e - erosão e escoamento superficial

h - excesso de água

s - limitações do solo na zona radicular

Capacidade de Uso do Solo															
		ASoc	A	Be	Bh	Bs	Ce	Ch	Cs	De	Ds	Ee	Eh	Es	Total
Área	Ha	567,6	1.231,5	259,1	264,0	1.723,9	1.893,9	59,7	1.808,6	2.599,3	641,4	9.393,6	89,6	747,5	21.279,7
	%	2,67	5,79	1,22	1,24	8,10	8,90	0,28	8,50	12,21	3,01	44,14	0,42	3,51	100,0

Quadro 4 – Capacidade de Uso do Solo

6.1.2. UTILIZAÇÃO DO SOLO E SISTEMAS CULTURAIS

Aparte certos traços originais, a agricultura do Concelho de Lagos enquadra-se bem na panorâmica agrícola algarvia.

A crise migratória dos anos sessenta do século XX atingiu o Concelho com grande intensidade, a população ativa agrícola concelhia diminuiu cerca de 31% desencadeando-se então uma poderosa alta de salários que, aliás, se verificou em todo o litoral algarvio. Grande parte dos cuidados, tratamentos, podas e cavas deixaram de ser feitos e o pomar de sequeiro, já envelhecido, entrou numa fase de acentuada decrepitude.

Atualmente a agricultura concelhia encontra-se em mutação não tendo alcançado ainda uma situação de equilíbrio, nomeadamente no campo das estruturas empresariais, com as novas solicitações que recebe. A grande procura adicional que o incremento do turismo provoca na estação balnear tem possibilitado o desenvolvimento rápido de algumas produções nomeadamente frutos (uva de mesa) e hortícola.

No entanto, no que respeita às grandes especializações agrícolas do Algarve: os citrinos, primores e a uva de mesa precoce, a área de Lagos não revela condições naturais quer pela intensidade dos ventos do NW e SW que batem o seu território e que prejudicam o cultivo dos citrinos a Poente de Odiáxere, quer pelas condições de menor precocidade dos hortícolas e da uva de mesa que aqui, como no concelho de Portimão, se destinam essencialmente ao mercado local.

Os cereais, nomeadamente o trigo, embora continuem a ter em Lagos um peso superior ao que apresentam no conjunto do distrito, são culturas em franca decadência no território concelhio.

6.1.3. CONDICIONANTES FÍSICAS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

O Concelho de Lagos possui um território cujas condições climáticas são de uma forma geral adversas à cultura arvense e que forçou à intensificação dos cultivos arbóreos e arbustivos. No essencial a adversidade climática reside na prolongada estação seca. O deficit de água anda pelos 400 mm, quase tantos quanto a chuva que cai nas áreas mais litorais e secas do Concelho.

A utilização do método de classificação climática de Thornthwaite revela que as condições de aridez se vão atenuando à medida que se sobe para a serra. Na faixa mais litoral as condições são semiáridas, como aliás no conjunto do Algarve Litoral, passam a sub-húmidas secas na elevação da charneca calcária e da beira serra para se tornarem sub-húmidas chuvosas em plena serra xistenta. De 500 mm em Lagos passa-se para uma queda anual média de 650 mm na

Bravura. Os invernos são muito suaves com temperaturas mínimas elevadas, poucas intempéries e quase sem quedas. A região é no entanto bastante batida por ventos NW e de SW que nas áreas mais desabrigadas do Concelho acabam por condicionar a expansão do pomar citrícola. Para Poente de Odiáxere a laranjeira vai mal e apresenta portes modestos com copas frequentemente deformadas. Aqui, como aliás em todo o Barlavento a Poente de Portimão, as hortícolas não apresentam a precocidade do Algarve central e oriental, o que retira ao concelho de Lagos qualidades de concordância no campo da produção de primores. Os solos do Concelho de Lagos apresentam naturalmente relações muito estreitas com as formações geológicas originárias e com os aspetos geomorfológicos do seu território.

Sumariamente vamos considerar cinco agrupamentos:

I - Solos das baixas aluvionares do Paúl da Abedueira e das ribeiras de Odiáxere e do Arão

II - Solos da faixa litoral das formações cretácicas, cenozóicas e modernas

III - Solos da charneca jurássica

IV - Solos da depressão triássica e das primeiras formações xistentas (beira-serra)

V - Solos da área serrana

I - Solos das baixas aluvionares do Paúl da Abedueira e das ribeiras de Odiáxere e do Arão

São em geral solos aluvionares ou derivados de depósitos de encosta (Sr) que na proximidade do litoral apresentam uma salinidade crescente que lhes limita progressivamente o uso agrícola. Uma outra característica destes solos são as frequentes inundações no período invernal. Este tipo de acidente foi prevenido pela barragem da Bravura no que respeita ao Vale de Odiáxere mas ainda se encontra por resolver num grande setor do Paúl da Abedueira, cujo aproveitamento agrícola só tem sido possível através da cultura hortícola no período primaveril estival. O tratamento deste problema exige a correção torrencial da Ribeira de Bensafrim que é uma obra de certo fôlego pelo que obriga de revestimento e arborização das encostas da bacia hidrográfica e correção do próprio leito da ribeira.

A recuperação dos sapais, que é o aspeto que estes solos ganham nas áreas de desembocadura das linhas de água é igualmente de realização muito difícil.

No Paúl da Abedueira ainda não se fez nada neste campo, enquanto na área dominada pelo regadio do alvor os dispositivos de contenção das marés são demasiado fracos para que possam

permitir resultados práticos favoráveis. Em alguns casos o cultivo do arroz acentuou mesmo a salinização.

As obras de engenharia necessárias ao dessalgamento e defesa destes sapais tem que ter uma envergadura muito superior ao que já foi feito e é bem possível que ultrapassem no caso do alvor os custos de recuperação e drenagem do Paúl de Lagos.

II - Solos da faixa litoral das formações cretácicas, cenozóicas e modernas

Os solos deste agrupamento são os que possuem piores condições relativamente à água. Quer no aspeto atmosférico quer nas possibilidades de captação subterrânea, o acesso à água é sempre muito problemático à exceção dos solos de arenito, litólicos ou argiluiados beneficiados pelo regadio de Odiáxere. Os solos das formações cretácicas e do miocénico inferior são neste concelho normalmente solos calcários (Pc e Vc) e solos de baixas na base das encostas e no fundo dos vales (Sbc e Sg). As boas condições físico-químicas destes solos para o cultivo agrícola são amplamente condicionadas pelas condições de aridez atmosférica e pelo facto das respetivas formações geológicas ou por serem impermeáveis, como é o caso do cretácico que não possui nascentes ou pela ligação próxima ao mar da rede subterrânea de circulação da água apenas permitir uma extração de água muito condicionada pelo perigo de salinização dos aquíferos subterrâneos.

Estas zonas de solos derivados de calcários brandos são das mais parceladas e divididas em termos de propriedade rústica, em especial na zona dos Montinhos da Luz o que cria um obstáculo adicional e sério à sua reconversão ao cultivo racional. Estes solos de calcários brandos foram na agricultura tradicional amplamente utilizados na rotação fava-trigo nos intervalos das figueiras. Os solos de arenito (Vt e Vtc) no Concelho aparecem ainda ocupados com plantações de sequeiro em especial a amendoeira, a figueira e também a vinha que aparece igualmente com frequência em solos calcários pardos (Pc).

III - Solos da charneca jurássica

A bancada calcária jurássica apresenta no essencial solos mediterrânicos vermelhos de calcários duros (Vcd) frequentemente interrompidos por afloramentos rochosos. Estes solos apresentam excecionais qualidades para a amendoeira e para a laranjeira que no concelho de Lagos tem um cultivo, como já foi referido, condicionado pelas condições atmosféricas.

A Poente de Odiáxere os citrinos aparecem com boas condições vegetativas apenas em locais abrigados dos ventos onde o jogo do relevo e das encostas permite o estabelecimento de pequenos pomares aproveitando condições microclimáticas. Estes solos, que na zona da colina e do barrocal exigem despesas de despredega que nos relevos mais acentuados podem atingir níveis incomportáveis, possuem duas qualidades importantes para a modernização agrícola: por um lado dispõem de importantes aquíferos subterrâneos, os melhores do Concelho; por outro lado beneficiam de uma malha fundiária mais larga que o litoral o que favorece o emparcelamento das explorações agrícolas.

Tradicionalmente estes solos eram utilizados também pela figueira e pela oliveira e suportavam em muito boas condições a rotação leguminosa-cereal.

A bancada jurássica é na depressão (eixo sinclinal) que se estende de Almádena a Monte Judeu coberta com depósitos arenosos do plioceno que originaram solos Vt cuja dimensão e espessura não deve permitir a formação de armazenamentos de águas subterrâneas importantes. Nestes solos situam-se hoje as vinhas para vinho, mais importantes do concelho, implantadas na sua maior extensão em prédios rústicos de grande dimensão. A cultura regada nestas manchas arenosas exige perfurações profundas até se atingirem os mananciais dos calcários jurássicos subjacentes, dispensando porém, em compensação, as despredegas.

IV - Solos da depressão triássica e das primeiras formações xistentas (beira-serra)

Entre a serra de xisto e as formações jurássicas, por todo o Algarve, estende-se uma faixa estreita de formações geológicas infraliássicas designada pelo conjunto arenitos e complexo margo-carbonatado de Silves. Estas formações, por serem constituídas por rochas mais brandas que as envolventes, desenvolvem-se por efeito da erosão diferencial numa depressão que vai de Sagres a Castro Marim.

Pela impermeabilidade das formações geológicas a depressão triássica não possui normalmente águas subterrâneas. Os solos que aqui encontramos são solos calcários vermelhos (Vac) das formações margo-carbonatadas, solos litólicos de arenitos ruivos de Silves (Vts), barros castanhos avermelhados (Cb e Cbc) derivados de rochas de tipo basáltico que fazem um aparecimento frequente na depressão triássica e finalmente solos mediterrânicos vermelhos de encosta de material coluviado de xistos (Pvx) ou de ranas (Sr). no seu conjunto são solos de boa capacidade de uso para uma agricultura de sequeiro em parte equilibrada em pequenos regadios apoiados em aproveitamento das águas das ribeiras da serra que os atravessam e que frequentemente os percorrem encaixados entre as costeiras da depressão triássica. A divisão da

propriedade rústica que aqui é muito fina, dificulta o seu aproveitamento em esquemas mais produtivos. O aproveitamento tradicional destes solos era realizado à base de agricultura cerealífera de sequeiro associada à criação pecuária e à vinha em grande decadência por toda a região. A beira-serra estende-se também pelas primeiras colinas de xisto de delives menores e nos fundos ainda largos dos vales onde as ribeiras acumularam solos aluvionares (A) e de baixa (Sb). Entre os vales estendem-se nas encostas e cabeços de xisto os solos típicos, os mediterrânicos pardos (Px), os mediterrânicos vermelhos onde a drenagem é melhor (Vx) e os esqueléticos (Ex). Na parte xistenta a maior larguesa de malha fundiária compensa a maior pobreza do meio físico. O aproveitamento cerealífero destas encostas sem qualquer condicionamento de proteção do solo arável agravou as condições de explorabilidade destes solos. Os seareiros hoje em dia já praticamente desapareceram da serra e os proprietários destes solos procuram na florestação a eucalipto uma alternativa ao rendimento desaparecido.

V - Solos da área serrana

São semelhantes aos anteriormente descritos, com a diferença de que em plena serra os vales são mais encaixados provocando uma proporção menor de solos de baixa (Sb) e aluvionares (A). Este facto associado à existência das maiores quedas pluviométricas do concelho (na Bravura chovem anualmente em média 650 mm) imprime à área uma vocação eminentemente florestal, que de resto concorda com o já grande distanciamento dos povoamentos do litoral.

O revestimento das encostas tem aqui um interesse muito especial dado o contributo que poderá ter na regularização do regime da Ribeira de Bensafirim. Atualmente, o carácter torrencial desse regime tem dificultado o aproveitamento do Paúl da Abedueira (Lagos) e das hortas de Bensafirim que constituem duas importantes áreas de abastecimento hortícola de Lagos e que dada a sua proximidade se torna indispensável preservar.

6.1.4. GRANDES ZONAS AGRÍCOLAS DO CONCELHO

Segundo as produções predominantes vamos considerar o Concelho de Lagos dividido nas seguintes zonas (Z_1):

- Serra de xisto (Z_1^1)
- Beira serra (Z_1^2)
- Charneca calcária (Z_1^3)

- Barradas do litoral (Z^4_1)
- Areias do litoral (Z^5_1)
- Zonas regadas hortofrutícolas (Z^6_1)
- Zonas regadas de vocação pecuária (Z^7_1)

Enumeramos assim num pequeno território de 22.000 ha, sete áreas de produção (Z_1) que passamos a descrever. Começando pelo Norte do concelho, encontramos as áreas mais interiores da serra algarvia (Z^1_1). Corresponde a formações xistosas carbónicas desenvolvidas num relevo movimentado de valas encaixados que vai ganhando obstáculos para Norte. É a zona mais pluviosa do Concelho. Na Bravura chovem 620 mm que permitem já a exploração da floresta. Trata-se de uma área em parte coberta com montado de sobro de boa produção e onde o medronheiro encontra condições ótimas de adaptação. Embora no fundo dos vales, em situações abrigadas possam registar em razoáveis condições as espécies arbóreas do litoral, esta zona possui no essencial uma vocação florestal.

Mais a Sul aparece-nos a Beira-Serra (Z^2_1) zona onde as colinas de xistos e grauvaques têm menor porte e vales mais largos comunicando com as barradas da depressão triássica. É uma zona de transição para o Algarve litoral. Sem nascentes nem águas subterrâneas os regadios aparecem apenas bordejando as ribeiras que vindos da serra se encaixam em percursos mais ou menos breves na depressão triássica antes de reiniciarem o caminho para o mar.

No essencial é porém uma zona de sequeiro com uma agricultura voltada para a produção pecuária de tipo alentejano onde o trigo ocupará uma posição subsidiária numa rotação essencialmente forrageira. A divisão da propriedade, que na zona das barradas do triássico é normalmente fina, é um obstáculo à modernização cultural. Por outro lado e a compensar em parte este componente podem-se com relativa facilidade conseguir estabelecer regadios apoiados em pequenas barragens nas ribeiras da serra, que poderiam contribuir para a produção intensiva de forragens regadas, cultivo mais adaptado à malha fundiária das barradas triássicas. Esta área da beira-serra apresenta igualmente condições para a reconversão da vinha.

Envolvidos a Norte pela depressão triássica desenvolve-se seguidamente a área dos calcários duros do liássico e do Dogger (Z^3_1). É a charneca algarvia. Conforme a morfologia do terreno assim alternam solos profundos e encostas mais ou menos pedregosas e escarpadas. De aproveitamento económico inviável em certas áreas pelas despredegas e correções do perfil topográfico que exige, em muitas outras áreas o seu aproveitamento económico é perfeitamente viável, em especial nas zonas e baixa e nas encostas menos declivosas e pedregosas. Os solos são muito permeáveis e de grande fertilidade. A laranjeira na charneca jurássica de Lagos está

condicionada ao abrigo dos ventos possibilitado pelo jogo das encostas. Ao contrário da Beira-Serra a pecuária poderá jogar o papel de atividade complementar estabilizadora do ciclo de trabalho ou ganhar importância quando hajam solos aráveis e água em abundância e atingir o papel de atividade fundamental quer na versão leiteira quer na criação e acabamento de bovinos de carne. Em qualquer dos casos a produção de alimentos forrageiros é feita no regadio e em condições intensivas. As manchas de solos arenosos Vt, Vtc e Rg sobre as bancadas jurássicas foram consideradas nesta área (Z^3_1). Estas manchas tradicionalmente ocupadas por vinha suportam explorações agrícolas desequilibradíssimas em termos de ciclo de trabalho.

Mais junto ao litoral sobre camadas de calcário margoso (faixa isolada do complexo margocarbonatado de Silves, cretácico, malm e miocénico da Atalaia) estende-se uma área colinada de vales muito abertos de solos profundos muito barrentos. É a zona que designamos por barradas do litoral (Z^4_1). É uma zona de sequeiro por excelência sem nascentes nem águas subterrâneas, com uma população atormentada pela falta de água nas áreas secas. Tradicionalmente aproveitada pela figueira que ocupava o fundo dos vales e também pela amendoeira que a acompanhava nos solos melhores drenados das encostas é, pelas razões físicas já expostas e pela divisão final da propriedade, uma área agrícola de aproveitamento muito problemático apesar de possuir solos fisicamente equilibrados.

As zonas com vocação para a hortofruticultura (Z^6_1) aparecem no concelho de Lagos em três localizações diferentes: o Paúl da Abedueira (Lagos), o troço da Ribeira de Bensafrim na parte do percurso em que atravessa a depressão triássica antes de iniciar o atravessamento para Sul da charneca calcária e as zonas abrigadas do regadio do Alvor-Várzea do Chão e baixas a Sul de Odiáxere. Nestas áreas predominam largamente os citrinos (23) e em muito menor grau as pereiras temporãs que surgem normalmente nos solos mais pesados e sujeitos a inundações.

A horticultura ou as atividades pecuárias são complementos indispensáveis à existência de unidades familiares dedicadas à agricultura e usufruindo um bom nível de rendimento. As zonas regadas de vocação pecuária (Z^7_1) aparecem no Concelho de Lagos ligadas ao regadio de Odiáxere fundamentalmente à área superior diretamente regada a partir do condutor geral, zona muito exposta aos ventos por o vale estar enfiado na direção dos ventos dominantes (NW) e ainda as zonas baixas de solos salgados do Vale da Lama e do Arão. A intensificação do aproveitamento agrícola destes solos exige a construção de diques, comportas de marés e provavelmente elevação da água de drenagem.

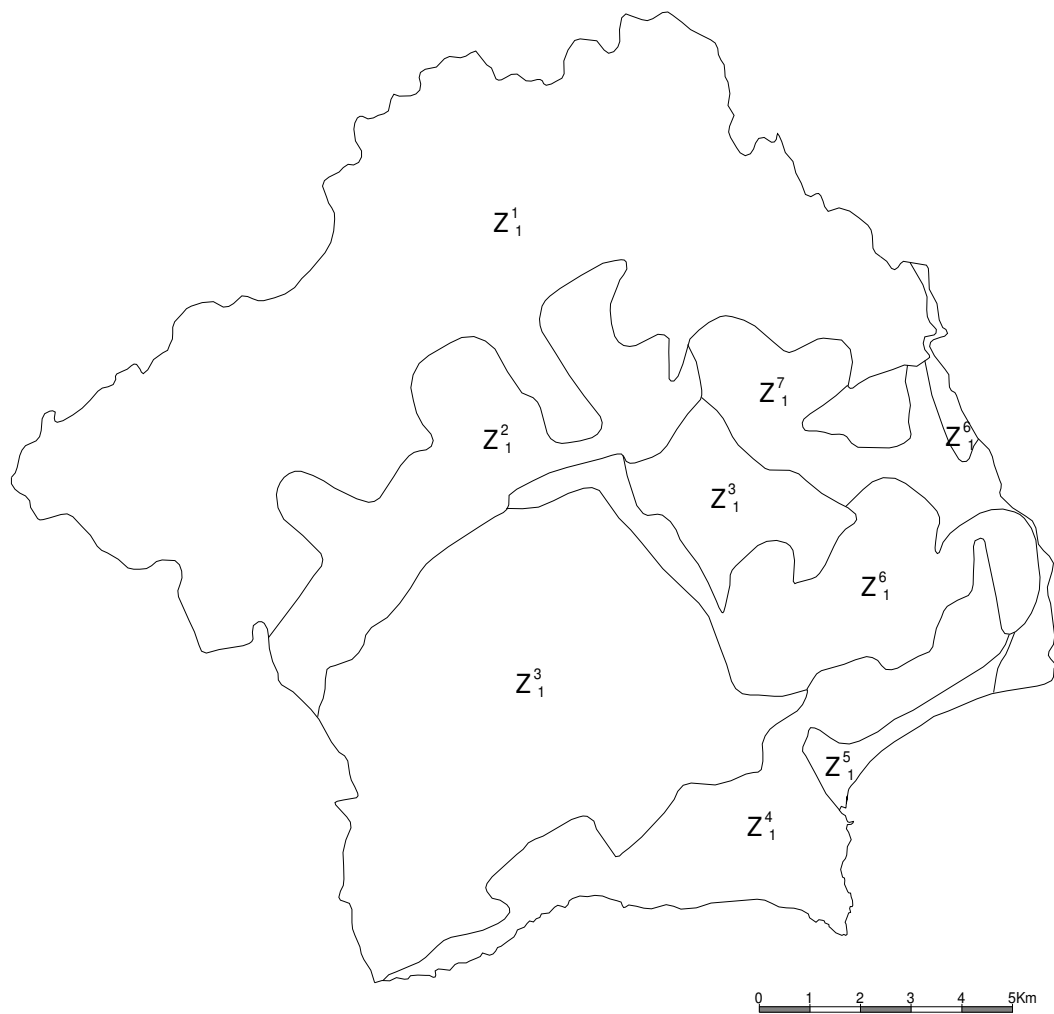


Figura 6 – Zonas Agrícolas do Concelho

6.2. ÁREA FLORESTAL

6.2.1. DEFINIÇÕES

No Sistema de Informação Geográfica (SIG) relativo à parte florestal do P.D.M. de Lagos utilizaram-se os seguintes conceitos.

- **Áreas Florestais de Proteção** – resultam da sobreposição das áreas florestais identificadas no Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI com a REN. É óbvio, e de outra forma não poderia ser, que neste grupo coexistem todos os tipos de floresta identificados do ponto de vista silvícola: floresta de produção (sobretudo os eucaliptais e alguns povoamentos puros de pinheiro bravo), de exploração (sobreirais) e de proteção propriamente dita (embora todos os tipos de povoamentos florestais exerçam uma ação, maior ou menor, de proteção, são aqui considerados nesta secção os povoamentos puros e mistos de pinheiro-manso e pinheiro-manso x sobreiro). Contudo, e do ponto de vista legislativo, é de suprema importância considerar os povoamentos florestais integrados na REN como um grupo particular, dadas as implicações do Decreto-Lei regulador da REN, que obriga a que todos os projetos florestais a decorrerem na REN sejam aprovados pela Direção-Geral dos Recursos Florestais.
- **Áreas Agroflorestais** – resultam da sobreposição das áreas florestais identificadas no Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios com a RAN. Estas superfícies são, por norma, constituídas por povoamentos florestais de baixa densidade, normalmente sobreiros consociados com pinheiro-manso e/ou pinheiro-bravo e, ainda, o alfarrobal, mas que também podem ser alvo de uma utilização agrícola sob-coberto, para produção de cereais de sequeiro ou para pastoreio.
- **Áreas Florestais** – as que, identificadas no PMDFCI como superfície florestal, não se encontram inseridas nem na REN nem na RAN.

6.2.2. AGREGAÇÃO DAS PARCELAS FLORESTAIS IDENTIFICADAS NO PMDFCI

Foram identificadas no Plano, 700 (setecentas) parcelas (parcelas: pequenas manchas florestais caracterizadas pela sua homogeneidade). Colocá-las no PDM, tornaria este documento de difícil leitura, não adiantando muito em termos de legislação aplicável (REN, RAN). Desta forma, foi

necessário agregar a informação presente no PMDFCI, e para esta agregação foram utilizadas as seguintes regras:

- Determinação da espécie florestal predominante: para a determinação da espécie florestal predominante nas parcelas identificadas no PMDFCI, foi utilizado o seguinte critério: a espécie florestal predominante numa parcela é aquela que ocorre em mais de 50% da área dessa parcela. Desta forma identificaram-se seis tipos de manchas florestais – alfarrobal, eucaliptal, pinhal-bravo, pinhal-mansó, sobreiral e “povoamentos mistos”, correspondendo os cinco primeiros a uma ocorrência de, respetivamente, alfarrobeira, eucalipto, pinheiro-bravo, pinheiro-mansó, e sobreiro, em mais de 50% da área da parcela identificada, ficando a designação “povoamentos mistos” atribuída às parcelas que não apresentavam uma determinada espécie florestal em mais de 50% da sua área;
- Agregação espacial das manchas florestais: depois de identificadas as parcelas florestais do PMDFCI, pelo critério acima exposto, estas foram agregadas espacialmente, por forma a obter-se um só polígono para cada uma das seis manchas descritas;
- Distribuição das manchas florestais em função da REN e RAN: depois de efetuada a agregação espacial das manchas, estas foram diferenciadas conforme descrito no ponto 1. acima, conforme se inseriam na REN (“Áreas Florestais de Proteção”) ou na RAN (“Áreas Agroflorestais”), sendo que as manchas não inseridas em nenhum destes instrumentos de planeamento foram aglutinadas numa classe à parte, designada simplesmente por “Áreas Florestais”.

6.2.3. CARACTERÍSTICAS DAS MANCHAS FLORESTAIS

Os valores das superfícies de cada tipo de mancha florestal são os constantes no Quadro seguinte:

Tipo	Mancha	Área, hectares
Áreas Florestais de Proteção	Alfarrobal	141
	Eucaliptal	1074
	Pinhal-bravo	502
	Pinhal-mansó	1033
	Povoamentos mistos	803
	Sobreiral	3481
Áreas Agroflorestais	Alfarrobal	54
	Eucaliptal	56
	Pinhal-bravo	17
	Pinhal-mansó	85
	Povoamentos mistos	429

Áreas Florestais	Sobreiral	417
	Alfarrobal	54
	Eucaliptal	432
	Pinhal-bravo	215
	Pinhal-mansó	469
	Povoamentos mistos	418
	Sobreiral	1486
Áreas Florestais TOTAIS	Alfarrobal	249
	Eucaliptal	1562
	Pinhal-bravo	734
	Pinhal-mansó	1587
	Povoamentos mistos	1650
	Sobreiral	5384
	TOTAL	11166

Quadro 5 – Tipo de Mancha Florestal

Como se pode verificar, o concelho de Lagos, que tem uma superfície total de 21.312 ha, possui uma superfície florestal total de 11.166 ha segundo o levantamento do PMDFCI.

6.2.4. VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DA FLORESTA NO CONCELHO DE LAGOS

Em termos económicos, a cortiça é, a grande distância dos outros produtos florestais diretos, a maior mais valia económica para o concelho.

O **eucalipto** aparece em segundo lugar, pese embora o decréscimo acentuadíssimo que a madeira desta espécie, para pasta de papel, tem sofrido desde há cerca de uma década.

Quanto às outras espécies florestais, o pinheiro-bravo não é explorado sistematicamente neste concelho, mas apenas ocasionalmente; o pinheiro-mansó não é de todo explorado para produção de madeira, e em relação à produção de pinha, verifica-se uma produção pouco relevante dado que, embora as árvores apresentem um bom desenvolvimento vegetativo, a produção de pinha é baixíssima, não tendo qualquer expressão económica no concelho; quanto à alfarrobeira, ela aparece aqui de forma residual, não tendo também expressão económica ao nível do concelho.

6.3. OUTRAS ÁREAS

6.3.1. ALBUFEIRAS

Albufeira da Bravura-Odiáxere (Caracterizada e ordenada no POA da Bravura-Odiáxere).

6.3.2. RIA DE ALVOR

Integrada na REN e Natura 2000.

6.3.3. ÁREAS DE EXPLORAÇÃO DE INERTES

Pedreira localizada a Norte de Portelas. Exploração de calcários (inertes) destinados à indústria da construção.

6.3.4. AGLOMERADOS RURAIS

Com o abandono da agricultura tradicional, operou-se a mesma tendência de abandono e degradação das construções habitacionais e outros apoios, sedes das explorações. Com o incremento do turismo, muitas destas construções têm sido recuperadas como habitações de férias ou permanentes.

A concentração da construção nestas zonas originou os principais aglomerados urbanos do Barrocal. Porém pequenas concentrações de construções mantiveram-se no espaço rural, com uso habitacional com parte da população ligada ao meio. Estas pequenas concentrações, designadas por núcleos habitacionais em solo rural, carecem de avaliação e enquadramento.

7. SOLO URBANO

7.1. AGLOMERADOS URBANOS

No Concelho de Lagos os principais aglomerados urbanos (Lagos, Odiáxere, Luz, Espiche, Almádena, Chinicato e Meia Praia) localizam-se na zona costeira numa faixa com a profundidade de cerca de 3,5 Km.

Entre esta faixa e o sopé da serra ocorrem os aglomerados urbanos de Bensafrim, Barão de S. João, Portelas e Sargaçal.

Nos aglomerados urbanos predomina a população residente no Concelho, sendo o uso turístico e a segunda residência mais expressiva na Luz e na Meia Praia.

Os aglomerados urbanos, em função do seu papel na organização administrativa do Concelho e da sua concentração construtiva foram agrupados em níveis. Estes níveis poderão nalguns casos, não corresponder à sua importância relativa em termos populacionais e económicos. Os aglomerados de maior dinamismo situam-se no eixo longitudinal (EN/CR 125) com especial relevo para aqueles que se localizam a Nascente de Lagos.

7.1.1. HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS

AGLOMERADOS DE NÍVEL 1

CIDADE DE LAGOS. Distancia-se dos restantes aglomerados, pela população, pelas funções administrativas (sede do concelho), pelo nível de serviços e pela área que ocupa.

AGLOMERADOS DE NÍVEL 2

LUZ, ODIÁXERE, BENSFRIM E BARÃO DE S. JOÃO. Estes aglomerados diferenciam-se na importância sob o ponto de vista da população e dos serviços e têm em comum serem sedes das respetivas freguesias e união das freguesias.

AGLOMERADOS DE NÍVEL 3

CHINICATO, ESPICHE, ALMÁDENAS, PORTELAS, SARGAÇAL, MEIA PRAIA E BURGAU. Constitui um agrupamento de aglomerados que, não sendo homogéneo, é contudo representativo da dinâmica de desenvolvimento do concelho.

7.2. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DOS PRINCIPAIS AGLOMERADOS URBANOS

7.2.1. LAGOS

Localização – A cidade de Lagos constitui a maior área urbanizada do Concelho, com cerca de 800 ha, sendo situada na União das Freguesias de Lagos (Santa Maria e S. Sebastião).

Localiza-se na margem direita da foz da ribeira de Bensafrim, sobranceira à Baía de Lagos, tendo uma posição central relativamente à área mais povoada do território municipal.

Acessibilidades – A cidade é servida pelo sistema de rodovias nacionais e regionais: EN 120 na direção de Aljezur e Sines, EN 125 na direção de Vila do Bispo e ER 125 na direção de Portimão e Faro. A cidade é ainda servida pela A 22 (Via do Infante) diretamente a partir do nó de Bensafrim e indiretamente pelo nó de Odiáxere. A linha de Caminho de Ferro com termos em Lagos estabelece a ligação ferroviária com a rede nacional.

Génese – Lagos nasceu na margem direita da ribeira de Bensafrim e a sua foz, porto natural, constituiu o elemento determinante do seu crescimento e da sua génese piscatória mas também agrícola.

O tecido urbano intramuralhas, caracteriza-se por edificações entre dois e três pisos, agrupados, na sua maioria, em quarteirões fechados e logradouros individualizados no seu interior.

A variedade de equipamentos existentes na cidade de Lagos ultrapassa, obviamente, os equipamentos existentes nos outros aglomerados. São eles:

Ensino:

- 2 Escolas Secundárias
- 2 Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclos
- 5 Escolas Básicas do 1º Ciclo
- 4 Jardins de Infância (2 com valência de Creche)

Segurança Social:

- 2 Lares da 3ª Idade
- 2 Centros de Dia
- Estabelecimento de Educação Especial de Deficientes Motores
- Instituto de Segurança Social

Saúde:

- Hospital Distrital
- Hospital Particular
- Centro de Saúde
- 5 Farmácias
- Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa

Desportivos:

- 3 Campos de Grandes Jogos
- 6 Pequenos Campos de Jogos
- Piscinas Municipais
- Pavilhão Municipal

Culturais e Recreativos:

- Centro Cultural
- Auditório Municipal
- Biblioteca Municipal
- Museu Municipal
- Museu do Forte Ponta da Bandeira
- Núcleo Museológico do Mercado de Escravos
- Núcleo Museológico do Armazém do Espingardeiro
- Centro de Ciência Viva
- Edifício da Comissão dos Descobrimentos
- 4 Salões Polivalentes

Prevenção e Segurança:

- Guarda Nacional Republicana
- Polícia de Segurança Pública
- Bombeiros Voluntários
- Guarda Fiscal
- Polícia Marítima

Militares:

- Messe Militar
- Parque de Campismo

Administrativos:

- Câmara Municipal
- Sede da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)
- Alfândega
- Serviço de Finanças

Outros Equipamentos:

- 3 Mercados
- Porto de Pesca
- Marina
- Correios e Telecomunicações (3 pólos)
- 2 Cemitérios
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Tribunal Judicial,
- Conservatória do Registo Civil
- Conservatória do Registo Predial e Comercial
- Pousada da Juventude

7.2.2. Luz

Localização – Luz, também conhecida por Senhora da Luz e Praia da Luz, sede de freguesia elevada a Vila em 2001, localiza-se a Poente da cidade de Lagos, da qual dista cerca de 6 Km. Este aglomerado urbano litoral tem uma posição periférica relativamente aos territórios da freguesia e do concelho.

Acessibilidades – A relação com Lagos é estabelecida através da EM 537, que entronca no sítio das Quatro Estradas com a EN 125, enquanto que o troço Poente da mesma se dirige para o Burgau. A EM 537-1, que tem direção Norte, estabelece a comunicação com o aglomerado de Espiche.

Génese – É um aglomerado de génese piscatória e rural, que se desenvolveu ao longo da EM 537, na direção do Burgau.

O sítio da povoação é sobranceiro a uma pequena baía onde desagua a Ribeira da Luz. O recesso do litoral e a abundância de pescado constituíram fatores de atração dos pescadores que a escolheram para lugar de residência.

O tecido antigo foi complementado por construções criadas para a segunda residência e para o turismo. A embocadura do Vale que separa a Luz da Atalaia foi ocupada com moradias, assim como a encosta de exposição Nascente.

O lugar ameno de temperaturas agradáveis e com boas condições de exposição ao sol e ao mar começou por ser frequentado por populações veraneantes a partir da década de 60, expandindo-se então para Poente.

Os equipamentos existentes são os seguintes:

Ensino:

- Escola Básica do 1.º Ciclo
- Jardim de Infância/Creche
- Núcleo de Educação da Criança Inadaptada
- Desportivos:
 - Campo polivalente
 - Instalação de desportos náuticos

Saúde:

- Extensão do Centro de Saúde

Cultura e Recreio:

- Clube Recreativo Cultural e Desportivo Luzense

Outros Equipamentos:

- Mercado
- Igreja Matriz
- Cemitério

- Sede da Junta de Freguesia
- Posto dos CTT
- Parque de Campismo

7.2.3. ODIÁXERE

Localização – Sede de Freguesia com o mesmo nome, elevada a vila em julho de 2003, localiza-se 4 Km a Norte da cidade de Lagos.

Assenta num depósito de terraço fluvial, sendo delimitada a Norte, Nascente e Sul por terras baixas com vocação agrícola. A Sul, a sua ligação ao mar é feita através da Meia Praia e a Nascente, confronta com o Município de Portimão.

Acessibilidades – Odiáxere é atravessada pela ER 125, que estabelece a ligação à cidade de Lagos a Poente, e a Portimão, a Nascente. Situa-se entre dois nós da A 22 (Via do Infante), distando cerca de 5 Km da saída Lagos-Este e 7 Km da saída Mexilhoeira Grande – Odiáxere.

A partir da ER 125, estabelece ligações para Norte pela ER 125-9, em direção à Barragem da Bravura e para Sul, através da EM 510, a ligação principal à Meia Praia.

Prevê-se uma alternativa à EN 125, a Sul da povoação.

Génese – É uma povoação de génese predominantemente rural, numa área agrícola prioritária que beneficia dos canais de irrigação envolvidos pelo perímetro de rega associado à Barragem da Bravura.

Pelas suas características rurais, as casas são predominantemente de um e dois pisos, de desenvolvimento linear, com escassos e pequenos compartimentos interiores e com coberturas e telhado de duas águas.

Equipamentos Existentes:

Ensino:

- Escola Básica do 1.º Ciclo

Desportivos:

- Grande Campo de Jogos

- Pequeno Campo de Jogos

Saúde:

- Extensão do Centro de Saúde

Segurança Social:

- Centro de Dia
- Creche

Cultura e Recreio:

- Biblioteca
- Ludoteca
- Clube Desportivo Odiáxere

Outros Equipamentos:

- Mercado
- Campo da Feira
- Igreja Matriz
- Casa Paroquial
- Cemitério
- Centro de ATL
- Sede da Junta de Freguesia
- Posto dos CTT
- Sede da Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor

7.2.4. BENSFRIM

Localização – Bensafrim, sede de freguesia até à união com a freguesia de Barão de S.João, localiza-se a Norte do Concelho e tem-se desenvolvido ao longo da EN 120. Dista da cidade, cerca de 8 Km.

Acessibilidades – O acesso ao aglomerado pode ser efetuado pela EN 120 ou pela A 22 que entronca nesta estrada, a 1 Km de Bensafrim. A EN 120 estabelece para Norte a comunicação da povoação com Aljezur e para Sul, com Lagos e restante costa algarvia. A EM 535 faz a ligação de

Bensafrim a Barão de S. João, sendo utilizada na direção de Sagres, a partir do seu entroncamento com a EN 125.

Génese – A génese do aglomerado tem origem na atividade agrícola praticada na várzea, em terrenos de elevada potencialidade. O núcleo mais antigo desenvolveu-se paralelamente às linhas de água a partir do Largo da Igreja. Apesar de ter sido fortemente atingido pelo sismo de 1969, manteve na reconstrução dos edifícios, o alinhamento das fachadas, as características e a forma urbana pré-existente.

Os equipamentos existentes são os seguintes:

Ensino:

- Escola Básica do 1º Ciclo

Segurança Social:

- Lar e Centro de Dia
- Creche

Desporto:

- Grande Campo de Jogos
- Pequeno Campo de Jogos

Cultura e Recreio:

- Sociedade Desportiva e Cultural “Estrela Desportiva de Bensafrim”

Saúde:

- Extensão do Centro de Saúde de Lagos

Outros Equipamentos:

- Mercado
- 2 Cemitérios
- Sede da Associação Vicentina
- Sede da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João

7.2.5. BARÃO DE S. JOÃO

Localização – Barão de S. João, sede de Freguesia até à união com a freguesia de Bensafrim, situa-se na área da base da serra que a limita a Poente e encontra-se enquadrado a Norte e a Sul por duas linhas de água, localizando-se relativamente ao Município no seu extremo Noroeste.

Da cidade de Lagos, dista cerca de 12 Km.

Acessibilidades – As vias de comunicação que relacionam o aglomerado urbano com os restantes lugares concelhios e sub-regionais, são as Estradas Municipais 535 e 535-1. A primeira estabelece a ligação a Nascente à EN 120, na direção de Bensafrim (nó de acesso à A 22) e Aljezur, e a Poente, à EN 125, na direção de Sagres. A segunda dirige-se para as Portelas, onde entronca com a EN 120.

Génese – O aglomerado apresenta características vincadamente rurais, que advêm da sua interioridade em termos económicos, cuja população se dedicava quase que exclusivamente à agricultura.

A própria arquitetura é reveladora dessa característica, encontrando-se ainda habitações complementadas com os fornos para a cozedura dos pães. De igual modo, os telhados de “duas águas” e chaminés de contornos originais, conferem um tipicismo único a este aglomerado, provavelmente ao nível de todo o Algarve.

Barão de São João apresenta os seguintes equipamentos:

Ensino:

- Escola Básica do 1º Ciclo (encerrada no ano letivo de 2010/2011)

Saúde:

- Extensão do Centro de Saúde de Lagos

Segurança Social:

- Centro de Dia
- Centro Infantil

Desporto:

- Pequeno Campo de Jogos

Outros Equipamentos:

- Instalações da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João
- Posto de Correios
- Mercado
- Centro Cultural
- Igreja
- Cemitério
- Jardim Zoológico

7.2.6. CHINICATO

Localização – O aglomerado do Chinicato pertence à União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria), localizando-se 3 Km a nascente da cidade de Lagos, na margem Norte da ER125.

Acessibilidades – O aglomerado implanta-se na encosta Sul de uma elevação de forma alongada, que se desenvolve no sentido Nascente-Poente, estabelecendo uma relação de proximidade com a ER 125, e desta com a Via do Infante (A22), através do Nó da Torre.

Génese – A povoação do Chinicato caracterizava-se fundamentalmente como aglomerado/dormitório de apoio à cidade de Lagos, contendo a única zona industrial planeada do Concelho.

Como aglomerado de subúrbio, de origem relativamente recente, apresentava as características próprias dessa condição: desordenamento urbano, falta de equipamentos e de infraestruturas.

Compunha-se originalmente por construções ilegais alinhadas, segundo caminhos paralelos e perpendiculares à ER 125, tendo posteriormente crescido a Norte da mesma.

Os equipamentos existentes são os seguintes:

Ensino:

- Escola Básica do 1º Ciclo
- Jardim de Infância /creche

Desporto:

- Campo Polivalente

Prevenção e Segurança

- Guarda Nacional Republicana – Brigada de Trânsito

7.2.7. ESPICHE

Localização – O aglomerado localiza-se a Poente da cidade de Lagos, da qual dista cerca de 6 Km e a 2 Km da sede da Freguesia da Luz, à qual pertence.

Acessibilidades – A sua principal via de comunicação é a EN 125, a qual estabelece ligação com o Nó da Via do Infante (A22), a 5 Km de Espiche. A relação com a Vila da Luz faz-se através da Estrada Municipal 537-1 e com Barão de São João, através da Estrada Municipal 531-1.

Génese – A implantação primária do aglomerado, relaciona-se diretamente com o trabalho agrícola, de onde advém uma estrutura urbana coerente e uma sábia forma de ocupação, com exposição a Sul e proteção do vento.

Existem dois referenciais topológicos que permanecem como memória virtual de um período de fixação e ocupação da encosta: o que resta de um moinho e a fonte.

Foi no espaço intercalar, que se desenvolveu todo o processo de sedimentação da forma urbana, por trajetos de subida daquela encosta.

Espiche apresenta os seguintes equipamentos:

Ensino:

- Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância
- Segurança Social:
- Centro de Dia

Desporto:

- Pequeno Campo de Jogos

Cultura e Recreio:

- Ludoteca
- Sociedade Recreativa Clube ABC “Os Espichenses”

Outros Equipamentos:

- Mercado
- Parque de Campismo
- Igreja

7.2.8. ALMÁDENA

Localização – Aglomerado urbano que pertence à Freguesia da Luz, é circunscrito a Norte pela encosta com pendente mais acentuada, a Sul pela EN 125, englobando apenas um pequeno conjunto de construções. A Nascente é rematado pelo vale da ribeira de Almádena e a Poente, pelo vale da Ribeira da Zorra com a qual confronta diretamente.

Acessibilidades – Almádena tem uma posição periférica relativamente ao território municipal, localizando-se 8 Km a Poente da cidade de Lagos. Encontra-se diretamente apoiada pela EN 125 e a reduzida distância do Litoral, 2 km do Burgau e 4 km da Praia da Luz, sede da freguesia.

Génese – Com forte tradição rural, o núcleo tem vindo nos últimos anos a acolher a procura de habitação de 2ª residência, alternativa ao litoral, que se traduz num conjunto de loteamentos de média dimensão implantados na envolvente do centro e incluídos no perímetro urbano atual.

O núcleo central evidencia uma malha orgânica edificada em lotes de pequena dimensão e de forma irregular. Os arruamentos apresentam traçados sinuosos e estreitos, na sua maioria pavimentados em calçada e sem passeios, que reforçam a imagem do antigo núcleo rural.

Almádena apresenta um reduzido número de equipamentos coletivos:

Ensino:

- Escola Básica do 1.º Ciclo (encerrada no ano letivo de 2009/2010)

Segurança Social:

- Centro Social

Desporto:

- Pequeno Campo de Jogos

Outros Equipamentos:

- Mercado

7.2.9. PORTELAS

Localização – O aglomerado pertence à União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria), localizando-se 1,5 Km a Norte da cidade de Lagos.

Os limites naturais da povoação são as terras agrícolas do paúl a Nascente e a encosta acidentada a Poente.

Acessibilidades – As suas principais vias de comunicação são a EN 120 e a EM 535-1, a primeira atravessando o aglomerado longitudinalmente e a segunda transversalmente.

Génese – Este aglomerado tem na sua génese uma raiz rural, sendo a sua ocupação organizada de forma quase linear ao longo da EN 120. À medida que desta se afasta, os edifícios assumem posições e afastamentos variados em relação aos arruamentos, tornando o aglomerado disperso e desordenado.

Os equipamentos existentes são os seguintes:

Cultura e Recreio:

- Salão Sociocultural das Portelas

Desporto:

- Pequeno Campo de Jogos

Outros Equipamentos:

- Central de Captação da Distribuição de Água

7.2.10. SARGAÇAL

Localização – A povoação do Sargaçal pertence à União das Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria) e localiza-se a Norte da cidade de Lagos, da qual dista cerca de 4 Km.

Desenvolveu-se numa encosta de relevo muito acentuado, cuja base contacta com a planície agrícola do Paúl.

Acessibilidades – Sargaçal tem como principal via de comunicação a EM 535-1, que é marginal ao núcleo antigo e atravessa a área mais dispersa situada a Norte. Esta via liga a Poente com a EN 120 entre Portelas e Bensafrim, e a Nascente, à EN 125 junto a Lagos.

Génese – É um aglomerado de génese rural, com um núcleo mais antigo e denso a Sul, que tem como espinha dorsal a Rua da Caldeiroa. A partir desta, desenvolve-se de forma dispersa e desordenada para Norte, ao longo da EM 535-1 e dos caminhos rurais que partem da mesma.

O Sargaçal apresenta poucos equipamentos:

Ensino:

- Escola Básica do 1º Ciclo

Outros Equipamentos:

- Igreja

7.2.11. MEIA PRAIA

Localização – A Meia Praia constitui uma faixa territorial localizada a nascente da cidade de Lagos, formada por uma encosta de pendente moderada, seguida de uma faixa dunar e de um extenso areal. É enquadrada a sudoeste pela barra da ribeira de Bensafrim e a Noroeste pelo sapal da ria de Alvor.

Acessibilidades – A Via principal, EM 534, que entronca na Albardeira com a ER 125, assegura o acesso a Lagos na direção Poente e à Via Longitudinal do Algarve (A 22) na direção Nascente. A EM 510 relaciona o território da Meia Praia com Odiáxere. Está prevista uma variante a Sul deste aglomerado, que fará a ligação à Meia Praia.

Génese – O aglomerado da Meia Praia, de génese rural mas também piscatória, dadas as suas características ambientais e paisagísticas únicas, tornou-se a partir dos anos 60, um local de vocação turística.

Os equipamentos presentes na Meia Praia são:

Ensino:

- Escola Básica do 1º Ciclo
- Escola Básica do 2º e 3º Ciclos

Desportivos:

- Golfe dos Palmares

7.2.12. BURG AU

Burgau é um aglomerado repartido pelo Concelho de Lagos e de Vila do Bispo. A parte do aglomerado no Concelho de Lagos é constituída apenas por uma faixa residencial ao longo da EM 537. A génese do aglomerado assim como os equipamentos localizam-se no concelho de Vila do Bispo.

7.3. LOTEAMENTOS URBANO/TURÍSTICOS EXTERIORES AOS PERÍMETROS URBANOS DOS AGLOMERADOS

Loteamentos implantados fora dos perímetros urbanos dos aglomerados, implementados em parte ou no seu todo, uns aprovados antes da entrada em vigor do P.D.M. de Lagos de 1995, e antes do PROTAL (D.L. nº 11/91 de 21 de março), outros aprovados na sequência da entrada em vigor do P.D.M. de 95, enquanto eficaz, em Zonas de Ocupação Turística.

8. ASPETOS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

8.1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo, procura-se fornecer uma síntese, ainda que parcial, da evolução histórica de Lagos, desde os tempos medievais até finais do século XIX.

Sublinha-se que não se trata de um trabalho original, mas de um resumo crítico de bibliografia conhecida sobre o tema.

8.2. LAGOS NA HISTÓRIA – BREVES APONTAMENTOS

A ampla Baía de Lagos é balizada pela Ponta do Altar, a nascente, e pela Ponta da Piedade, a poente. Para norte, estende-se em anfiteatro um território delimitado pelas serras de Monchique e de Espinhaço de Cão e sulcado por ribeiras que descem para o mar. As diversas unidades paisagísticas, alteradas ao longo do tempo pelas mudanças climáticas e pela ação dos homens, emolduraram aqui diferentes comunidades humanas, cuja atividade deixou numerosos vestígios materiais, que, até aos dias de hoje, subsistiram sob forma de ruínas, materiais dispersos e depósitos sedimentares de origem sociocultural.

Sem que, até agora, se tenha descoberto nenhum sítio com ocupação inequivocamente atribuível ao Paleolítico Inferior, os mais antigos vestígios da presença humana no território de Lagos atribuem-se ao Paleolítico Médio (entre há ca. 250000 a 25000 anos atrás), geralmente identificado com a presença do Homem de Neandertal.

Do Paleolítico Superior (ca. 26000 a 12000 anos atrás), identificado com a presença do homem anatomicamente moderno, há vestígios em Espiche (Ferrel 1, Ferrel 2, Monte do Januário e Cruz de Pedra) e em Bensafrim (Gaspar de Cima).

Com o final da última glaciação, há cerca de 12000 anos atrás, houve um aquecimento global e o nível médio do mar começou a subir, fazendo recuar a linha de costa e estabilizando-se há só cerca de 6000 anos atrás. Neste contexto, correspondente ao Epipaleolítico e Mesolítico, não há, até à data, ocupações conhecidas no território de Lagos por parte de comunidades de caçadores-recolectores, quicá porque uma parte dos sítios tenham que ser procurados na plataforma litoral, debaixo do atual nível das águas do mar.

Há cerca de 7500 anos atrás, ocorrem no território de Lagos as mais antigas evidências de produção de instrumentos em sílex e de recipientes em cerâmica que se associam aos mais primitivos camponeses, pastores e agricultores. Ao longo do curso da Ribeira dos Touros, na área hoje ocupada pelo perímetro urbano da cidade de Lagos, os sítios de Motel de Santa Maria e da Praça de Armas, denunciam as estâncias de presumível curta duração, relacionadas com uma agricultura incipiente e possivelmente itinerante, aproveitando os solos arenosos com matriz pouco argilosa e, por isso, de mais fácil mobilização.

Admite-se que remontem aos inícios do Neolítico os conjuntos de megálitos não funerários (menires) distribuídos no território de Lagos, em agrupamentos que podem formar recintos. Contudo, a sua execução e uso foi uma prática que perdurou até ao 3º milénio anterior à nossa era. Na área do município, foram identificados alguns destes agrupamentos, estando legalmente protegidos os de Cabeça do Rochedo (Portela do Padrão, Bensafrim) [cujo agrupamento provavelmente incluía os menires recolhidos em Colinas Verdes e Pinheiral (Colinas Verdes)], e tendo sido alvo de pesquisas o conjunto de Quinta da Queimada (Odiáxere). Outros locais onde foram identificados menires:

- Quinta do Menir (Odiáxere);
- Pedra Branca (Odiáxere);
- O conjunto de menires do Montinho da Rocha (Bensafrim) e Luz (Quinta do Formosinho ou Quintal do Ferrel);
- Monte do Castanheiro (Bensafrim).

Estes grupos iam fixando-se neste território, no Barrocal e nas margens da Baía de Lagos, aproveitando as enseadas interiores e os braços marinhos de Bensafrim, Odiáxere e Arão, resultantes da transgressão flandriana.

Com os recursos agrícolas, e nomeadamente a produção cerealífera, a constituírem um fator de estabilidade das comunidades, o povoamento estendeu-se a todo o Barrocal, com uma produção de base familiar, e intensificou-se a partir de finais do 4º milénio antes da era cristã.

Desde então, a ampla Baía de Lagos, aberta à navegação magrebina, foi frequentada pela comunidade mareante do Mediterrâneo. As profundas transformações ocorridas no modo de produção exigiram uma organização política formalizada, em que o poder passou a basear-se na autoridade patriarcal e no controlo alargado das forças produtivas, requerendo, assim, uma

crescente centralização do poder em lugares hegemónicos, a partir dos quais se controlava a produção e o intercâmbio dos bens.

Nas férteis várzeas em redor da Baía de Lagos, testemunha-se a emergência das mais antigas sociedades politicamente organizadas. No vizinho município de Portimão, o sítio de Alcalar mostra a mais destacada concentração de templos funerários monumentais de carácter megalítico do Barlavento algarvio, conotados com um habitat de longa duração que, ao longo de cerca de oito séculos, foi provido de cercas e recintos com fossos e muralhas. Ali, estão presentes as matérias-primas e os artefactos de excepção com origem exógena e de uso socialmente restrito. Na dependência deste centro de poder, estavam pequenos aglomerados de produtores, ocupados durante períodos mais ou menos curtos, alguns dos quais se localizaram na área do município de Lagos, como o sítio de Barradas (Odiáxere).

Com a localização das necrópoles da Idade do Bronze do Sudoeste na área do município, documenta-se a continuidade do povoamento no 2º milénio antes da nossa era, a par de uma crescente ocupação do hinterland. Testemunham uma sociedade crescentemente hierarquizada e economicamente estratificada, que entra em contacto com os mercadores fenícios, como aqueles que, há 2 800 anos atrás, se estabeleceram no extremo ocidental da Baía de Lagos, na área ribeirinha do centro histórico da cidade.

Aos séculos VI e V, corresponde a necrópole de Fonte Velha (Bensafrim) e as esteiras com escrita «cinética» próprias de uma sociedade guerreira, onde a escrita foi a expressão de poder das suas elites. Desconhecem-se, até à data, os habitats deste período. Na Quinta da Queimada (Odiáxere), localizou-se uma necrópole de incineração, com cerâmica ática (grega), datada do século IV a.C. e correspondente à chamada 2ª Idade do Ferro. Neste período, na segunda metade do 1º milénio antes da nossa era, o povoamento da Baía de Lagos aparece polarizado em torno de sítios com funções centrais, o Cerro da Rocha Branca, no município de Silves; Ferragudo e a Vila Velha de Alvor, no vizinho município de Portimão; e o Monte Molião, sobranceiro à actual cidade de Lagos na margem oposta da Ribeira de Bensafrim. Este oppidum de época cartaginesa, fundado no século IV antes da nossa era, subsistiu após a ocupação romana do extremo Sul da Lusitânia e foi objeto de diversas alterações urbanísticas até ao seu definitivo abandono, no século II da era cristã. Para os romanos, a região do extremo Barlavento algarvio era conhecida como *Promunturium Sacrum* e é nela que Pompónio Mela, na sua *Corografia*, de cerca de 41 da nossa era, situa as povoações marítimas de Laccobriga e de Portus Hannibalis. Há bons argumentos para fazer corresponder a essa Laccobriga elencada por Mela o aglomerado populacional de Monte Molião, que terá disputado com *Cilpes-Silves* (onde se localiza um centro

de cunhagem de moeda) as funções de capitalidade de uma suposta *civitas* do Alto Império no Barlavento algarvio.

Logo nos inícios da era, começa a ser ocupada, no troço final da margem direita da Ribeira de Bensafrim uma área hoje abarcada pelo centro histórico da cidade de Lagos, situada entre as ribeiras dos Touros e das Naus, em torno de uma enseada abrigada entre penhascos. Até ao século VII, esta Laccobriga manteve-se como povoação de escassa relevância política ou administrativa no quadro do império romano. Contudo, nela se constituiu um importante complexo fabril ligado ao mar, com uma relevante produção de preparados piscícolas, testemunhada pelos numerosos conjuntos de oficinas com lagariças de salga e produção de derivados do pescado. Este modelo de aglomerado industrial repete-se nas angras entre Lagos e o Cabo de São Vicente, onde se instalam diversos aglomerados populacionais cuja principal atividade é a produção de derivados do pescado – atividade favorecida por um mar rico em peixe, muitos dias de sol e intensa produção de sal. Na área do município, a vila da Luz é outra importante povoação com estas características.

Em complemento deste sistema produtivo, diversas villae rústicas, como as de Meia Praia, São Pedro do Pulgão (Lagos), Portela do Padrão (Bensafrim) testemunham a importância de uma produção agrícola que se prolonga por toda a Antiguidade Tardia, cujo vinho, azeite, cereais, frutos de sequeiro e carne se destinavam, basicamente, ao consumo regional.

Há 1200 anos atrás, quando, na época islâmica, Xelb-Silves se assume capital de um território com fortes tradições religiosas enquadrado pela Serra de Monchique (o Mons Sacrum dos romanos) e pelo importante centro de peregrinação da Igreja do Corvo (no planalto vicentino), onde estavam depositadas as relíquias do mártir São Vicente, o mais significativo santo moçárabe, nota-se um incremento na produção agrícola, relacionável com os melhoramentos tecnológicos então introduzidos, designadamente a irrigação das hortas com inovadores sistemas de elevação de água.

Há 800 anos atrás, com a ocupação do território pelos cristãos do Norte, primeiro, fugazmente, nos dois anos que se seguiram a 1189, depois, de modo definitivo, a partir de 1240, este modo de vida não terá sofrido grandes alterações. A par das beneficiações na horticultura, o desenvolvimento da produção cerealífera conduz a uma proliferação dos moinhos de água na área do Paul, e as lagaretas espalhadas por toda a área do município dão testemunho da

produção de azeite e vinho. O alfoz (território) de Lagos produzia pescado nas almadravas, sal, vinho e frescos nas hortas do Paul, trigo, figo e amêndoas.

Há 600 anos atrás, nos finais da Idade Média, mercê das suas boas condições portuárias e da sua localização próxima do extremo sudoeste europeu, o protagonismo na Baía era partilhado pelas povoações de Lagos e Alvor. A Cristandade cobiçava então as riquezas que vinham do Sul, especialmente o ouro. No entanto, as rotas caravaneiras estavam nas mãos dos inimigos muçulmanos e os medos ao oceano inibiam os mareantes. Conquistada Ceuta em 1415, Lagos começou a converter-se na mais importante praça de guerra de apoio ao Norte de África e de combate ao corso muçulmano, e, com o tempo, tornou-se no grande porto comercial do extremo Sudoeste peninsular.

8.3. DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE LAGOS

O documento mais antigo, que nos foi possível identificar, em que se enumeram as freguesias que constituem o Concelho de Lagos, data dos princípios do século XVIII. Trata-se da célebre “Lista dos Fogos e Almas e Almas que Há nas Terras de Portugal no Ano de 1732”, da responsabilidade do Marquês de Abrantes, publicada em 1736 pelo Padre Caetano de Lima no segundo tomo da sua Geografia Histórica.

O Concelho de Lagos dividia-se então, nas seguintes freguesias; Santa Maria e S. Sebastião, dentro da cidade; Bensafrim, Budens, Barão de S. Miguel, Barão de S. João, Bordeira, Carrapateira, Luz, Odiáxere, Raposeira e Marmeleite, no termo. Estas duas últimas freguesias seriam, no entanto, desanexadas ao Concelho de Lagos na segunda metade de setecentos, em data incerta.

Por volta de 1840, o Concelho de Lagos conheceria uma nova e mais drástica amputação, ficando reduzido a 6 freguesias – Santa Maria, S. Sebastião, Bensafrim, Barão de S. João, Luz e Odiáxere (1). Em 1842, o seu número baixaria para cinco, devido à unificação das freguesias de Bensafrim e de Barão de S. João – as quais só viriam a separar-se definitivamente em 1932 (2).

Nos finais de oitocentos, as fronteiras administrativas do Concelho de Lagos voltariam a sofrer perturbações, ainda que desta vez, efémeras.

Com efeito, um decreto publicado em 14 de agosto de 1895 determinou a supressão dos Concelhos de Aljezur e Vila do Bispo e a integração das respetivas freguesias no de Lagos. Em

1898, um outro decreto (13 de janeiro) revoga as disposições anteriores, restaurando os dois concelhos extintos e restituindo ao de Lagos os limites que eram os seus, até à reorganização administrativa das freguesias de janeiro de 2013 .

Esta reorganização votou a unificar as freguesias de Bensafrim e de Barão de S. João e juntou as freguesias da cidade de Lagos, nomeadamente, Santa Maria e S. Sebastião.

NOTAS:

- (1) – Cf. João Batista da Silva Lopes, corografia ou Memória Económica do Reino do Algarve; p. 225
- (2) – Cf. Batista Lima, Terras Portuguesas, p. 285

9. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA

9.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

9.1.1. FAMÍLIAS

De acordo como os resultados definitivos dos Censos de 2011, residiam em Lagos em 12 558 famílias clássicas, significando este número um aumento de 2852 famílias desde 2001.

O número de famílias do Concelho de Lagos aumentou cerca de 29%, no entanto a dimensão média de pessoas por família passou de 2,6 em 2001, para 2,5 em 2011, valor abaixo da média nacional (2,6).

Famílias Clássicas segundo a Dimensão (Pessoas), 2001 e 2011

	2001				2011			
	Algarve		Lagos		Algarve		Lagos	
	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%
Total	149 238	100	9 706	100	182 776	100	12 557	100
Com 1	31 399	21,0	2 025	20,9	45 493	24,9	3 105	24,7
Com 2	46 600	31,2	3 200	33,0	60 708	33,2	4 250	33,8
Com 3	34 881	23,4	2 268	23,4	40 600	22,2	2 689	21,4
Com 4	25 394	17,0	1 590	16,4	26 387	14,4	1 845	14,7
Com 5 ou mais	10 964	7,3	623	6,4	9 588	5,2	668	5,3

Quadro 6 – Famílias Clássicas segundo a Dimensão (Pessoas), 2001 e 2011

Mais de metade (56,4%) da população de Lagos vivia em 2001, em famílias de 2 ou 3 pessoas. Em 2011, tal preponderância ocorre, mas em famílias de 1 e 2 pessoas (58,5%).

A maior proporção de famílias (33,8%) concentra-se naquelas com 2 pessoas, situação que decorre também dos valores de 1991 (33,0%).

De 2001 para 2011 o peso relativo das famílias com apenas 1 pessoa cresceu 3,8%, passando a ser o segundo tipo de família mais representado em Lagos (24,7%). Este foi o tipo de família que mais importância ganhou nestes 10 anos. Todos os outros tipos (famílias com 3 ou mais pessoas) diminuíram em proporção no mesmo período.

No Algarve o perfil das famílias segundo a sua dimensão é semelhante ao do concelho. O número de famílias de uma só pessoa cresceu 3,9%, sendo também aqui o tipo que mais aumenta entre 2001 e 2011, neste caso de forma ainda mais enfática. 55,4% das famílias algarvias têm, em 2011, 2 ou 3 pessoas. O tipo dominante é a família de 2 pessoas (33,2%). À semelhança do

concelho, todas as dimensões de família com 4 ou mais pessoas veem o seu peso relativo diminuído no decénio considerado.

9.1.2. NUPCIALIDADE, DIVÓRCIO E NADOS-VIVOS

A taxa de nupcialidade para o Município de Lagos de acordo com as últimas estatísticas demográficas, foi de 5,5 ‰, sendo 2,3‰ mais alta que a da Região.

Quanto à taxa de divórcio de Lagos, a mesma encontra-se abaixo da da Região, correspondendo a 2,2‰ no Concelho e a 2,4‰ no Algarve.

Em 2011, em Lagos, 56,1% dos nascimentos ocorreram fora do casamento, enquanto que na Região essa percentagem foi de 58,3%.

Nupcialidade, Divórcio e Nados-vivos Fora do Casamento, 2001 e 2011

	Lagos		Algarve	
	2001	2011	2001	2011
Taxa de Nupcialidade (permilagem)	5,0	5,5	4,7	3,2
Taxa de Divórcio (permilagem)	2,8	2,2	2,3	2,4
Proporção de Nados-vivos fora do Casamento (%)	43,0	56,1	41,6	58,3

Quadro 7 – Nupcialidade, Divórcio e nados-vivos fora do Casamento, 2001 e 2011

Em termos absolutos e no que concerne ao estado civil legal da população residente há que referir que nos Censos de 2011, foi introduzido o termo “legal”. Assim, enquanto que em 2001 o valor associado ao estado civil “casado”, corresponde a “casado com registo” (12.026) e a “casado sem registo” (1.885), e o valor associado ao estado civil divorciado, corresponde a “divorciado” (738) e a “separado” (228), em 2011, não existe essa distinção.

População Residente segundo o Estado Civil Legal em 2001 e 2011

	Lagos	
	2001	2011
Total	25 398	31 049
Solteiro	8 871	13 337
Casado	13 911	13 184
Divorciado	966	2 398
Viúvo	1 650	2 130

Quadro 8 – População Residente segundo o Estado Civil Legal em 2001 e 2011

9.1.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Em 2011, 20% da população de Lagos não detém nenhum nível de ensino, sendo que esta proporção é 1% mais elevada nas mulheres do que nos homens.

A maioria da população (52%) frequentou o Ensino Básico, mas apenas 19% dos residentes terminou o 3º Ciclo, sendo o valor percentual dos homens mais elevado. O ensino secundário foi completado por 17% da população, com predomínio da feminina. O Ensino Pós Secundário tem muito pouca expressão, representando apenas o nível de ensino de 1% dos residentes de Lagos. Com um nível de Ensino Superior encontramos 10% da população, repartindo-se entre 4% para os homens e 6% para as mulheres de Lagos.

Nível de Ensino da População de Lagos, 2011

	Total		Homens		Mulheres	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Nenhum Nível de Ensino	6065	20	2867	9	3198	10
1º Ciclo do Ensino Básico	6496	21	3185	10	3311	11
2º Ciclo do Ensino Básico	3783	12	2108	7	1675	5
3º Ciclo do Ensino Básico	5781	19	2961	10	2820	9
Ensino Secundário	5378	17	2528	8	2850	9
Ensino Pós Secundário	328	1	167	1	161	1
Ensino Superior	3218	10	1274	4	1944	6

Quadro 9 – Nível de Ensino da População, 2011

Inverte-se, pois, nos níveis de ensino mais elevado, a ligeira diferença entre a percentagem dos homens e a percentagem das mulheres detentores de um nível de ensino, contando-se 13% da população masculina com um nível de ensino acima do Básico, contra 16% da população feminina com um grau de ensino Secundário, Pós Secundário ou Superior.

Nível de Habilitações dos Trabalhadores por conta de outrem, 2009

	Total	Nível de habilitações								
		Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Nº	6473	94	1140	1144	1891	1652	132	405	12	3
%	100	1,46	17,61	17,67	29,22	25,52	2,04	6,25	0,19	0,04

Quadro 10 – Nível de Habilitações dos Trabalhadores por conta de outrem, 2009

No universo dos trabalhadores por conta de outrem, cerca de 8,5% dos empregados eram em 2009 detentores de um nível de habilitações para além do secundário, nível este concluído por 25,52% dos trabalhadores. Cerca de 29% dos mesmos terminou o terceiro ciclo do ensino básico e 1,46% não completou sequer o primeiro ciclo.

ANALFABETISMO

A taxa de analfabetismo diminuiu, de 2001 para 2011, quer na região Algarvia como no concelho de Lagos.

Ao nível do contexto regional, Lagos apresentou também um cenário bastante otimista, uma vez que foram registadas taxas de analfabetismo abaixo do observado para a região do Algarve.

Assim, em 2011, 5,26% da população lacobrigense permanecia analfabeta, contra os 5,36% da população algarvia.

Taxa de Analfabetismo (%)		
	2001	2011
Algarve	10,4	5,36
Lagos	9,6	5,26

Quadro 11 – Taxa de Analfabetismo (%)

9.2. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

9.2.1. SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO

De entre os residentes de Lagos em 2001, 12443 eram economicamente ativos, o que correspondia a uma taxa de atividade de 49%, situação que percentualmente se verificava também no Algarve. Face aos dados apurados em 2011 verifica-se que o valor manteve-se na região mas apresentou um ligeiro decréscimo para o concelho de Lagos.

Taxa de Atividade (%), 2001 e 2011				
		Total	Homens	Mulheres
Algarve	2001	49	55	42
	2011	49	52	46
Lagos	2001	49	55	44
	2011	48	51	46

Quadro 12 – Taxa de Atividade (%), 2001 e 2011

Historicamente, esta taxa apresenta valores bastante diferentes conforme se tratava de população masculina ou feminina. Desta forma, enquanto a taxa de atividade entre os homens alcançava os 52% para o Algarve e 51% para Lagos, entre as mulheres não passava dos 46% em ambos os territórios. No entanto, este valor já foi mais díspar. Em 2001, sendo a taxa de atividade

total de 49%, a taxa de atividade da população masculina era de 55% para o Algarve e para Lagos, enquanto que entre a população feminina esta taxa era apenas de 42% e 44%, respetivamente.

Portanto, a maior alteração entre 2001 e 2011 quanto à taxa de atividade dá-se no que respeita às mulheres ativas, cuja proporção em relação à população feminina total apresenta uma ligeira subida e no que se refere à população masculina um decréscimo.

População Economicamente Ativa, 2011			
	Total	Homens	Mulheres
Total	15014	7745	7269
Empregada	12650	6479	6171

Quadro 13 – População Economicamente Ativa, 2011

Das 7269 mulheres que faziam parte da população ativa em 2011, 85% estavam empregadas. Entre os homens, 84% dos 7745 economicamente ativos estavam empregados. As mulheres representavam 48% da população economicamente ativa e 49% da população empregada. Considerando os dois sexos, 84% da população economicamente ativa estava, em 2011, empregada.

População Empregada por Setores de Atividade Económica, 2001 e 2011									
		2001				2011			
		Algarve		Lagos		Algarve		Lagos	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Total	HM	180395	100	11763	100	186191	100	12650	100
	H	102618	57	6514	55	96248	52	6479	51
	M	77777	43	5249	45	89943	48	6171	49
Primário	HM	11034	6	374	3	6142	3	216	2
	H	8440	5	328	3	4676	3	190	2
	M	2594	1	46	0	1466	1	26	0
Secundário	HM	40551	22	2755	23	29992	16	2199	17
	H	35227	20	2417	21	25617	14	1903	15
	M	5324	3	338	3	4375	2	296	2
Terciário	HM	128810	71	8634	73	150057	81	10235	81
	H	58951	33	3769	32	65955	35	4386	35
	M	69859	39	4865	41	84102	45	5849	46

Quadro 14 – População Empregada por Setores de Atividade Económica, 2001 e 2011

O setor de atividade económica que mais empregava em 2011 era o Terciário, correspondendo a 81% da população empregada, donde, desse valor, 46% eram mulheres.

O Secundário dava trabalho a 17% da população de Lagos empregada, sendo que 15% dos homens trabalhavam neste setor de atividade.

O setor Primário era responsável por apenas 2% do emprego, sendo insignificante neste contexto o participação da população feminina.

A distribuição da população empregada por setores económicos em 2001, era muito semelhante à que veio a verificar-se em 2011, sendo que a maior subida de peso relativo deu-se no Terciário (+8%) e a maior queda no Secundário (-6%).

9.2.2. DESEMPREGO

O desemprego afetava, em 2011, 2364 dos residentes de Lagos, sendo destes 1266 homens e 1098 mulheres.

A maior parte estava à procura de novo emprego (86,9%). A percentagem dos que procuravam o seu primeiro emprego é de 13,1% (13,3% para as mulheres; 12,3% para os homens).

População Desempregada de Lagos, 2011

	Total	Homens	Mulheres
Total	2364	1266	1098
À procura de 1º emprego	309	156	153
À procura de novo emprego	2055	1110	945

Quadro 15 – População Desempregada de Lagos, 2011

Através do quadro seguinte, cujos dados foram retirados das Estatísticas Mensais do IEFP, IP, de março de 2012, é possível verificar a substantiva diferença de valores entre os anos em apreço, mantendo-se todavia a tendência para o predomínio da procura de novo emprego.

População Desempregada de Lagos em março de 2012

	Total	Homens	Mulheres
Total	2786	1465	1321
À procura de 1º emprego	165	-----	-----
À procura de novo emprego	2621	-----	-----

Quadro 16 – População Desempregada de Lagos em março de 2012

A taxa de desemprego de Lagos aumentou consideravelmente entre 2001 e 2011, quer para os homens quer para as mulheres, seguindo tendência da Região, em que a taxa de desemprego subiu no decénio 11,3%, enquanto que no concelho aumentou 10,3%.

Taxa de Desemprego (%)						
	Total		Homens		Mulheres	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Lagos	5,5	15,8	4,1	16,4	7,2	15,1
Algarve	6,2	17,5	4,8	18,5	8,1	16,3

Quadro 17 – Taxa de Desemprego (%)

A variação da taxa de desemprego para a população masculina foi inferior em Lagos, quando comparado com o valor da região. Para as mulheres, o valor percentual mais do que duplicou, embora cifrando-se abaixo do valor regional.

De acordo com as últimas Estatísticas do emprego (2.º trimestre de 2012) para a Região do Algarve, a taxa de desemprego era de 17,4%, mais do dobro da registada em 2001. Regista-se ainda uma taxa de inatividade de 38,2%, uma taxa de atividade de 61,8% e uma taxa de emprego de 51,1%.

Avaliando a população beneficiária de subsídios de desemprego em 2009, observa-se que a mesma é maioritariamente feminina e que a maior incidência de casos de desemprego com subsídio acontece entre os 30 e os 39 anos.

Beneficiários de subsídios de desemprego segundo o sexo e idade, 2009

Total	Homens	Mulheres	Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
2266	1071	1195	191	273	683	581	244	294

Quadro 18 – Beneficiários de subsídios de desemprego segundo o sexo e idade, 2009

9.2.3. RENDIMENTO MÉDIO

O rendimento médio mensal em Lagos era, em 2011, de €887. No mesmo ano, no Algarve, cada trabalhador auferia, em média, €942 mensais. Tal valor era de €1085 em Portugal continental.

Ganho Médio Mensal (em euros) 2011	
Portugal	1085
Algarve	942
Lagos	887

Quadro 19 – Ganho Médio Mensal (em euros), 2011

O desfavorecimento de Lagos em relação à situação média da Região em matéria de rendimentos é confirmado em 2011 pelos valores do poder de compra. O indicador per capita de poder de compra, situava-se, em 2005, em 124 no caso de Lagos, quando o Algarve não excedia 113. No entanto, os últimos dados disponíveis, referentes a 2011, revelam a redução do indicador

em Lagos, comparativamente a 2005, assim como a quebra da sua anterior vantagem sobre a região algarvia.

Indicador per Capita de Poder de Compra, 2005 e 2011

	2005	2011
Lagos	124	93
Algarve	113	97

Quadro 20 – Indicador per Capita de Poder de Compra, 2005 e 2011

A proporção do poder de compra concelhio face ao poder de compra regional também decresceu entre 2005 e 2011, firmando-se neste último ano em 0,27%, decréscimo este que acompanha a tendência regional.

**Proporção de poder de compra (% no total do País),
2005 e 2011**

	2005	2011
Lagos	0,32	0,27
Algarve	4,46	4,09

Quadro 21 – Proporção de poder de compra (% no total do País), 2005 e 2011

9.2.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS

O tecido económico de Lagos é constituído essencialmente pelas atividades relacionadas com o Turismo, nomeadamente o alojamento, a restauração, as atividades imobiliárias e a construção. Estas atividades possuem importantes reflexos no mercado de emprego e no desenvolvimento económico do Município.

Apesar de as atividades económicas relacionadas com o turismo desempenharem um papel fulcral, no desenvolvimento económico municipal, existe igualmente, uma forte presença de atividades relacionadas com o comércio grossista e a retalho.

Desta forma, pela análise do quadro seguinte, constata-se que, no ano censitário de 2011, o tipo de empresas com maior representatividade no concelho de Lagos, correspondem às empresas associadas ao Comércio, com 805 empresas sediadas, perfazendo aproximadamente 19,3% da totalidade das empresas existentes.

Tipo de Atividade Económica	Nº de Empresas no Concelho de Lagos
Atividades imobiliárias	230
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	373
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	517
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	144
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	168
Alojamento, restauração e similares	659
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	805
Construção	487
Educação	149
Indústrias extrativas	1
Indústrias transformadoras	116
Outras atividades de serviços	212
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1
Atividades de saúde humana e apoio social	203
Transportes e armazenagem	67
Atividades de informação e de comunicação	44
Total	4.180

Quadro 22 – Número de Empresas no Concelho segundo o Tipo de Atividade Económica, 2011

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional da Estatística, em 2011 a estrutura empresarial do concelho é dominada por microempresas (constituídas de 1 a 9 trabalhadores), com volumes reduzidos de venda associados, perfazendo cerca de 96,8% da totalidade das empresas existentes no concelho de Lagos. Ou seja, das 4.180 empresas existentes no concelho de Lagos, 4.048 têm menos de 10 pessoas ao serviço, 126 empresas têm entre 10 e 49 pessoas ao serviço e 6 empresas têm entre 50 e 249 pessoas ao serviço. Não existe qualquer empresa no concelho com mais de 250 pessoas ao serviço.

Proporcionalmente, Lagos manifesta valores similares à região e ao país em termos de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço – 95,9% em Portugal e 96,6% no Algarve.

De referir igualmente que a proporção de empresas individuais situa-se nos 66,12%, valor este inferior ao país (67,57) e ao Algarve (69,70).

Ainda nesta componente é possível verificar que o número médio de pessoal ao serviço por empresa também é inferior no concelho (2,3) quando comparado com a região (2,5) e com o país (3,4).

Quanto ao volume de negócio por empresa, Lagos também apresenta valores mais baixos do que a região e o país: 102.400€ no concelho, 123.100€ no Algarve e 312.300€ em Portugal.

O concelho de Lagos é dotado de algumas unidades industriais, que se encontram concentradas maioritariamente em quatro zonas industriais:

- Parque Industrial do Infante (freguesia de Odiáxere);
- Zona Industrial e Comercial de Odiáxere (freguesia de Odiáxere);
- Parque industrial do Chinicato (freguesia de Lagos);
- Parque Industrial da Marateca (freguesia de Lagos);

A dinâmica habitacional observada nos últimos anos, no concelho de Lagos, tem permitido o crescimento das empresas associadas à imobiliária, construção civil e dos estabelecimentos a retalho na estrutura comercial do concelho.

9.2.5. TURISMO

O município de Lagos, é um concelho com uma componente turística bastante vincada, uma vez que apresenta uma localização excecional ao nível da paisagem, com uma linha de costa com cerca de 15 km, com um litoral bastante atrativo, que inclui áreas de rara beleza, praias acolhedoras, ainda resistentes à massificação urbanística verificada noutros concelhos da região Algarvia, além de um património cultural e arquitetónico com mais de quinhentos anos de história.

Além da sua localização e o seu património cultural e arquitetónico, é necessário reconhecer a existência de uma procura turística acentuada em função destes elementos de atração.

De acordo com o Plano Municipal de Turismo para o concelho de Lagos, registou-se, durante o ano de 2001, uma entrada de cerca de 98 742 hóspedes em estabelecimentos hoteleiros localizados no concelho, em que a grande maioria eram oriundos de países estrangeiros.

A população residente durante o ano censitário de 2001 (25 199 hab) representava cerca de 25,5% do número total de turistas no concelho, durante esse mesmo ano. A partir destes valores pode-se inferir com toda a certeza que existe uma influência bastante acentuada da atividade turística no concelho, o que provoca acentuadas discrepâncias na sua economia, organização e

sociedade. De acordo com os indicadores para o ano 2011, registaram-se no concelho 148 949 hóspedes, o que faz com que a população residente corresponda a 20,8% do número de turistas.

De acordo com os dados disponibilizados no site da entidade Turismo de Portugal, I.P. (separador: consulta de registos dos empreendimentos turísticos, junho 2012), complementado com informações recolhidas junto dos serviços da Câmara Municipal de Lagos, no concelho de Lagos encontram-se em funcionamento, sessenta e um empreendimentos turísticos, categorizando-se em dois aldeamentos turísticos, vinte e cinco apartamentos turísticos, vinte e cinco hotéis, três hotéis-apartamento, três empreendimentos de turismo em espaço rural e três parques de campismo.

Aldeamentos turísticos	Apartamentos turísticos	Hotéis	Hotéis-apartamento	Turismo em Espaço Rural	Parques de Campismo	Total
2	25	25	3	3	3	61

Quadro 23 – Tipologia de empreendimento turístico em funcionamento no concelho de Lagos

Fonte: Turismo de Portugal, I.P. (2012) e CMLagos

Os empreendimentos turísticos encontram-se distribuídos, fundamentalmente, pelas freguesias do litoral do concelho, nomeadamente, nas freguesias da Luz e de Lagos.

No que concerne à capacidade de alojamento, verifica-se que a tipologia de “apartamentos turísticos” detém a maioria da oferta do número de camas, cerca de 47 pontos percentuais, comparativamente às restantes categorias de classificação de empreendimentos turísticos.

Capacidade de Alojamento (N.º de camas) nos Empreendimentos Turísticos										Total
Aldeamentos turísticos		Apartamentos turísticos		Hotéis		Hotéis-apartamento		Turismo em Espaço Rural		
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
385	4,4	4121	47,1	3069	35,1	1122	12,8	58	0,7	8756

Quadro 24 – Capacidade de Alojamento nos Empreendimentos Turísticos, sem parques de campismo

Fonte: Turismo de Portugal, I.P. (2012) e CMLagos

Paralelamente, os três parques de campismo existentes no concelho de Lagos demonstram uma capacidade máxima de 4330 utilizadores.

A caracterização do número de dormidas no concelho de Lagos irá ser remetido para os anos de 2002 e 2012.

O número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros concelhios aumentou relativamente ao ano de 2002, tendo-se observado um crescimento na totalidade das tipologias à exceção das 'Pensões, Pousadas, Estalagens e Motéis'.

Lagos	Dormidas (Nº) nos Estabelecimentos Hoteleiros					
	Estabelecimentos Hoteleiros	Hotéis	Hotéis-Apartamentos	Pensões, Pousadas, Estalagens e Motéis	Aldeamentos Turísticos	Apartamentos turísticos
2002	633.151	291.926	X	73.361	X	172.765
2012	768.822	341.538	107.409	0	X	242.338

Quadro 25 – Evolução do número de dormidas

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística (2002, 2012)

O aumento do número de dormidas no concelho acompanhou a tendência verificada na região Algarvia, evidenciando-se até um aumento proporcional superior ao da região, embora inferior ao do país (aumento de 41,9% para o país, 0,2% para a região e 21,4% para o concelho).

	Estabelecimentos hoteleiros	
	2002	2012
Continente	27.962.327	39.681.040
Algarve	14.294.303	14.327.774
Lagos	633.151	768.822

Quadro 26 – Comparação da evolução do número de dormidas entre os anos de 2002 e 2012

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística (2002, 2012)

De um modo geral observou-se que são os hotéis que registam o maior peso de dormidas (cerca de 44,4%), sendo também esta tipologia que apresenta as taxas de ocupação líquidas mais elevadas.

Ano	Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros								
	TOTAL	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis-Apartamentos	Aldeamentos	Apartamentos Turísticos
2002	43	50,2	43,9	0	0	-	-	-	37,7
2012	34,3	47,5	0	0	0	0	23,4	0	27,9

Quadro 27 – Taxa líquida de ocupação cama (%) nas diferentes tipologias de estabelecimentos hoteleiros

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (2002, 2012)

Quanto ao país de origem dos hóspedes no concelho de Lagos, denota-se que, para além do valor registado com turistas nacionais, a maioria são provenientes do Reino Unido, da Alemanha e de Espanha.

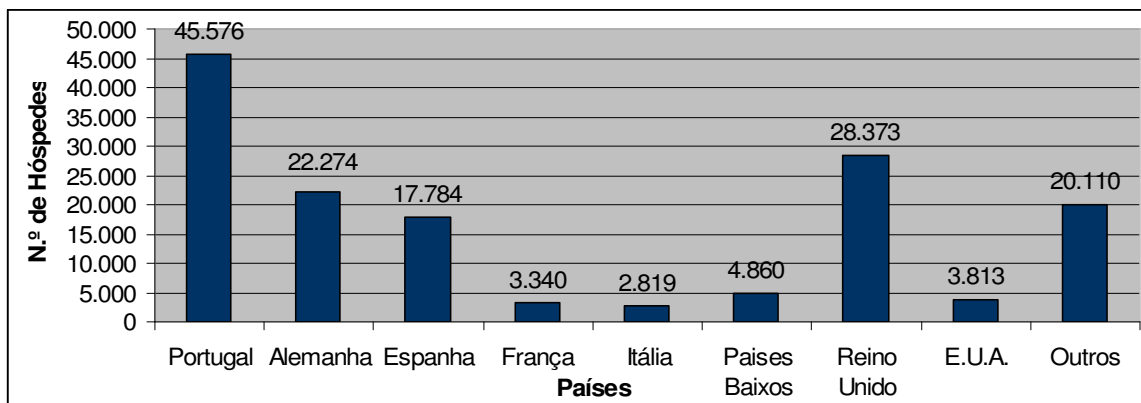


Gráfico 1 – Países de Origem dos Hóspedes no Concelho de Lagos

Fonte: INE (2011)

A sazonalidade do setor turístico tem sido referenciada como uma das características do turismo algarvio, à qual Lagos não se coloca à margem, enumerada recorrentemente como uma fragilidade deste setor de atividade, a nível regional. Efetivamente, o plano municipal do turismo, no seguimento do preconizado em planos e programas de âmbito nacional e regional, indica como objetivo de desenvolvimento do setor, a “diminuição da sazonalidade, de forma a realizar-se uma melhor distribuição dos fluxos turísticos ao longo do ano, promovendo uma maior rentabilidade da atividade turística”.

Tem-se vindo a verificar o enraizamento da predominância do número de dormidas nos meses de julho, agosto e setembro, servindo, assim, para se aferir a tendência que está patente no turismo do Algarve, manifestamente dependente do binómio sol-praia.

Taxa de Sazonalidade		
Ano	Algarve	Lagos
2009	44,1	52,1
2010	46,3	52,0
2011	46,2	54,7
2012	46,9	nd

Quadro 28 – Evolução da Taxa de Sazonalidade

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (*elaboração própria*)

De facto, conforme se pode verificar no quadro anterior, quase 47% das dormidas na região algarvia, em 2012, ocorrem em 3 meses – em 2009, esse valor rondava os 44%. Apesar de não configurar um aumento acentuado analiticamente é demonstrado que as metas não têm vindo a ser cumpridas conforme traçadas em programas e planos de várias ordens.

No que ao município diz respeito, os valores apresentados registam uma marcada presença do número de dormidas nos meses de verão, taxa essa superior à região. De facto, e à semelhança do Algarve, a sazonalidade em Lagos tem vindo a registar o seu agravamento, apresentando o ano 2011 quase 55% de dormidas anuais ocorridas em julho, agosto e setembro (mais 8,5 pontos percentuais, comparativamente ao valor correspondente ao Algarve para o mesmo ano).

9.2.6. HABITAÇÃO

A caracterização das condições de habitabilidade incide sobre os alojamentos familiares clássicos de residência habitual. Estes eram, em 2011, 12.341, enquanto que o total de alojamentos familiares clássicos somava 27.135. Tal disparidade reflete sobretudo a relevância do uso sazonal, a que estavam afetados à mesma data 45,5% dos alojamentos. Esta percentagem revela o aumento superior a 4% face ao ano de 2001.

Entre 2001 e 2011 o número de alojamentos familiares clássicos elevou-se de 19.354 para 27.135, o que equivale a um aumento de 40,2%. No mesmo período, e para a Região, esta variação foi de 34,1%.

	2001	2011	Variação 01-11
Algarve	283.377	380.126	34,1
Lagos	19.354	27.135	40,2

Quadro 29 – Alojamentos familiares clássicos, 2001 e 2011

9.2.7. DIVISÕES

Entre 1991 e 2001 verificou-se um aumento residual do número de divisões por alojamento familiar clássico. A tendência de aumento acentuou-se entre 2001 e 2011, ocorrendo um acréscimo de quatro casas decimais.

	1991	2001	2011
Lagos	4,2	4,3	4,7

Quadro 30 – Evolução do número de divisões por alojamento familiar clássico de residência habitual

Comparativamente, Lagos apresenta valores idênticos à região no que diz respeito ao número de divisões por fogo – 4,7.

	2001	2011
Algarve	4,3	4,7
Lagos	4,3	4,7

Quadro 31 – Divisões por fogo concluído em construções novas para habitação familiar, 2001 e 2011

10. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

10.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A população de Lagos apresentou ao longo do século passado tendência consistente para o crescimento. Apenas três valores censitários entre 1900 e 2011 apontam para um decréscimo – ligeiro – da população concelhia.

Se até 1970 esta evolução foi moderada, refletindo pequenos acréscimos populacionais, a partir daí o crescimento populacional intensificou-se claramente, produzindo uma acentuada ascensão demográfica de Lagos, sobretudo a partir da década de 70 do século passado.

Ano	População Residente
1900	13.937
1911	16.259
1920	15.883
1930	16.210
1940	16.772
1950	16.483
1960	17.060
1970	16.396
1981	19.700
1991	21.526
2001	25.398
2011	31.049

Quadro 32 – Evolução da população de Lagos

Fruto desta evolução, Lagos contava em 2011 com 31.049 residentes, tendo sido a taxa média de variação anual da população do concelho, entre 2001 e 2011, de 2,2%, o que corresponde a um crescimento total de 22,3% neste período. Em termos concretos, relativamente ao aumento populacional ocorrido entre os dois últimos momentos censitários, verificou-se um acréscimo de 5.651 habitantes.

	Total	Média anual
1900/11	16,7	1,5
1911/20	-2,3	-0,3
1920/30	2,0	0,2
1930/40	3,5	0,4
1940/50	-1,7	-0,2
1950/60	3,5	0,4
1960/70	-3,9	-0,4
1970/81	20,2	1,8
1981/91	9,3	0,9
1991/2001	18,0	1,8
2001/2011	22,3	2,2

Quadro 33 – População residente – Variação Intercensitária (%)

No primeiro ano do século XX, Lagos possuía 13937 habitantes, mas 11 anos mais tarde a sua população era já de 16259, o que significa um crescimento médio de 1,5% ao ano.

Nas décadas seguintes, e até 1970, assistiu-se a uma oscilação da variação média anual da população entre os – 0,4% e os 0,4%, tendo este valor sido negativo nos períodos 1911/20, 1940/50 e 1960/70.

Assim, em 1970, o número de residentes em Lagos estava muito próximo do de há 60 anos antes: 16.396 indivíduos constituíam a população do concelho.

O crescimento médio anual no intervalo intercensitário seguinte foi um dos mais elevados, alcançando, pois, os 1,8% ao ano. Como consequência, em 1981 residiam em Lagos 19.700 pessoas. Entre 1981 e 1991 registou-se um crescimento mais moderado do que aquele ocorrido no decénio anterior, o que veio a ser retomado entre 1991 e 2001 (1,8% de média anual) e, sobretudo, entre os dois últimos momentos censitários (2001/2011), averbando o valor relativo mais elevado desde o início do recenseamento populacional – 2,2% ao ano.

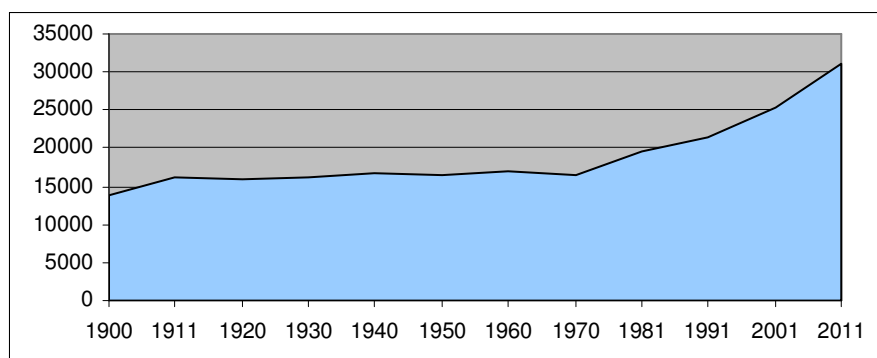


Gráfico 2 – Evolução da população residente no concelho de Lagos entre 1900 e 2011

Taxa de crescimento efetivo ao ano										
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
-	1,14	0,62	4,62	1,86	1,74	1,70	1,36	1,41	1,42	4,49

Quadro 34 – Taxa de crescimento efetivo ao ano (%), 2001 – 2011

A taxa média anual de crescimento registada entre 2001 e 2011 apresenta apenas valores positivos, reforçando o crescimento contínuo da população de Lagos. Efetivamente, o valor mais baixo acontece entre 2002-2003, registando-se de seguida, entre 2003-2004, o valor mais elevado. Realça-se igualmente a variação entre 2010-2011, a qual poderá eventualmente derivar do valor estimado em 2010 e o valor real da população apurado nos Censos 2011.

Verifica-se, portanto, em termos gerais, a tendência positiva de crescimento populacional.

10.1.1. CRESCIMENTO NATURAL

As taxas de mortalidade e de natalidade, que se têm vindo a aproximar desde a década de 60, transformam-se em 2001 num único ponto, representando taxas de valor igual. O progressivo encurtamento da diferença entre as duas taxas acontece sobretudo por diminuição da taxa de natalidade, mas, a partir da década de 80, também se faz pelo ligeiro aumento da taxa de mortalidade².

No ano 2001, a natalidade e a mortalidade apresentavam valores brutos exatamente iguais, pelo que resultou, nesse ano, um valor nulo de crescimento natural.

Entre 2001 e 2011 regista-se o acompanhamento da taxa de mortalidade à taxa de natalidade. A diferença entre estes dois indicadores é de apenas 0,1‰, o que permite obter um pequeno crescimento natural.

² Este acréscimo da taxa de mortalidade relaciona-se com o fenómeno do envelhecimento da população, adiante abordado no ponto relativo à *Estrutura etária da população*.

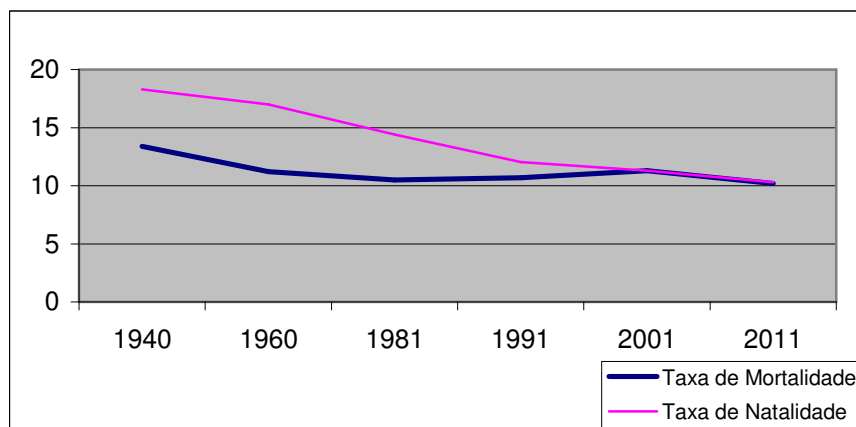


Gráfico 3 – Evolução das Taxas de Natalidade e Mortalidade de Lagos (%)

Em 2011, o saldo fisiológico da população de Lagos foi ligeiramente positivo, na medida em que a taxa de natalidade apresentou valores superiores à taxa de mortalidade, 10,3% e 10,2%, respetivamente.

Face aos valores de natalidade e mortalidade registados em 2011, a taxa de excedentes de vidas voltou a apresentar valores positivos, alcançando essa diferença entre taxas de natalidade e de mortalidade, nesse ano, os 0,1%.

	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Excedente de Vidas
2001	11,3	11,3	0,0
2011	10,3	10,2	0,1

Quadro 35 – Excedente de vidas, 2001 e 2011 (permilagem)

A primeira década do séc. XXI iniciou-se com valores percentuais nulos de crescimento natural – anos 2000 e 2001. A partir deste último ano, verificaram-se apenas valores positivos, resultado de valores de natalidade superiores aos de mortalidade. O distanciamento entre taxas é mais notório em 2006, em que a taxa de crescimento natural alcançou os 0,26%, e em 2010, onde se registou o valor de 0,31%.

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
0,00	0,00	0,13	0,06	0,12	0,26	0,17	0,15	0,14	0,31	0,1

Quadro 36 – Taxa de crescimento natural (%), 2001 – 2011

A taxa de mortalidade infantil em 2011 foi de 3,1‰, ou seja, em cada mil nados-vivos nascidos nesse ano, mais de 3 viriam a falecer no primeiro ano de vida.

Para o ano 2011, a taxa de fecundidade cifrou-se em 44,4‰, acompanhando a evolução da taxa de natalidade. Em 2001, esta taxa registava um valor de 49,2‰.

10.1.2. CRESCIMENTO MIGRATÓRIO

Tendo disponível o saldo natural, encontra-se, através da equação de concordância, o saldo migratório³.

Sendo que, como já vimos, as taxas de natalidade e mortalidade do concelho apresentaram até 2011 valores muito próximos, um saldo migratório francamente positivo foi, até então e desde o início dos anos 90, a razão principal do crescimento efetivo de Lagos.

O acréscimo total de população no concelho no decénio 2001-2011, acréscimo esse de 5.651 indivíduos, provém grandemente dos movimentos migratórios de que Lagos é alvo.

Efetivamente, se a taxa de crescimento natural de Lagos foi, no ano de 2011, de 0,1%, e se o crescimento efetivo da população do concelho alcançou, no mesmo período, em média anual, a taxa de 2,2%, então a taxa de crescimento migratório anual terá sido em média de 2,1%.

Taxa de crescimento migratório										
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
2,4	2,5	2,3	2,0	1,7	1,5	1,5	1,20	1,26	1,10	-0,83

Quadro 37 – Taxa de crescimento migratório (%), 2001 – 2011

A partir de 2001 e até 2004, a taxa de crescimento migratório apresenta valores anuais mais elevados que aqueles que foram registados na década anterior. Em média, entre os anos referidos, esta taxa foi de 2,3%, o que explica fundamentalmente o crescimento efetivo da população de Lagos no mesmo intervalo temporal.

Seguidamente, entre 2005 e 2010, o crescimento migratório foi mais brando, situando-se nos 1,7% em 2005 e em 1,1% no ano 2010. Esta tendência reflete-se ainda muito proximamente nos resultados das taxas de crescimento efetivo, mas esta desaceleração do crescimento migratório é parcialmente compensada pelos recentes sinais positivos do crescimento natural. O ano 2011 vem romper com a tendência positiva, verificando-se um valor negativo (-0,83%).

³ O saldo migratório inclui o saldo das entradas e saídas do País e também o saldo das migrações internas (entre Lagos e outros concelhos).

Portanto, poder-se-á dizer que desde 2005, muito embora o crescimento de Lagos ocorra substancialmente pelo saldo migratório, esta não tem sido a sua condição única, tendo vindo a contar com a participação de um saldo natural positivo.

10.2. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Em 2011, residiam em Lagos 4.870 indivíduos com 14 ou menos anos, 3.199 com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, 17.055 entre os 25 e os 64 anos, e 5.925 com 65 ou mais anos.

	Total	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e + anos
Total	31.049	4.870	3.199	17.055	5.925
Homens	15.090	2.480	1.596	8.361	2.653
Mulheres	15.959	2.390	1.603	8.694	3.272

Quadro 38 – População por Grupos Etários e Sexo, 2011

A distribuição por sexos era, em 2011, no grupo etário até aos 14 anos, um pouco mais elevado nos Homens (16,4%) do que nas mulheres (15%); os homens apresentavam ainda um valor ligeiramente superior nos grupos 15 a 24 anos e 25 a 64 anos, enquanto as mulheres predominavam no grupo etário de idade mais avançada.

Dos 31.049 habitantes de Lagos, 15.090 eram homens e 15.959 eram mulheres. A relação de masculinidade⁴ do concelho situava-se, pois, nos 94,6.

	Total	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e + anos
Total	100	15,7	10,3	54,9	19,2
Homens	100	16,4	10,6	55,4	17,6
Mulheres	100	15,0	10,0	54,5	20,5

Quadro 39 – Peso relativo dos Grupos Etários (%), por sexo, 2011

	0 a 14 anos		15 a 24 anos		25 a 64 anos		65 e + anos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Total	15,9	15,7	11,9	10,3	54,0	54,9	18,2	19,2

Quadro 40 – Peso relativo dos Grupos Etários (%), 2001 e 2011

⁴ Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 mulheres).

A evolução da população de Lagos por grandes grupos etários entre 2001 e 2011 indica de duas formas o envelhecimento dessa mesma população. Por um lado, o grupo etário dos residentes com 14 ou menos anos perde ligeiramente o seu peso relativo; por outro, o grupo etário dos residentes com 65 ou mais anos vê a sua importância em relação ao conjunto dos grupos aumentar um ponto percentual.

No que respeita aos grupos intermédios, durante o decénio aumentou a proporção de lacobrigenses com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos em quase 1%. O grupo com idades entre os 15 e os 24 anos perde 1,6% do seu peso no total populacional.

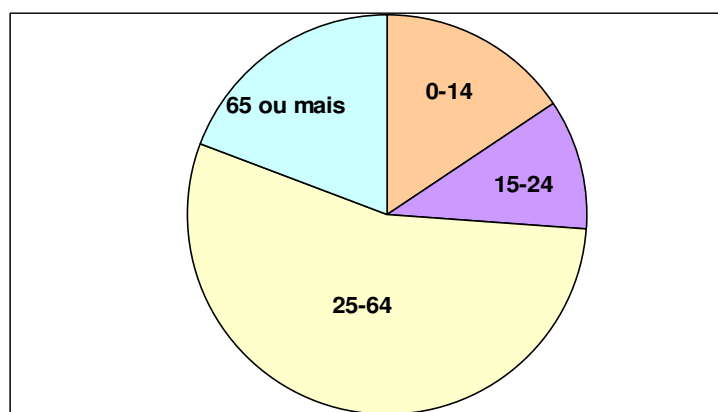


Gráfico 4 – Distribuição da População de Lagos por Grandes Grupos Etários, 2011

Observando os grupos etários por ciclos de vida, constata-se que em 2011 a estrutura permanece muito similar à de 2001: mais de metade da população tem idades entre os 25 e os 64 anos, quase 20% dos residentes tem 65 ou mais anos, 16% têm menos de 15 anos e 10% encontra-se entre os 15 e os 24 anos de vida. Também como em 2001, a proporção de população feminina com 65 ou mais anos é superior à proporção de homens na mesma situação.

10.2.1. ÍNDICES DE ENVELHECIMENTO E DEPENDÊNCIA

O Índice de Envelhecimento⁵ do concelho, que se saldava em 121,7 em 2011, tem apresentado uma tendência de aumentar, em consequência de um crescimento da população maior de 65 anos de idade e da diminuição do grupo menor de 15 anos.

⁵ Índice de Envelhecimento = População 65 e mais anos / População 0-14 anos

	Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência Total
1940	34,6	55,6
1960	48,7	50,3
1970	60,2	51,5
1981	69,9	53,9
1991	93,1	52,0
2001	118,7	51,8
2011	121,7	53,3

Quadro 41 – Evolução dos Índices de Envelhecimento e Dependência

O Índice de Envelhecimento apresenta uma evolução crescente, embora tenha sofrido um aumento menos acentuado quando comparado o último decénio (2001-2011) com o decénio anterior (1991-2001).

O Índice de Dependência Total⁶ foi em 2011 de 53,3. O Índice de Dependência de Idosos⁷ alcançou os 29,3. A subida destes dois índices é fruto do comportamento demonstrado pelos grupos etários dependentes, e também pelos grupos etários 25-64 anos e 15-24 anos.

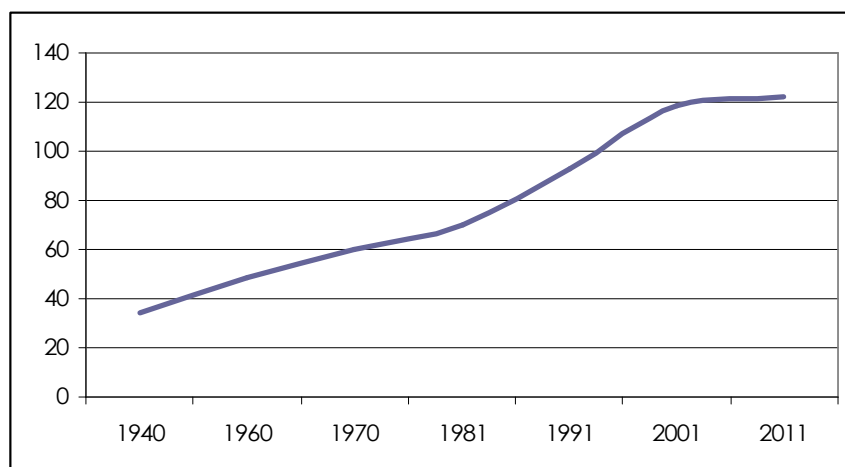


Gráfico 5 – Evolução do Índice de Envelhecimento

⁶ Índice de Dependência Total = (Pop. 0-14 anos + Pop. 65 e mais anos) / Pop. 15-64 anos

⁷ Índice de Dependência de Idosos = População 65 e mais anos / População 15-64 anos

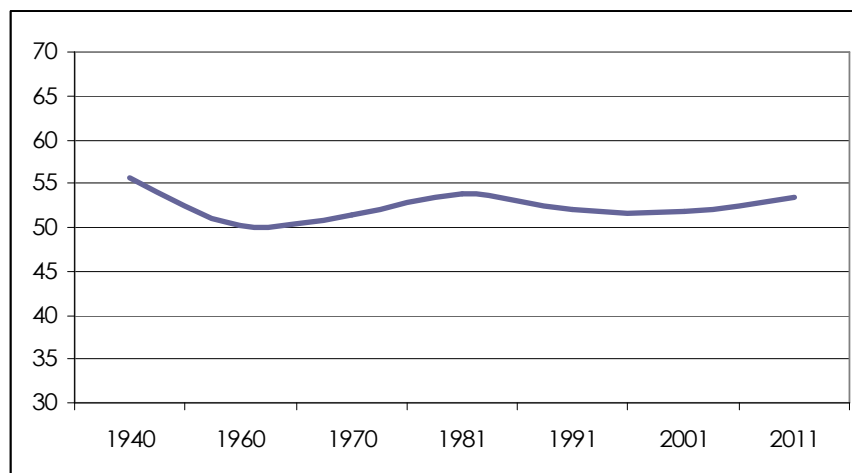


Gráfico 6 – Evolução do Índice de Dependência Total

10.3. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO

10.3.1. POPULAÇÃO POR FREGUESIAS

A freguesia de Lagos (união das freguesias de Sta. Maria e S. Sebastião) é a freguesia mais populosa de Lagos (22.095 habitantes em 2011), registando 71,2% do total da população do concelho. A freguesia da Luz é responsável pelo segundo maior contributo para o total populacional de Lagos (3.545 residentes em 2011, ou seja, 26% da população concelhia).

	Total	
	Nº	%
União das Freguesias de Bensafrim e de Barão de S. João	2425	7,8
Odiáxere	2984	9,6
Luz	3545	11,4
União das Freguesias de Lagos (Sta Maria e S. Sebastião)	22095	71,2
Lagos	31049	100

Quadro 42 – População das Freguesias de Lagos, 2011

A ordem decrescente do peso das freguesias na população total de Lagos em 2011 continua com Odiáxere (9,6%) e união das freguesias de Bensafrim e Barão de São João (7,8%).

A freguesia de Lagos é também a que apresenta uma maior proporção de jovens e uma menor proporção de idosos.

	Total Nº	0-14		15-24		25-64		65 e +	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
União das Freguesias de Bensafrim e de Barão de S. João	2425	315	13	215	9	1310	54	585	24
Luz	3545	481	14	356	10	1887	53	821	23
Odiáxere	2984	482	16	273	9	1566	52	663	22
União das Freguesias de Lagos (Sta Maria e S. Sebastião)	22095	3592	16	2355	11	12292	56	3856	17
Lagos	31049	4870	16	3199	10	17055	55	5925	19

Quadro 43 – População das Freguesias de Lagos por Grupos Etários, 2011

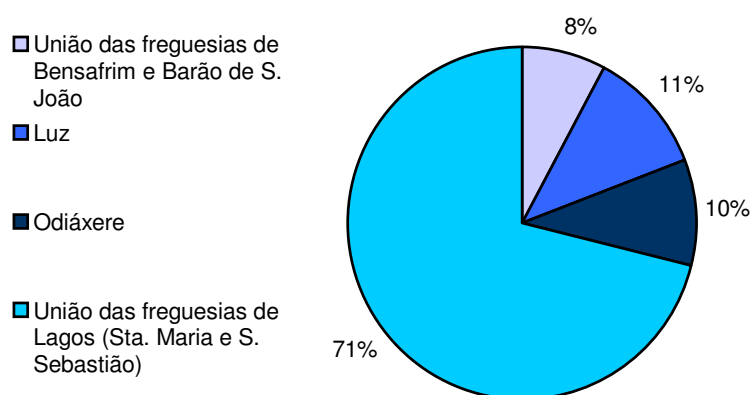


Gráfico 7 – Participação das Freguesias na População Total de Lagos, 2011

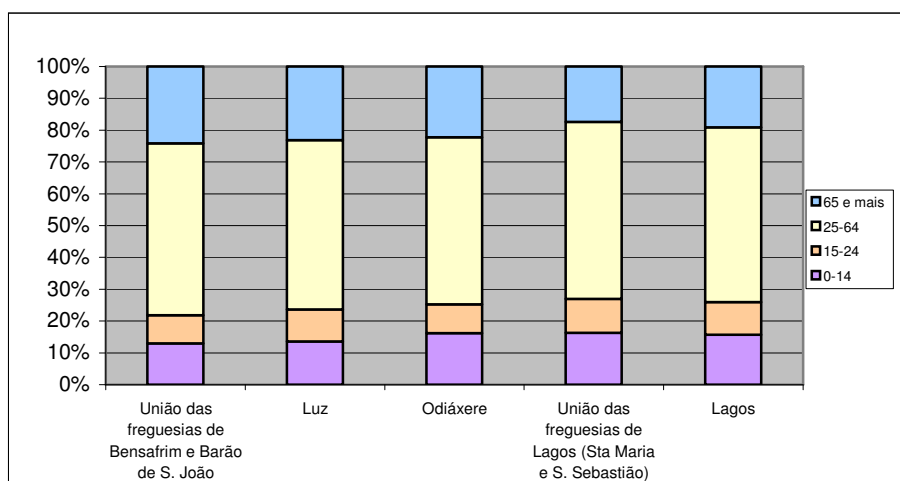


Gráfico 8 – Peso Relativo dos Grandes Grupos Etários nas Freguesias de Lagos, 2011

A estrutura demográfica mais envelhecida encontra-se na União das freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Luz e Odiáxere.

Portanto, a freguesia mais populosa é também a menos envelhecida, o que coincide com o comportamento normal das dinâmicas demográficas.

10.3.2. DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Na área do concelho de Lagos residiam, no ano de 2011, em média 146 hab/Km². Um decénio atrás, esta média era de 119 hab/km². Ou seja, entre 2001 e 2011, a densidade populacional de Lagos aumentou 22,7%, cifrando-se num aumento de 27 hab/Km².

	População	Área (km ²)	Hab/km ²
Lagos	31049	213	146
União das Freguesias de Bensafrim e de Barão de S. João	2425	130	19
Luz	3545	22	163
Odiáxere	2984	32	94
União das Freguesias de Lagos (Sta Maria e S. Sebastião)	22095	29	758

Quadro 44 – Densidades populacionais de Lagos e suas freguesias, 2011

A União das freguesias de Lagos (Santa Maria e São Sebastião), manifesta uma densidade populacional muito mais elevada do que o restante território concelhio, beneficiando da existência do centro urbano de primeiro grau do concelho.

A freguesia da Luz, detendo o segundo pólo mais importante do concelho (Vila da Luz), exhibe uma densidade populacional de 163 hab/km².

A união das freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, e a freguesia de Odiáxere apresentam densidades abaixo do patamar médio do Concelho: 19e 94 hab/km², respetivamente.

10.3.3. DINÂMICAS DE CONCENTRAÇÃO

Acompanhando as características da distribuição da população da Região e do País, Lagos, como concelho litoral que é, vê a sua população concentrar-se de forma crescente nas freguesias costeiras e, mais especificamente, nos principais centros destas mesmas freguesias.

De acordo com as densidades indicadas no ponto anterior, as freguesias com rácios habitantes/área mais elevados são as que se situam junto à costa (União das freguesias de Lagos e Luz).

A tendência demonstrada nos momentos censitários indicados nos elementos abaixo revela que efetivamente existe propensão ao aumento da população a residir em lugares com 2000 ou mais habitantes.

Data	%
1940	45,7
1960	44,8
1970	50,4
1981	52,0
1991	54,6
2001	57,9
2011	59,2

Quadro 45 – Proporção da população a residir em Lugares com 2000 ou mais Habitantes (%)

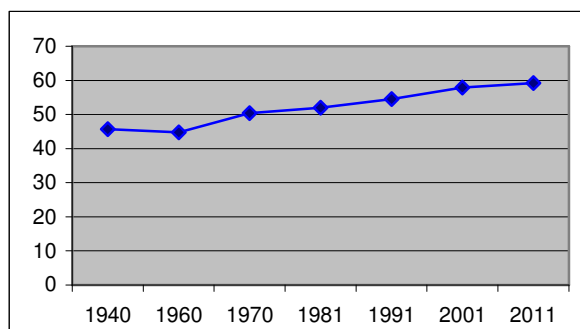


Gráfico 9 – Proporção da População de Lagos a Residir em Lugares com 2000 ou mais Habitantes (%)

10.3.4. DICOTOMIA URBANO/RURAL

Das 4 freguesias de Lagos, uma está considerada pelo INE como Área Predominantemente Urbana, uma como Área Medianamente Urbana e as outras duas como Área Predominantemente Rural.⁸

A área predominantemente urbana do concelho é, segundo esta tipologia, a constituinte da cidade de Lagos (União das freguesias de Santa Maria e São Sebastião). A freguesia da Luz é vista

⁸ INE, Indicadores Urbanos do Continente, 1999.

como medianamente urbana e a União das freguesias de Bensafrim e Barão de São João e a freguesia de Odiáxere são entendidas como predominantemente rurais.

Coincidem, pois, as áreas mais urbanas com aquelas que no concelho apresentam densidades populacionais mais elevadas. É também nestas que se encontram as maiores concentrações, ou seja, os maiores “núcleos urbanos” de Lagos.

De entre estes núcleos, apenas um é reconhecido como cidade: Lagos. A população da cidade de Lagos aumentou, entre 2001 e 2011, 24,7%, cifrando-se, nesta última data, em cerca de 18300 habitantes.

População residente em área urbana	25.639
Variação 2001/2011 (%)	46,8
População residente em cidades	18.300
Variação 2001/2011 (%)	24,7

Quadro 46 – População Urbana de Lagos, 2011

A população a residir em área urbana é um pouco maior que a da cidade de Lagos, uma vez que naquela são englobadas as populações residentes na União das freguesias de Lagos (Santa Maria e São Sebastião) na sua totalidade. Assim, em 2011, residiam em área urbana 25.639 dos habitantes de Lagos, o que significa que a população urbana do concelho – representando em 2011, 71,2% da sua população total – cresceu, entre 2001 e 2011, 16%.

Seguindo a tipologia de áreas urbanas, em áreas predominantemente rurais apenas residiam, em 2011, 17,4% da população do concelho, tendo-se registado a diminuição de população nesta categoria face a 2001.

	2001		2011	
	Residentes	%	Residentes	%
Áreas Predominantemente Rurais	4859	19,1	5409	17,4
Áreas Medianamente Urbanas	3068	12	3545	11,4
Áreas Predominantemente Urbanas	17471	69	22094	71,2
Áreas Medianamente e Predominantemente Urbanas	20539	81	25639	82,6

Quadro 47 – População residente por tipologia de Áreas Urbanas, 2001 e 2011

Em suma, verifica-se, segundo a categorização apresentada, que, tendencialmente, existe a propensão para o aumento não acentuado da população das áreas predominantemente urbanas, e a diminuição, embora residual, das áreas medianamente urbanas e predominantemente rurais.

10.4. LAGOS NA REGIÃO E NO PAÍS

Entre 2001 e 2011, a NUT II Algarve destacou-se no panorama nacional com um forte crescimento da população residente: 1,4% ao ano, contra 0,2% da totalidade do território nacional.

	Lagos		Algarve		País	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
População Residente	25.398	31.049	395.218	451.006	10.356.117	10.562.178
Variação 2001/2011 (%)	22,2		14,1		2,0	

Quadro 48 – População residente e variação 2001/2011

O concelho de Lagos concorreu para esta liderança do Algarve no crescimento populacional, com a sua taxa média de crescimento ao ano de 2,2% entre 2001 e 2011, taxa esta 8,1% mais elevada que a da Região.

	População residente	Taxas de crescimento		
		Natural	Migratório	Efetivo
Portugal	10.562.178	-0,06	-0,23	-0,29
Algarve	451.006	-0,01	-1,13	-1,14
Lagos	31.049	0,01	-0,83	-0,82

Quadro 49 – População residente e taxas de crescimento, 2011

O destaque da Região Algarve no panorama demográfico nacional não se manteve em 2011, registando uma taxa de crescimento efetivo mais negativa que a registada em Portugal e em Lagos. A taxa de crescimento efetivo de Portugal foi neste ano de apenas -0,29%, enquanto que a taxa de crescimento algarvia se firmou em 1,14%. Assim, verifica-se que a região apresenta valores inferiores ao geral do país, invertendo o comportamento francamente positivo que tinha vindo a apresentar.

Lagos em 2011 situa-se num patamar intermédio entre a região e o país, apresentando igualmente uma taxa de crescimento efetivo negativa (-0,82).

O *decrescimento* efetivo do Algarve ficou a dever-se sobretudo ao comportamento da taxa de crescimento migratório, embora a taxa de crescimento natural também registe valores negativos.

Comparativamente com o país e com a região, Lagos apresenta uma taxa de crescimento natural positiva, embora com um valor muito baixo. De notar que, analisando as três nomenclaturas territoriais, o único valor positivo é precisamente a taxa de crescimento natural do concelho de Lagos.

	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Excedente de Vidas
Portugal	9,2	9,7	-0,5
Algarve	10,2	10,3	-0,1
Lagos	10,3	10,2	0,1

Quadro 50 – Excedentes de vida em 2011 (permilagem)

A taxa de natalidade de Lagos encontra-se em 2011 acima da registada no Algarve e no País (0,1% mais elevada que na Região e 1,1% acima da do País). A taxa de mortalidade, por seu turno, apresenta valores abaixo dos do Algarve mas acima dos de Portugal (0,1% abaixo da taxa no Algarve e 0,5% abaixo da do País). Consequentemente, o valor de excedente de vidas de Lagos (0,1) é mais elevado que os valores assinalados na Região e no País, respetivamente -0,1 e -0,5, registando, dentro destes três níveis territoriais o único com valor positivo.

	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e + anos
Portugal	14,89	10,86	55,22	19,03
Algarve	14,85	10,1	55,58	19,46
Lagos	15,68	10,3	54,93	19,08

Quadro 51 – População residente por grandes grupos etários em 2011 (%)

A distribuição da população por grandes grupos etários, em 2011, revela um comportamento similar nos três níveis de análise – nacional, regional e municipal. A do concelho é contudo ligeiramente mais favorecida na proporção de menores de 15 anos (quase 1% mais alta que a região e o país) e apresenta um grupo etário 25 a 64 anos um pouco menos preponderante. Os restantes grupos etários (15 a 24 anos e maiores de 65 anos) apresentam-se em patamares semelhantes quando analisados os três níveis territoriais, havendo apenas algumas oscilações residuais.

O Índice de Envelhecimento em 2011 é de 127,8% para Portugal, 131% para o Algarve e 121,7% para Lagos.

O Índice de Dependência Total cifrou-se, em 2011, em 51,3% no país, 52,2% na região e 53,3% no concelho.

Por seu turno, o Índice de Dependência de Idosos alcançou os seguintes valores em 2011: 28,8% para Portugal, 29,6% para o Algarve e 29,3% para o concelho de Lagos.

10.5. SÍNTESE DIAGNÓSTICA DA DEMOGRAFIA DO CONCELHO

O momento atual da demografia de Lagos caracteriza-se principalmente pelos seguintes aspetos:

- Um comportamento em linhas gerais idêntico ao da Região em que se insere, mas com uma dinâmica que se revela mais enérgica, refletindo-se em saldos populacionais mais positivos;
- Um crescimento efetivo acima da média regional e da nacional, alimentado por um saldo natural positivo e essencial para a evolução demográfica do concelho;
- Uma população jovem superior à média nacional e regional, que se repercutiu no valor do Índice de Dependência Total;
- Um Índice de Envelhecimento inferior à nacional e regional;
- Uma distribuição geográfica da população tendencialmente cada vez mais concentrada no pólo urbano consagrado em detrimento dos territórios de baixa densidade.

10.6. QUADRO RESUMO DOS CENÁRIOS DE PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA

		Cenário Base		Cenário Baixo		Cenário Elevado	
Taxa de crescimento efetivo anual médio (%)		2,2		1,7		2,7	
População ano a ano		Total	Acréscimo	Total	Acréscimo	Total	Acréscimo
Anos	2011	31049	---	31049	---	31049	---
	2012	31731	683	31576	528	31886	838
	2013	32429	698	32113	537	32747	861
	2014	33143	713	32659	546	33631	884
	2015	33872	729	33214	555	34539	908
	2016	34617	745	33778	565	35472	933
	2017	35378	762	34353	574	36430	958
	2018	36157	778	34937	584	37413	984
	2019	36952	795	35530	594	38424	1010
	2020	37765	813	36135	604	39461	1037
	2021	38596	831	36749	614	40526	1065
	2022	39445	849	37374	625	41621	1094
Acréscimo populacional total		8397		6326		10573	
Crescimento populacional 2011-2022 (%)		24,2		18,7		29,7	

Quadro 52 – Quadro Resumo dos Cenários de Projeção Demográfica

11. EQUIPAMENTOS

11.1. INTRODUÇÃO

Os equipamentos de cultura e lazer, desporto, saúde, segurança pública, solidariedade social e ensino, entre outros, localizam-se na generalidade nos perímetros urbanos dos aglomerados, conforme enunciado, qualificado e quantificado, no Capítulo Solo Urbano. Existem no entanto equipamentos que, pela sua natureza, não estão integrados em solo urbano tais como o aeródromo (Paul), campos de golfe (Atalaia, Meia Praia, Luz) e parque zoológico (Barão de S. João).

A elaboração simultânea de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, para a maioria dos aglomerados urbanos, paralelamente à elaboração do P.D.M. (retoma), reporta assim para aqueles PMOT a programação de novos equipamentos em carência ou consentâneos com a expansão prevista.

A informação e coordenação desta matéria em particular, sustenta-se em estudos específicos designadamente os enunciados na Introdução.

11.2. EQUIPAMENTOS EXISTENTES

O quadro que se segue identifica para a totalidade do concelho, os equipamentos mas também os serviços e valências associadas aos mesmos, assim como, as associações e grupos de natureza diversa existentes.

EQUIPAMENTO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Câmara Municipal	Câmara Municipal de Lagos	Praça do Município - Edifício Paços do Concelho Séc. XXI
Direções Regionais e Organismos e Serviços Desconcentrados	IEFP- Centro de Emprego de Lagos	Rua Teixeira Gomes, Lt. 1 C
Direções Regionais e Organismos e Serviços Desconcentrados	IEFP- Centro de Formação Profissional de Lagos	Avenida da República, Lote 10
Direções Regionais e Organismos e Serviços Desconcentrados	Unidade Hospitalar de Lagos (Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE)	Rua Castelo dos Governadores
Direções Regionais e Organismos e Serviços Desconcentrados	SEF - Posto de Fronteira Marítimo da Marina de Lagos	Marina de Lagos - Edifício da Administração
Direções Regionais e Organismos e Serviços Desconcentrados	Instituto Segurança Social - Serviço Local Segurança social	Rossio de S. João

EQUIPAMENTO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Direções Regionais e Organismos e Serviços Desconcentrados	Serviço de Finanças de Lagos	Rua Cap. Salgueiro Maia, Lote 13 - R/c
Direções Regionais e Organismos e Serviços Desconcentrados	Conservatória do Registo Civil	R. Francisco Xavier Ataíde, Urb. Sr.ª da Glória, Lt 33 - Cv - E/F
Direções Regionais e Organismos e Serviços Desconcentrados	Conservatória do Registo Predial e Comercial	Rua do Baluarte, Lote 8 - 2.ª Fase
Junta de Freguesia	Junta de Freguesia em Barão de São João	Rua 25 de Abril 14 - 1º
Junta de Freguesia	Junta de Freguesia em Bensafrim	EN 120 – 18
Junta de Freguesia	Junta de Freguesia de Lagos (Santa Maria e São Sebastião)	Rua das Juntas de Freguesia - Lote 12 r/c
Junta de Freguesia	Junta de Freguesia da Luz	Rua 25 de Abril, 35
Junta de Freguesia	Junta de Freguesia de Odiáxere	Largo da Liberdade
Mercado	Mercado Municipal da Avenida	Avenida dos Descobrimentos
Mercado	Mercado Municipal de Santo Amaro	Santo Amaro
Mercado	Mercado do Levante	Rossio de S. João
Mercado	Mercado Municipal da Luz	Rua Joaquim Teixeira - Edifício Luztur (Praia da Luz)
Mercado	Mercado Municipal de Odiáxere	Rua da Barragem
Mercado	Mercado Municipal de Bensafrim	Urbanização Municipal - Bensafrim
Mercado	Mercado Municipal de Espiche	Rua Francisco António dos Santos - Rua dos Moinhos
Mercado	Mercado Municipal de Almádena	Largo da Sociedade
Mercado	Mercado Municipal de Barão São João	Rua da Praça
Arquivo	Serviço do Arquivo Municipal de Lagos	Paços do Concelho Séc. XXI
Auditório/Anfiteatro	Auditório Municipal de Lagos	Largo Dr. Vasco Gracias, Parque Júdice Cabral
Biblioteca	Biblioteca Municipal de Lagos - Dr. Júlio Dantas	Rua Dr. Júlio Dantas, 4
Biblioteca (extensão)	Pólo de Leitura de Barão de S. João	Escola EB1 de Barão de S. João
Biblioteca (extensão)	Pólo de Leitura de Bensafrim	Estrela Desportiva de Bensafrim - Rua do Poço
Biblioteca (extensão)	Pólo de Leitura da Luz	Clube Recreativo Cultural e Desportivo Luzense - Rua Direita
Biblioteca (extensão)	Pólo de Leitura de Odiáxere	Largo do Moinho
Centro Cultural	Centro Cultural de Barão de S. João	Rua da Mata
Centro Cultural	Centro Cultural de Lagos	Rua Lançarote de Freitas, 7
Centro de Ciência Viva	Centro Ciência Viva de Lagos	Rua Dr. Faria e Silva, 34
Marina/Porto de Recreio	Marina de Lagos (Edifício da Administração)	Marina de Lagos, Edifício da Administração
Museu/Coleção Visitável	Núcleo Museológico do Mercado de Escravos	Praça Infante D. Henrique

EQUIPAMENTO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Museu/Coleção Visitável	Museu Regional de Lagos Dr. José Formosinho	Rua General Alberto da Silveira
Museu/Coleção Visitável	Núcleo Museológico do Armazém do Espingardeiro	Travessa da Coroa - Rua Dr. Júlio Dantas
Museu/Coleção Visitável	Casa - Museu José Manuel Rosado	Rua dos Alegretes, 31
Museu/Coleção Visitável	Forte Ponta da Bandeira	Cais Solaria
Parque Temático/Jardim Zoológico	Parque Zoológico de Lagos	Quinta das Figueiras - Sítio do Medronhal
Centro de Atividades	Espaço Jovem	Rua Gil Vicente, 50
Centro de Atividades	Associação Amigos de Almádena	Rua da Escola - Almádena
Centro de Atividades	Associação de Dança de Lagos	Apartado 260
Centro de Atividades	Associação de Dança Ibérica	Apartado 126
Centro de Atividades	Associação do Grupo Coral de Lagos	Rua Cardeal Neto, 5
Centro de Atividades	Associação Teatro Experimental de Lagos	Apartado 649
Centro de Atividades	Centro de Estudos de Lagos - Universidade Sénior	Apartado 655 - Rua Lançarote de Freitas, 7 – Centro Cultural
Centro de Atividades	Clube Artístico Lacobrigense	Rua General Alberto da Silveira, 8
Centro de Atividades	Clube Recreativo, Cultural e Desportivo Luzense	Rua Direita – Luz
Centro de Atividades	Grupo Amigos do Chinicato	Edifício Multifunções do Chinicato
Centro de Atividades	Grupo Popular das Portelas	Salão Sócio-cultural das Portelas
Centro de Atividades	LAC - Laboratório de Atividades Criativas	Largo Convento Senhora da Glória (antiga Cadeia)
Centro de Atividades	Rancho Folclórico e Etnográfico de Odíaxere	Rossio das Eiras
Centro de Atividades	Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio	Praça D'Armas - Apartado 142
Centro de Atividades	Academia de Música de Lagos	Rua Dr. José Cabrita - Apartado 411, Rossio de S. João
Centro de Atividades	Centro de Estudos Marítimos e Arqueológicos	Rua Ilha de S. Miguel, 24
Campo de Golfe	Espiche Campo de Golfe	Espiche, Rua dos Matos Brancos
Campo de Golfe	Boavista Golf	Apartado 62
Campo de Golfe	Porto Dona Maria	Montinhos da Luz
Campo de Golfe	Palmares Golfe	Apartado 74, Meia Praia
Estádio/Campo de Futebol	Grande Campo de Jogos de Bensafrim	Campo Zona Verde
Estádio/Campo de Futebol	Grande Campo de Jogos da Trindade	Rossio da Trindade
Estádio/Campo de Futebol	Estádio Municipal de Lagos	Rossio de S. João

EQUIPAMENTO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Estádio/Campo de Futebol	Campo Relvado de Apoio	Rossio de S. João
Estádio/Campo de Futebol	Grande Campo de Jogos do Clube Desportivo de Odiáxere	Campo da Eira
Pavilhão Desportivo	Pavilhão da Escola Secundária Gil Eanes	Rua da Escola Gil Eanes
Pavilhão Desportivo	Pavilhão Municipal de Lagos	Rossio de S. João
Pavilhão Desportivo	Pavilhão da Escola EB 2/3 das Naus	Apartado 850 - Marina
Pavilhão Desportivo	Pavilhão da Escola EB 2/3 de Lagos	Rua Dom Gaspar de Leão - Apartado 145
Pavilhão Desportivo	Pavilhão da Escola Secundária Júlio Dantas	Largo Professor Egas Moniz - Apartado 302
Pavilhão Desportivo	Pavilhão da Escola EB 2/3 Tecnopolis de Lagos	Rua Dom Gaspar de Leão
Pista de Tartan	Pista de Atletismo Carlos Cabral	Rossio de S. João
Polivalente	Polivalentes Porta de Vila	Porta da Vila
Polivalente	Polivalente Medilagos	Rua da Ameijeira
Polivalente	Polivalente Almádena	Almádena
Polivalente	Polivalente Espiche	Espiche
Polivalente	Polivalente Luz	Luz
Polivalente	Polivalente Odiáxere	Odiáxere
Polivalente	Polivalente Bensafrim	Bensafrim
Polivalente	Polivalente Barão São João	Barão São João
Polivalente	Polivalente Chinicato	Chinicato
Marítimos	Clube de Vela de Lagos	Cais da Solaria
Piscinas Cobertas	Piscinas Municipais de Lagos	Rossio de S. João
Courts Ténis	Courts Ténis Municipais	Urbanização Marina Sol, apartado 331
3º CEB e Ens. Sec. (Inglês)	Escola Internacional Vale Verde	Sítio das Alagoas - Quinta de São Pedro, Apartado 125, Alagoa
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola Básica de Bensafrim	Bensafrim
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola Básica n.º 2 de Lagos	Rossio da Trindade
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola Básica n.º 1 de Lagos	Rua das Escolas Primárias - Apart. 272
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola Básica de Chinicato	Rua da Escola
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola Básica n.º 3 de Lagos	Rossio de S. João
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola Básica de Sargaçal	Rua da Escola Primaria
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola Básica de Luz	Rua da Escola

EQUIPAMENTO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola Básica de Odeáxere	Tv. João de Deus
Escola Básica do 1º Ciclo com jardim de infância	Escola Básica de Ameijeira	Rua Leonel Duarte Neves - Apartado 777
Escola Básica do 1º Ciclo com jardim de infância	Escola Básica de Santa Maria	Rua da Gafaria
Escola Básica do 1º Ciclo com jardim de infância	Escola Básica de Meia Praia	Meia Praia
Escola Básica do 1º Ciclo com jardim de infância	Escola Básica de Espiche	Espiche
Escola Básica do 2º e 3º Ciclos	Escola Básica Tecnopolis de Lagos	Rua Dom Gaspar Leão
Escola Básica do 2º e 3º Ciclos	Escola Básica das Naus	Apartado 850 - Marina - Lagos
Escola Secundária	Escola Secundária de Júlio Dantas	Largo Professor Egas Moniz - Apartado 302
Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico	Escola Secundária Gil Eanes	Rua da Escola Gil Eanes
Iniciação, Básico e Complementar	Academia de Música de Lagos	Rua Dr. José Cabrita - Apartado 411
Pré-Escolar	Infância Viva - Associação Jardim de Infância Internacional R. Steiner	Monte Judeu
Pré-Escolar	Jardim de infância do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	Bensafrim
Pré-Escolar e 1º CEB	Externato Jardim Infantil da Torralinha	Urbanização da Torralinha, Lotes 24/27
Pré-Escolar e 1º CEB	Jardim Infantil - O Bambino	Urbanização Atalaia, Lote A
Pré-Escolar	Jardim de infância do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	Rossio de S. João
Pré-Escolar	Jardim de infância do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	Santo Amaro
Pré-Escolar	Jardim de infância do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	Largo do Infantário s/n, Chinicato
Pré-Escolar	Jardim de Infância do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	Rua do Ramalhete - Praia da Luz
Pré-Escolar	Jardim de infância da Stª. Casa da Misericórdia de Lagos	Rua de Camões - Rossio das Eiras – Odiáxere
Pré-Escolar e 1º CEB (Inglês)	Escola Inglesa do Barlavento	Ferrel - Espiche, Caixa 250-Z
Pré-Escolar e 1º CEB	Colégio São Gonçalo	Rua Melros, Luz
Tribunal	Tribunal Judicial de Lagos (serv.M.P.)	Avenida dos Descobrimentos
Tribunal	Tribunal Judicial de Lagos	Avenida dos Descobrimentos
Centro de Saúde	Centro de Saúde Lagos	Sítio da Pedra Alçada - Ameijeira
Extensão de Saúde	Extensão de Saúde Barão de S. João (CS Lagos)	Rua Capitão Silva Rijo, 17
Extensão de Saúde	Extensão de Saúde Bensafrim (CS Lagos)	Largo do Mercado

EQUIPAMENTO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Extensão de Saúde	Extensão de Saúde Luz de Lagos (CS Lagos)	Rua 25 de Abril
Extensão de Saúde	Extensão de Saúde Odeáxere (CS Lagos)	Rossio dos Malhadais
Hospital	Hospital Privado S. Gonçalo de Lagos	Avenida D. Sebastião - Ameijeira de Cima
Hospital	Unidade Hospitalar de Lagos (Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE)	Rua Castelo dos Governadores
Extensão de Saúde	Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Lagos	Rua Miguel Bombarda
Bombeiros	Bombeiros Voluntários de Lagos	Rua dos Bombeiros Voluntários de Lagos
Guarda Nacional Republicana (GNR)	Posto Territorial de Lagos	Largo Convento N.ª Senhora da Glória
Guarda Nacional Republicana (GNR)	Destacamento Trânsito de Lagos	Largo do Infantário s/n, Chinicato
Polícia de Segurança Pública (PSP)	Esquadra de Lagos	Horta do Trigo
Polícia Marítima (PM)	Polícia Marítima de Lagos	Farol da Ponta da Piedade
Atendimento/Acompanhamento Social	Lar José Filipe Fialho	Rua Gago Coutinho, n.º 35 - Apartado 64
Atendimento/Acompanhamento Social	NECI - Núcleo de Educação da Criança Inadaptada	Montinhos da Luz
Centro Comunitário	Centro Juvenil	Urb. Cerro do Convento Santo Amaro, Lt. 6 cv. C
Centro Comunitário	Centro Comunitário - Dar a Mão	Chinicato
Centro Comunitário	Centro Comunitário Duna	Bairro 25 de Abril - Meia Praia
Centro de Atividades de Tempos Livres	Centro Infantil de Santo Amaro	Avenida do Cabo Bojador, Apartado 132
Centro de Atividades de Tempos Livres	Centro Infantil da Luz	Rua do Ramalhete - Praia da Luz
Centro de Atividades Ocupacionais	Casa de Santo Amaro	Avenida da República, Apartado 33
Centro de Atividades Ocupacionais	NECI - Núcleo de Educação da Criança Inadaptada	Montinhos da Luz
Centro de Dia	Centro de Apoio a Idosos de Bensafrim	Sítio das Eiras
Centro de Dia	Lar Rainha Dona Leonor	Rua Rainha Dona Leonor, n.º 2 - Apart. 64
Centro de Dia	Lar José Filipe Fialho	Rua Gago Coutinho, n.º 35 - Apartado 64
Centro de Dia	Centro de Dia de Barão de São João	Rua 25 de Abril - Barão de São João
Centro de Dia	Centro de Dia Maria Francisca Fialho	Rua 25 de Abril, 35
Centro de Dia	Centro de Apoio a Idosos de Espiche	Largo do Campo da Bola
Centro de Dia	Centro de Apoio a Idosos de Odiáxere	Rossio dos Malhadais
Centros de Emprego	Centro de Emprego de Lagos	Rua Teixeira Gomes, Lt. 1 C
Creche	Centro Infantil de Bensafrim	Sítio das Eiras

EQUIPAMENTO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Creche	Colégio Bambino	Urbanização Atalaia, Lote A
Creche	Centro Infantil e Juventude de São João	Rossio de S. João, apartado 132
Creche	Centro Infantil do Chinicato	Largo do Infantário s/n, Chinicato
Creche	Centro Infantil de Santo Amaro	Avenida do Cabo Bojador, Apartado 132
Creche	Centro Infantil da Luz	Rua do Ramalhete - Praia da Luz
Creche	Centro Infantil de Odiáxere	Rua de Camões
Intervenção Precoce	NECI - Núcleo de Educação da Criança Inadaptada	Montinhos da Luz
Lar de Idosos	Centro de Apoio a Idosos de Bensafrim	Sítio das Eiras
Lar de Idosos	Lar Rainha Dona Leonor	Rua Rainha Dona Leonor, n.º 2 - Apart. 64
Lar de Idosos	Lar José Filipe Fialho	Rua Gago Coutinho, n.º 35 - Apartado 64
Lar de Idosos	Centro de Apoio a Idosos de Espiche	Largo do Campo da Bola
Lar de Idosos	Centro de Apoio a Idosos de Odiáxere	Rossio dos Malhadais
Lar de Infância e Juventude	Centro Infantil e Juventude de São João	Rossio de S. João, Apartado 132
Lar Residencial	Casa de Santo Amaro	Avenida da República, Apartado 33
Residência	Lar José Filipe Fialho	Rua Gago Coutinho, Apartado 64
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Lar Rainha Dona Leonor	Rua Rainha Dona Leonor, n.º 2 - Apart. 64
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Centro de Apoio a Idosos de Odiáxere	Rossio dos Malhadais
Associação Mutualista	A Lacobrigense - Associação Socorros Mútuos	Rua Adelina da Glória Berger, Lote 8
Atendimento/Acompanhamento Social	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagos	Praça da Paz, Bloco F - Cave
Atendimento/Acompanhamento Social	Associação APELO - Apoio à Pessoa em Luto	Rua das Juntas de Freguesia - Lote 12 r/c
Aeródromo	Heliporto de Lagos	(localização a 2 Km NNE de Lagos)
Estação de Caminho de Ferro	Estação de Lagos	Estrada de S. Roque
Porto de Pesca	Porto de Pesca de Lagos	Doca pesca, Porto de Pesca de Lagos
Terminal Rodoviário	Terminal Rodoviário de Lagos	Largo Rossio de S. João
Parque de Campismo e de Caravanismo	Trindade	Apartado 680
Parque de Campismo e de Caravanismo	Orbitur - Valverde	Estrada da Praia da Luz - Valverde
Parque de Campismo e de Caravanismo	Turiscampo -Bangalow Park	EN 125 – Espiche
Pousada da Juventude	Pousada de Juventude de Lagos	Rua Lançarote de Freitas, 50

Quadro 53 – Equipamentos Existentes e sua Localização

12. INFRAESTRUTURAS

12.1. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

12.1.1. REDE VIÁRIA

O Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto, estabelece o regime jurídico da “rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional”.

Segundo o PRN2000, e como pode ser observado no mapa seguinte, o concelho de Lagos, possui no seu sistema de acessibilidades, vias pertencentes à Rede Nacional de Autoestradas, à Rede Rodoviária Nacional Complementar (constituída pelos itinerários complementares - IC e estradas nacionais - EN), à Rede de Estradas Regionais (ER) (que estabelecem as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse municipal e complementar à rede rodoviária nacional) e ainda à Rede Municipal (que é constituída pelas vias que não pertencem ao plano rodoviário nacional), nomeadamente:

- Autoestrada A22 (correspondente ao IC4);
- Estrada Nacional 120;
- Estrada Nacional 125;
- Estrada Nacional 125-9;
- Estrada Regional 125;
- Estradas Municipais 534, 535, 535-1, 536, 537, 537-1, 539, 543 e 570;
- Caminhos Municipais 1142, 1144, 1259, 1262 e 1264.

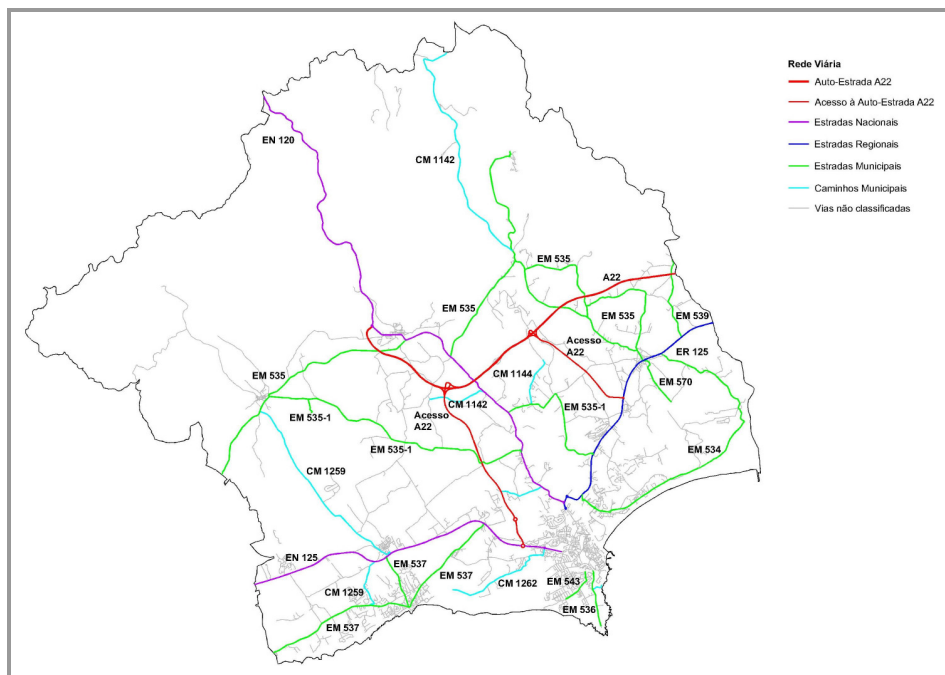


Figura 7 – Rede viária existente

A principal estrutura viária do Município é a A22, vulgarmente designada por Via do Infante, a qual garante uma relação de acessibilidade direta a toda a área regional. O seu atual traçado, conforme previsto no Plano Rodoviário, integra-se no IC4, com futura ligação a Sines, conferindo assim a esta via uma outra funcionalidade de importância relevante na relação supra regional.

Este troço de autoestrada dispõe de dois nós de acesso, a nascente e poente da cidade de Lagos, ambos entroncando na EN 125. A primeira destas ligações estará naturalmente vocacionada para assumir uma acessibilidade privilegiada com a zona industrial do Município junto à povoação do Chinicato e a área da Meia Praia, enquanto que o nó poente permitirá articular a circular exterior da cidade, bem como os acessos à Vila da Luz e ao Município da Vila do Bispo.

Ao nível das estradas nacionais, o território é atravessado pelas EN125 e pela EN120.

A EN125 serve diretamente a Vila de Odiáxere, a povoação do Chinicato, a cidade de Lagos e as povoações de Espiche e Almádena respetivamente. Esta estrada, não obstante a entrada em funcionamento da A22, continua a manter um significativo fluxo constante de tráfego de circulação e serviço, pois são diversas as áreas de comércio e indústria que nela estão apoiadas, transformando-a assim, num importante “corredor de atração”.

Em termos de atravessamento direto de centros urbanos, o caso mais preocupante é o da Vila de Odiáxere, situação esta a resolver através da construção de variante, que deverá equacionar não só o posicionamento do próprio Nó Nascente da A22, mas também a forma de penetração na área da Meia Praia.

O troço de via incluído no perímetro urbano de Lagos foi, em tempos, desclassificado, deixando assim para a variante, parcialmente construída, a função de circulação exterior e resolução do cruzamento no sítio das Quatro Estradas/Acesso à Vila da Luz, já em curso.

Em curso também, a melhoria, sob o ponto de vista viário e pedonal, do cruzamento Luz/Espiche.

A EN120 segue um trajeto algo paralelo ao Nó Poente da A22, sendo a principal via de acesso ao Nordeste do Município, e nela se apoiando as povoações de Portelas e Bensafrim. Pelas características do seu atravessamento nestes centros, a própria estrada nacional foi objeto de diversas transformações, passando a assumir, naturalmente, as funções de um arruamento urbano.

A rede viária municipal, constituída por estradas e caminhos com uma hierarquia definida, representa um complemento fundamental às estradas nacionais, dada a sua vasta cobertura territorial e boas condições gerais de circulação.

Neste âmbito, merece especial destaque toda a rede que estabelece as relações de proximidade intra e intermunicipais, como são os casos:

- EN125-9, que liga a Odiáxere à Barragem da Bravura (foi transferida para o domínio municipal por auto assinado em 17 de maio de 1996);
- EM 537 de ligação da Vila da Luz ao Município da Vila do Bispo, pela povoação de Burgau;
- EM 535 também de ligação ao Município da Vila do Bispo pelas povoações de Barão de S. João e Barão de S. Miguel. Aliás, esta estrada municipal está fortemente pressionada pelo tráfego do Município vizinho, por representar o trajeto de acessibilidade mais curto à própria A22, situação esta que recomenda o estudo do seu perfil e das variantes às povoações atualmente atravessadas de Barão de S. João e Bensafrim;
- CM 1142, a única via de penetração no interior norte, com ligação ao Município de Monchique;
- EM 539 de ligação ao Município de Portimão pela parte nordeste do território, com passagem pela povoação de Arão.

Segundo as orientações do PROT-Algarve, a rede viária da região pode dividir-se hierarquicamente em três níveis, consoante a função que devem representar na rede viária, nomeadamente, a função de transporte, acessibilidade e social.

Desta forma, e como pode ser observado no mapa seguinte, no 1.º nível englobam-se todas as vias que preconizam as principais ligações inter e intrarregionais, no 2.º nível as vias que asseguram o transporte entre os aglomerados urbanos do concelho de Lagos e no 3.º nível as vias de acesso local, urbanas e rurais.

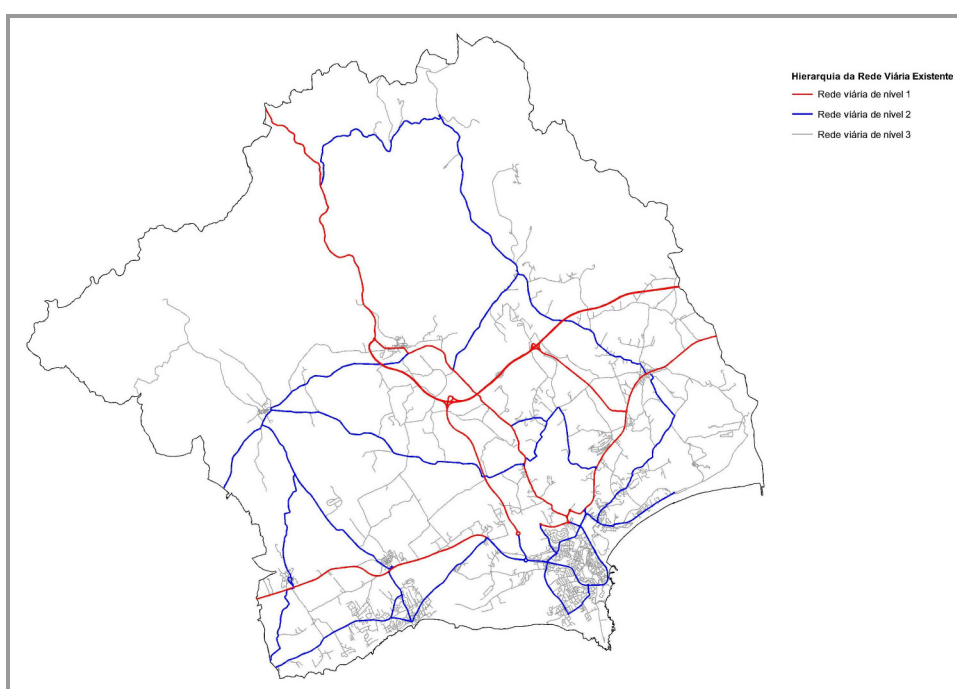


Figura 8 – Hierarquização da rede viária existente

12.1.2. OUTRAS REDES E TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS

Outras Redes

No que concerne à rede ferroviária, a linha de caminho de ferro (Linha do Algarve), inicia-se no concelho de Lagos e estabelece a ligação entre Lagos e Vila Real de Santo António, sendo que em Faro e em Tunes é feita a ligação a Lisboa.

Pelo facto da Linha do Algarve ter início no concelho de Lagos, é na freguesia de Lagos (Santa Maria e São Sebastião) que se encontra uma das principais estações ferroviárias da região, que funciona como estação terminal dos itinerários regionais e como um atrativo turístico local.

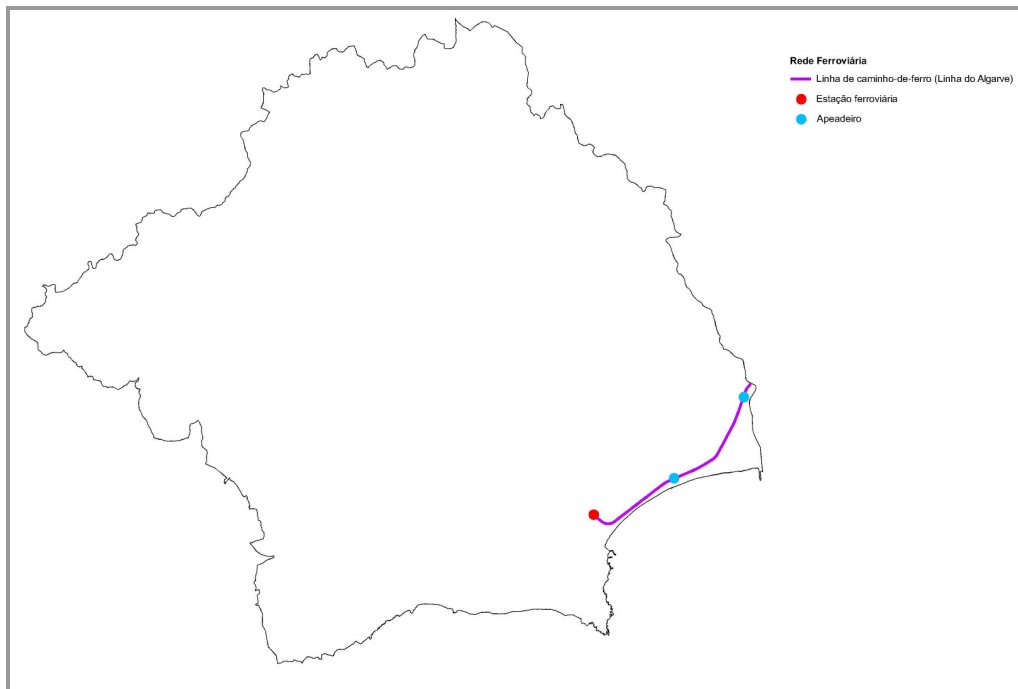


Figura 9 – Rede ferroviária existente

Relativamente à rede pedonal e ciclável do concelho, Lagos é na sua totalidade atravessado pela Ecovia do Litoral do Algarve, que percorre toda a faixa litoral algarvia, com uma extensão de 214Km, iniciando-se no Cabo de São Vicente, em Sagres – Vila do Bispo, até ao concelho de Vila Real de Santo António, articulando-se com Espanha no âmbito do projeto europeu Eurovelo.

A Ecovia do Algarve tem por objetivo principal, o aproveitamento de ciclovias existentes, criando rotas cicláveis de troços seguros e de elevado valor cénico e natural, proporcionando uma maior qualidade e intensidade de circulação não-motorizada entre os núcleos urbanos, concorrendo para, uma melhoria na mobilidade e qualidade de vida das populações.

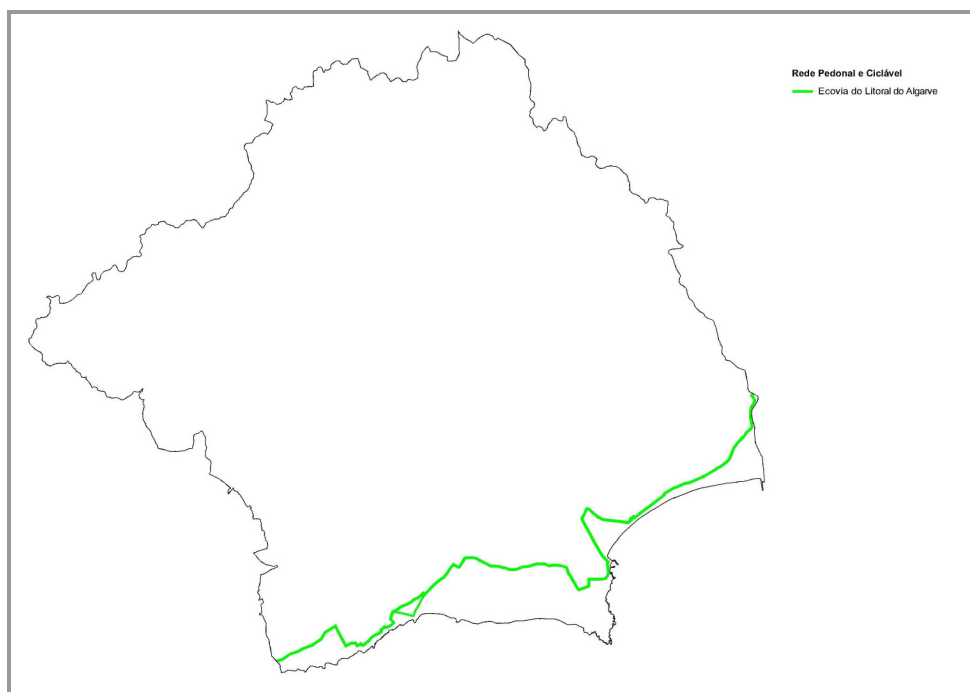


Figura 10 – Ecovia do Litoral do Algarve

Transportes Coletivos de Passageiros

Para além da infraestrutura ferroviária, acima referida, o concelho de Lagos, possui no seu domínio, outras infraestruturas de transportes coletivos, designadamente um porto de pesca, uma marina, com capacidade para 462 embarcações e um aeródromo Municipal.

Ao nível de transportes coletivos rodoviários (urbanos, interurbanos, expressos e internacionais), Lagos é servido diretamente pelas seguintes empresas de camionagem:

- Eva Transportes, s.a.
- Frota Azul transportes e turismo, lda.
- Renex
- Município de Lagos (serviço de transportes públicos de Lagos "a Onda")

Carreiras Urbanas

O Município de Lagos é a única entidade com serviços urbanos que percorrem toda a área do concelho.

O serviço de transportes teve o seu início no dia 23 de março de 2008. Atualmente o serviço conta com 14 autocarros da seguinte tipologia:

Marca	N.º de Lugares			Nº Autocarros
	Sentados	Em pé	Cadeira de rodas	
Mercedes	15	4	1	7
BMC	27	25	1	6
MAN	42	47	1	1

Quadro 54 – Características dos Autocarros ao serviço de “A Onda”

Os autocarros estão distribuídos por 9 linhas que percorrem todas as freguesias do concelho, no período das 7h00 às 20h00 e nos meses de julho e agosto até às 24h00 nas linhas, 2, 3, 4 e 6.

As linhas do serviço de transportes urbanos de lagos “A Onda” movimentaram, durante o ano de 2011, 840.669 passageiros, percorrem mensalmente 851.418 quilómetros, desdobrados nos seguintes percursos e respetivas distâncias:

- Linha 1/Onda Vermelha (Circular interior de Lagos) – 9 km.
- Linha 2/Onda Azul (Meia Praia – Porto de Mós – Meia Praia) – 20 km.
- Linha 3/Onda Rosa (Lagos – Odiáxere – Odiáxere) – 23 km.
- Linha 4/Onda Amarela (Lagos – Luz – Espiche – Almádena - Burgau – Luz/Almádena - Espiche – Lagos) – 25 km.
- Linha 5/Onda Laranja (Lagos – Chinicato – Sargaçal – Monte Juntos – Sargaçal – Chinicato – Lagos) – 25 km.
- Linha 6/Onda Verde (Lagos – Portelas – Bensafrim – Barão S. João – Bensafrim – Portelas – Lagos) – 30 km.
- Linha 7/Onda Castanha (Lagos – Portelas – Colégio – Portelas – Lagos) – 26.582,
- Linha 8/Onda Lilás (Lagos – Odiáxere – Monte Ruivo – Cotifo – Odiáxere – Lagos) – 24 km.
- Linha 9/Onda Turquesa (Portas de Portugal – Tecnópolis – Portas de Portugal) – 20 km.

Durante o ano de 2011, as carreiras com mais passageiros foram as linhas 3 e 4, com 235.427 e 228.449 passageiros transportados, respetivamente.

Carreiras Interurbanas

A Eva tem sido a empresa responsável pelo maior número de passageiros transportados em carreiras interurbanas. Estes transportes realizam-se ao longo de percursos que totalizam 339.565 km, ligando várias localidades do Município e dos Municípios circundantes.

Transportes Expresso

Três empresas efetuam ligações Expresso com Lagos:

- A Eva, através da Rede Nacional de Expressos e dos seus serviços Expresso Qualidade e Algarve Litoral;
- A Frota Azul, através da Rede Nacional de Expressos;
- A Renex, assegurando autocarros com destino a Lisboa com ligação à sua rede.

12.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

12.2.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO

O fornecimento de água potável com qualidade e em quantidade suficiente durante todo o ano é um fator essencial para o bem-estar da população residente e para o desenvolvimento da atividade turística que é o motor principal da economia regional.

Através do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, a Águas do Algarve, S.A. faz a captação, tratamento e abastecimento de água “em alta” que é distribuída, através de redes domiciliárias, pelos 16 municípios da Região.

O município de Lagos integra, desde 2000, o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água - adutor ocidental (sistema “em alta”), cuja gestão é da responsabilidade da Águas do Algarve sendo, por isso, esta entidade que garante, de forma exclusiva, o fornecimento de água ao município de Lagos.

De acordo com o Plano Municipal de Ambiente de Lagos, as principais origens de água do abastecimento de água ao município de Lagos são a Albufeira de Odelouca, a Albufeira da Bravura e, complementarmente, três captações subterrâneas localizadas no aquífero Almádena-Odeóxere.

A primeira origem de água, assegura o abastecimento ao município de forma regular ao longo de todo o ano, enquanto que, a segunda origem de água assegura apenas o reforço do abastecimento na época alta, que vai de abril a outubro.



Figura 11 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água (Concelho de Lagos)

Fonte: Adaptado de Águas do Algarve (<http://www.aguasdoalgarve.pt>)

De acordo com a entidade que explora as Estações de Tratamento de Água de Alcantarilha (associada à barragem de Odelouca) e Fontainhas (associada à barragem da Bravura), as linhas de tratamento destinadas a assegurar a potabilização da água captada em ambas as origens de água são adequadas. A entidade exploradora assegura o cumprimento dos objetivos estabelecidos para a qualidade de água nos pontos de entrega em alta (sete reservatórios) procedendo a análises diárias à água.

A gestão do “sistema em baixa” está a cargo do município, estando o sistema de abastecimento “em baixa” subdividido em quatro subsistemas: Lagos, Luz, Meia-Praia e Norte.

As reservas dos subsistemas estão divididas em:

- Lagos – Reservatórios (RI, RII, RIII, RIV e RXVI)
- Luz – Reservatório (RXVII)
- Meia Praia – Reservatórios (RV, RVI, RVII e RVIII)

— Norte – Reservatório (RIX, RX, RXI e RXII)

	Meses Ano											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2001	285.100	278.323	331.600	357.577	377.100	585.316	633.284	766.100	523.800	493.600	359.580	344.092
2009	322.400	303.830	374.080	481.900	483.040	600.040	782.320	763.640	617.030	484.380	380.300	336.170

Quadro 55 – Reservas dos Subistemas

RESERVAS					
Sistema	Reservatórios		Volume Parcial (m3)	Volume Total (m3)	Local
Lagos	RI	Apoiado	3.155	6.585	Portelas
		Apoiado	3.430		
	RII	Apoiado	1.570	2.690	Falfeira
		Apoiado	1.120		
	RIII	Apoiado	1.050	4.390	Torralinha
		Apoiado	3.340		
Meia Praia	RIV	Elevado		118	
	RV	Apoiado (2)	213,5	427	Lagos
	RVI	Apoiado (2)	705	1.410	Meia Praia
	RVII	Apoiado (2)	705	1.410	
	RVIII	Apoiado (2)	705		
Norte	RIX	Apoiado		55	Colinas Verdes
	RX	Apoiado		130	Bensafrim
	RXI	Apoiado		27	Barão de S. João
	RXII	Apoiado	28	318	
		Apoiado	290		
	RXIII	Apoiado (2)	145	290	Vale da Lama
	RXIV	Apoiado (2)	400	800	Sargaçal
RESERVAS					
Sistema	Reservatórios		Volume Parcial (m3)	Volume Total (m3)	Local
Lagos	RXVI	Apoiado (2)	695	755	Funchal
		Elevado	60		
Luz	RXVII	Velho	1360	5340	Praia da Luz
		Novo (2)	3855		
		Elevado	125		
		TOTAL			

Quadro 56 – Volumes de Água Fornecidos pela Empresa Águas do Algarve, S.A ao Município de Lagos (m³).

Fonte: Águas do Algarve, 2011

De acordo com os dados disponibilizados pela empresa Águas do Algarve, denota-se que em comparação com o ano de 2001, ocorreu durante o ano de 2009 um aumento nos volumes de água fornecidos.

Pode-se igualmente inferir que nos meses de verão (junho, julho e agosto), os volumes fornecidos são sempre mais elevados, tal facto encontra-se associado à população flutuante presente no concelho durante estes meses, resultante da forte componente turística do concelho.

	Setor consumidor					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e serviços	Agrícola e pecuário	Outros
	m³ (milhares)					
Lagos	5836	3637	604	844	9	743

Quadro 57 – Água Distribuída (m³) por Localização Geográfica e Setor Consumidor durante o ano de 2008

Fonte: INE (2008) 1) adaptado dos Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.).

Verifica-se pelo quadro acima apresentado que o setor doméstico é o setor em que se verifica maior consumo de água, cerca de 62,3 % do total distribuído.

12.2.2. SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUA

De acordo com a informação disponibilizada pelo Plano Municipal do Ambiente, o sistema de recolha, destino final e tratamento de águas residuais domésticas do município de Lagos é constituído por três sistemas: Lagos, Barão de São João e Almádena.

O sistema de Lagos é constituído por 5 subsistemas (Bensafrim, Odiáxere, Meia-Praia, Lagos-cidade e Luz) que confluem na ETAR de Lagos.

A ETAR de Lagos foi dimensionada para 130 000 habitantes equivalente e possui tratamento secundário com desinfecção ultravioleta. A descarga é feita atualmente na ribeira de Bensafrim mas futuramente será utilizado para rega dos campos de golfe.

Apesar de terem sido cumpridos os objetivos definidos para o município de Lagos no que respeita à drenagem e tratamento de água residuais, importa referir que a proliferação de habitações em locais que não servidos pelas redes de saneamento (a designada segunda habitação, que incide, fundamentalmente, em zonas quase sempre não intervencionadas de elevado valor natural) tem potenciado a utilização de fossas sépticas. A esta situação foram associados, pela Câmara Municipal de Lagos, alguns problemas ambientais relacionados ao mau funcionamento das fossas sépticas, nomeadamente, a contaminação microbiológica dos aquíferos.

	2005					
	Nível de tratamento					
	Total	Preliminar	Primário	Secundário	Terceário	Não especificado
	m³ (milhares)					
Lagos	3944	0	0	37	3907	

Quadro 58 – Volume de Águas Tratadas no Concelho de Lagos por Nível de Tratamento

Fonte: Águas do Algarve 2011

ETAR	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Lagos*	3.903.943,00	4.533.457	4.191.087	4.421.001	4.781.979	5.785.729,00
Almádena**	25.006,00	53.903	52.938	40.127	53.349	58.907,00
Barão de S. João***	12.552,00	12.552	12.552	12.552	12.552	12.552,00

Quadro 59 – Volume de Água Tratada nas Diferentes ETAR's do Concelho.

Fonte: Águas do Algarve 2011

Nota:

* O volume da ETAR de Lagos é medido;

** O volume de água residual da ETAR de Almádena é medido a partir de setembro de 2005, sendo até agosto desse ano estimado;

***O volume da ETAR de Barão de S.João é estimado.

Através da informação disponibilizada pela Empresa Águas do Algarve, verificou-se um aumento do volume de água tratada, de 2005 até ao ano de 2010, nas ETAR's de Lagos e de Almádena.



Figura 12 – Sistema Multimunicipal de Saneamento de Água (Concelho de Lagos)

12.2.3. ETAR DE LAGOS

A ETAR de Lagos foi dimensionada para 130.000 habitantes, com um nível de tratamento secundário com desinfecção por ultravioletas.

No seu recinto possui um laboratório de Controlo de Qualidade de Águas, onde é possível obter os níveis de CQO, CBO5, SST, PH, Alcalinidade, Acidez, Sólidos Sedimentáveis, Matéria Seca, etc.

12.2.4. ÁGUA RECICLADA

A Câmara Municipal ao desenvolver o projeto e a construção da ETAR com um nível de tratamento secundário com desinfecção por ultravioletas criou as condições para o lançamento de uma nova rede de distribuição de água reciclada para a rega dos espaços verdes.

Foi projetada uma estação de bombagem associada a uma elevatória, localizada no recinto da ETAR que servirá para satisfazer as necessidades do Parque Urbano da Cidade, espaços verdes municipais e o campo de golfe da Quinta da Boavista.

Está executada a conduta gravítica e parcialmente a adutora. Esperamos que até ao final do ano em curso estejam concluídas as obras referentes ao projeto referido.

12.3. ABASTECIMENTO SISTEMA DE RECOLHA DE RSU E RESÍDUOS RECICLÁVEIS

O tratamento, valorização e destino final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos no município de Lagos são efetuados pela ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, que compreende dois Subsistemas, nomeadamente, Subsistema do Barlavento e Subsistema do Sotavento.

O Subsistema do Barlavento, no qual se insere o município de Lagos, compreende as seguintes infraestruturas de transferência e destino final dos resíduos:

- Aterro Sanitário Multimunicipal do Barlavento, localizado em Porto de Lagos, no município de Portimão. Este aterro entrou em funcionamento em 1998 e tem uma vida útil de 24 anos, servindo os municípios de Albufeira, Silves, Lagoa, Portimão, Monchique, Lagos, Vila do Bispo e Aljezur;
- No município de Lagos encontra-se localizado um ecocentro e uma estação de transferência.

Quantidade de Resíduos Recolhidos (t)	Período de Referência de Dados							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	19.280	19.577	20.619	22.174	24.712	24.099	31.455	33.389

Quadro 60 – Quantidade de Resíduos Recolhidos no Concelho de Lagos

Fonte: INE (2002;2009)

Denota-se claramente um aumento da quantidade de resíduos recolhidos no concelho entre o período 2002 – 2009.

Tipo de destino (resíduos)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aterro	18514	18688	19389	20189	21563	21354	24344	25203
Valorização energética	0	0	0	0	0	0	0	0
Valorização orgânica	0	0	0	0	0	0	0	0
Reciclagem								
Total	18514	18688	19389	20189	21563	21354	24344	25203
Aterro								
Valorização energética								
Valorização orgânica	0	0	0	726	1139	472	953	1186
Reciclagem	766	889	1229	1259	2010	2273	6158	7000
Total	766	889	1229	1985	3149	2746	7111	8186

Quadro 61 – Quantidade de Resíduos Urbanos (t) Recolhidos e Respetivo Destino Final Aplicado, para o Concelho de Lagos.

Pelo quadro acima apresentado, pode-se concluir que embora a quantidade de resíduos que é encaminhada para aterro seja superior à quantidade de resíduos valorizados e reciclados, a quantidade de resíduos conduzidos para este destino, tem vindo a aumentar progressivamente desde 2002 até ao ano de 2009.

No concelho de Lagos verificou-se, entre 2002 e 2009, um aumento da quantidade per capita de Resíduos Sólidos Urbanos recolhidos.

Período de referência dos dados								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Algarve	715	718	722	726	783	755	997	1029
Lagos	755	748	770	812	889	853	1096	1148

Quadro 62 – Evolução dos Resíduos Urbanos Recolhidos no Concelho de Lagos e no Algarve (INE)

Fonte: INE 2002-2009

Em período homólogo, foi notório um aumento muito expressivo da quantidade per capita de resíduos recolhidos seletivamente. Esta realidade, resultou muito provavelmente, das campanhas de sensibilização às populações, que tiveram como objetivo a separação dos RSU, e o aumento e qualificação da rede de recolha de resíduos.

Período de referência dos dados								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Algarve	25	28	36	45	72	62	212	230
Lagos	30	34	46	73	113	97	248	281

Quadro 63 – Evolução dos Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente (kg/hab) no Concelho de Lagos e no Algarve.

Fonte: INE 2002;2009

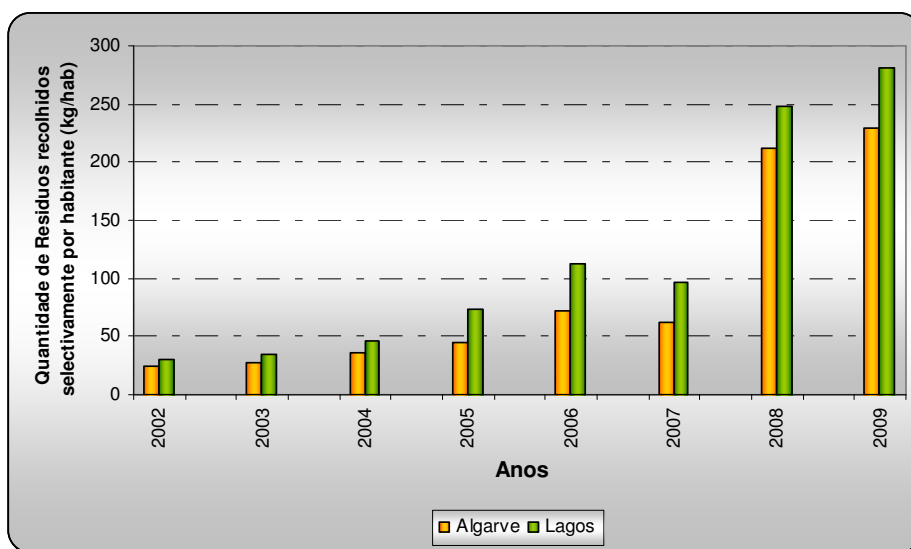


Gráfico 10 – Evolução dos Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente no Concelho de Lagos e no Algarve.

Fonte: INE 2002;2009

Verifica-se que a quantidade de resíduos recolhidos seletivamente por habitante no Município de Lagos é superior o verificado a nível regional.

Freguesias	Número de Ecopontos	População (2011)	Habitantes/Ecoponto (2011)
Bensafrim e Barão de S. João	14	2.425	173,2
Luz	44	3.545	80,6
Odiáxere	19	2.984	157,1
Lagos (Sta. Maria e S. Sebastião)	100	22.095	221,0

Quadro 64 – Relação entre o Número de Ecopontos e o Número de Habitantes por Freguesia

Em 2011 a média de ecopontos para as freguesias do concelho foi inferior a um ecoponto por 500 habitantes, este valor vai de encontro aos valores padrão recomendados pela União Europeia, conclui-se então, que o concelho apresenta uma taxa excelente de cobertura.

Relativamente aos resíduos de Construção e Demolição produzidos/transportados durante o período 2006-2010, pelo município de Lagos, verifica-se uma descida da produção dos mesmos de 2006 até ao ano 2010, conforme se pode constatar pelo quadro abaixo representado.

Ano	Quantidade produzida/transportada (Ton)
2010	470,66
2009	397,46
2008	1080,56
2007	2265,06
2006	2929,04

Quadro 65 – Quantidade de Resíduos de Construção e Demolição Produzidos pelo Município de Lagos

Fonte: Algar, 2011

12.4. ENERGIA

12.4.1. CONSUMOS ENERGÉTICOS

O Concelho é atravessado por linhas aéreas de distribuição de energia em MT (15 kV) e em AT (60 kV)

A eficiência energética do concelho de Lagos pode ser caracterizada através da análise do quadro seguinte, em que se constata que o consumo de energia elétrica, no ano de 2009, aumentou 63.390.255 kWh relativamente ao ano de 2001.

A energia elétrica consumida ao nível doméstico é a que representa os valores mais elevados, o que significa que os edifícios residenciais do concelho, são os menos competitivos ao nível da eficiência energética e que a população ainda não se encontra sensibilizada para o uso racional de energia elétrica.

Nas restantes tipologias de consumo, pode-se observar que, na generalidade, todas aumentaram os seus consumos no período temporal 2001-2009, concluindo-se que o concelho de Lagos é ainda pouco eficiente na utilização racional da energia elétrica.

Tipo de Consumo	Consumo de Energia Elétrica (kWh)	
	2001	2009
Doméstico	41.340.624	77.346.961
Não doméstico	36.132.068	52.900.831
Indústria	4.749.622	8.065.078
Agricultura	2.026.871	5.383.308
Iluminação das vias públicas	4.165.689	5.252.488
Iluminação interior de edifícios do Estado	6.255.672	9.119.993
Outros	5.530	2.328
Total	94.676.076	158.066.331

Quadro 66 – Consumo de Energia Elétrica no concelho de Lagos

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (2001 e 2009)

12.4.2. INICIATIVAS MUNICIPAIS PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Segundo o Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (POAlgarve21), a produção de energias renováveis representa uma quota mínima na região algarvia, sendo desta forma fundamental a promoção do seu aproveitamento e utilização. Assim, a Proteção e Qualificação Ambiental é um Eixo Prioritário para a estratégia de desenvolvimento regional e tem por objetivo principal o estímulo à adoção de novas soluções e boas práticas ambientais.

Para a concretização deste objetivo, o POAlgarve21, estipula tipologias de intervenção, das quais se destacam, no âmbito do presente tema, a monitorização, informação e promoção da eficiência energética, em que estarão intrínsecas ações de monitorização permanente dos parâmetros

ambientais, iniciativas de sensibilização e educação ambiental, incentivo à implementação de Agendas 21 Locais, ações de investigação, conceção e implementação de soluções urbanas inovadoras de modelos de governação urbana e de práticas ambientalmente sustentáveis.

A Câmara Municipal de Lagos integra no seu município o projeto *ENERBUILDING* – Eficiência Energética, que promove o uso racional de energia e a aplicação de fontes renováveis de energia nos edifícios.

O presente projeto internacional é cofinanciado pelo Programa Intelligent Energy – Europe (IEE) e engloba quatro países da União Europeia: Portugal, Espanha, França e Itália.

Os principais objetivos do projeto ENERBUILDING – Eficiência Energética, são os seguintes:

- Incentivar a população na utilização das novas tecnologias e sistemas para a eficiência energética nos edifícios residenciais;
- Fornecer às autarquias os instrumentos necessários para uma gestão energética eficiente dos edifícios públicos;
- Sensibilizar a população para as questões ambientais, resultantes do uso eficiente de energia, exemplificando os comportamentos adequados, bem como as soluções tecnológicas com vista à poupança de energia e à proteção do ambiente.

12.4.3. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ENERGÉTICA A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS

Atualmente as fontes de energia renovável, como o sol, vento, água e resíduos ainda não são extensamente exploradas e utilizadas na região algarvia.

O concelho de Lagos, possui uma pequena central hidroelétrica – a central do Cotifo – uma pequena central fotovoltaica e mais recentemente, no ano de 2009, foi inaugurada uma central eólica.

Pela análise do quadro seguinte, relativo à totalidade de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, conclui-se que o concelho de Lagos ainda não produz grandes quantidades de energia, no entanto, há que salientar, que a partir da instalação da central eólica no concelho, no ano de 2009, os níveis de produção de energia renovável aumentaram consideravelmente.

Ano	Quantidade de energia produzida (MWh)
2007	104
2008	90
2009	34.409
2010	147.268

Quadro 67 – Quantidade de Energia Elétrica Produzida no Concelho de Lagos a partir de Fontes de Energia Renovável

Fonte: DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia (2007 a 2010)

13. RELAÇÕES INTER-MUNICIPAIS

13.1. RELAÇÕES COM MUNICÍPIOS PRÓXIMOS

O Município de Lagos sempre manteve, quer direta quer indiretamente, uma relação estreita com os Municípios vizinhos, manifestada através da oferta e da procura que os seus recursos e ausência dos mesmos propiciavam.

Se por um lado, Lagos exercia (e ainda exerce) influência atrativa nos Municípios de Vila do Bispo e de Aljezur, pela existência de equipamentos e infraestruturas, mercado de trabalho, bens e serviços, entre outros fatores; a mesma influência, mas em sentido inverso, também ocorria com os Municípios localizados a Nascente do seu território.

Esta realidade, acima de tudo socioeconómica, mas assente em bases culturais, históricas e ambientais, conduziu à assunção da necessidade de dar prioridade a formas complementares de associações de municípios, em detrimento de um modelo tradicional pautado por uma estratégia isolada de desenvolvimento.

A nova postura foi regionalmente assumida em alguns documentos estratégicos, defendendo uns, a articulação do triângulo Lagos – Vila do Bispo – Aljezur, estruturado a partir de Lagos e outros, o sistema Lagos – Portimão, com o reforço das orientações de ordenamento espacial dirigidas à localização de infraestruturas e equipamentos de nível regional.

À luz deste posicionamento e atendendo à relação histórica, posicionamento geográfico, características paisagísticas, entre outros aspetos, foi criada em 20 de outubro de 2000 a Associação de Municípios “Terras do Infante” pelos Municípios de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo.

Esta Associação tem como objetivos o planeamento, a programação e elaboração de projetos e financiamento, execução, gestão e manutenção de atividades relacionadas com:

- Planos e Programas de Desenvolvimento Comum;
- Elaboração e gestão de planos nos domínios da cultura, do ensino, da informação, da saúde, da segurança social, do urbanismo, do meio ambiente, do património, das atividades económicas, nomeadamente do turismo, das pescas, da agricultura e das florestas, da energia e das infraestruturas, com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações dos municípios associados;

- Outras atividades que a Assembleia Intermunicipal vier a estabelecer.

Caso prático, saído desta associação, foi o então Plano Intermunicipal de Intervenção na Floresta – PMIF, no qual foi tratado em pormenor o setor da floresta, com âmbito territorial nos três Municípios.

Este Plano deu posteriormente lugar ao Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Ao nível da bipolarização representada pelos Municípios de Lagos e Portimão tem sido objetivo prioritário estimular o grau de convergência e de complementaridade funcional entre ambos. Esta aproximação pretende, ao nível do planeamento, por exemplo, determinar a dimensão de projetos comuns e de equipamentos necessários ao desenvolvimento de cada um dos Municípios, de modo a que os mesmos adquiram uma maior viabilidade e uma escala mais estruturante no contexto da região.

Uma das ações já levadas a cabo, prende-se com a salvaguarda do património natural, tendo sido criada, nesse sentido, a Comissão Intermunicipal para a Ria de Alvor, a qual visa a manutenção das atividades económicas existentes e a salvaguarda dos valores naturais em presença.

Estas e outras ações fazem parte de um percurso iniciado pelo Município de Lagos, conjuntamente com outros Municípios, em que a concertação de interesses, apoiada num somatório de características, recursos e potencialidades endógenas comuns, é a forma mais eficaz de cumprir os objetivos de desenvolvimento propostos.

13.2. RELAÇÕES COM ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS E INSTITUCIONAIS

O Município de Lagos é associado em várias estruturas associativas e institucionais, algumas já mencionadas, a saber:

- Grande Área Metropolitana do Algarve (AMAL)
- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
- Entidade Regional de Turismo do Algarve (ERTA)
- Associação de Turismo do Algarve (ATA)
- Associação Portuguesa de Empresas Municipais
- "Terras do Infante" – Associação de Municípios (associação de municípios de fins específicos)
- Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos/Portimão) (associação de municípios de fins específicos)

- Fórum Ibérico de Cidades Amuralhadas
- Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico
- Walled Towns Friendship Circle
- Associação Europeia de Municipalidades com Marina
- Associação Centro Ciência Viva
- Associação Promotora da Rede Dinâmica XXI
- Associação Musical do Algarve (Orquestra do Algarve)
- Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental
- Mayors for Peace (Hiroshima)
- Caso do Algarve em Lisboa
- Associação Portuguesa de Planeadores do Território
- Associação Portuguesa de Museologia
- CIVITATIS – Departamento de Ciência e Engenharia da FCT/UNL
- Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas
- Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
- Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental
- Centro Nacional de Cultura

13.3. RELAÇÕES NO ÂMBITO DAS CIDADES HISTÓRICAS DOS DESCOBRIMENTOS

- Geminação com Palos de la Frontera, Comunidade de Andaluzia, Reino de Espanha;
- Protocolo com a Comuna Urbana de Boujdour (histórico Cabo Bojador), Sara Ocidental, Reino de Marrocos;
- Acordo de colaboração com o Município de Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha), Ilha de Santiago, República de Cabo Verde;
- Acordo de colaboração com o Município de Cidade de Ilha de Moçambique, Província de Nampula, República de Moçambique;
- Protocolo de Acordo com o município da Ilha de Gorée (histórica Ilha dos Escravos), República do Senegal;
- Distrito de Sikka, Ilha das Flores, República da Indonésia;
- Memorial da Epopeia do Descobrimento, Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, República Federativa do Brasil.